



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 052

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE JUNHO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Geraldo Cartário e Nereu Moura.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(Tumulto nas Galerias)

Peço a V. Sa. que se mantenha como deve aqui na Casa. Respeito! Ou na Câmara de Vereadores de Nova Aurora não há respeito? Para começar o senhor também tem que respeitar as leis!

Se o senhor não se mantiver como se deve, mando pô-lo fora desta Casa!

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Acho que o que está faltando à humanidade, atualmente é o respeito. O respeito é a base da família, da autoridade constituída e é fundamental. O cidadão está pensando que vem aqui gritar e que os deputados terão que ouvir o seu grito. Nova Aurora elegeu uma Câmara

de Vereadores e um prefeito. Acho que é uma falta de respeito.

V. Exa. se manifestou oportunamente.

É a hora de o Brasil, dos governantes, das autoridades constituídas respeitarem e se fazerem respeitar, que é o princípio básico de uma sociedade democrática de direito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 2º secretário, deputado Geraldo Cartário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Geraldo Cartário)

Senhor presidente, eu gostaria, antes de ler a Ata, de cumprimentar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do meu município de Mandirituba, as trabalhadoras e trabalhadores que estão honrando com suas presenças na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº CTL/CC/093/2003, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 087/2003

Curitiba, 25 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e na condição de presidente e membros desta CPI,

DELIBERAM:

considerando as extremas dificuldades que a assessoria técnica desta Comissão tem enfrentado na tentativa de analisar documentação mantida sob a guarda da Agência de Fomento do Paraná, desde o dia 20 de maio (conforme cópia do ofício 051/2003- anexo).

Considerando que o diretor do órgão, Antonio Richetta Arten, vem obstaculizando os trabalhos desta CPI, colocando empecilhos para que os técnicos manuseassem os documentos, tendo sido necessária a intervenção da Procuradoria Geral do Estado;

Considerando que na última sexta-feira, (20/06) os técnicos mais uma vez tentaram analisar documentação, especificamente do caso envolvendo a empresa Cidadela SA., o que foi negado mais uma vez.

Considerando que na época da negociação das dívidas da empresa Cidadela, o Sr. Antonio Ricchetta Arten era funcionário do Banestado, exercendo o cargo de gerente de divisão, trabalhando na área de Recuperação de Créditos e Renegociação de operações/financiamentos do banco, e que, posteriormente à sua saída do banco, tornou-se diretor da empresa Cidadela, eleito para o cargo em 26.07.1999;

Considerando que os documentos essenciais à investigação foram subtraídos/expurgados, talvez até destruídos, das pastas dos processos referentes às operações de crédito transferidas ao Estado do Paraná, conforme informações prestadas pelos funcionários contratados da Agência de Fomento do Paraná, senhor Clayton José Bigaiski e senhora Lislaine, tendo inclusive sido solicitado relatório formal da Agência de Fomento sobre este assunto, através do Ofício da CPI/Banestado nº 085/2003, de 23.06.2003;

REQUEREM

A imediata intervenção na Agência de Fomento do Paraná, com o afastamento do diretor, Antonio Richetta Arten, e de outros três auditores contratados diretamente pelo referido diretor, para realizar trabalhos de verificação e organização das operações de crédito transferidas ao Estado pelo Banestado, também ex-funcionários do Banco, na época tendo trabalhador com o senhor Richetta dentro do Banco do Estado do Paraná; a designação de um dos deputados membros desta CPI como interventor, para que esta Comissão tenha plenas condições de, livremente e sem nenhuma restrição, efetuar suas investigações.

Ressalte-se que a intervenção é imprescindível para que a CPI restabeleça a sua linha de trabalho, seriamente comprometida com os percalços até então encontrados.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente

Delegado Bradock, Ailton Araújo, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv, Luciana Rafagnin, Francisco Bühler, Ademir Bier, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Waldir Leite.

OFÍCIO Nº 088/2003- CPI/BEP

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições legais e regimentais, e na condição de presidente e membros desta CPI.

DELIBERAM:

Considerando a necessidade imprescindível desta comissão em contar no seu quadro de assessores técnicos com um perito habilitado à análise pormenorizada do processo de avaliação do Banestado, para o fornecimento de laudos a esta CPI, para que o relatório conclusivo seja fundamentado suficientemente, produzindo os efeitos legais e jurídicos;

Considerando que a contratação deste profissional, além dos princípios constitucionais que se inferem ao caso, demanda todo um aspecto relacionado a critérios de confiança e capacitação técnica específica.

Por estas razões,

REQUEREM:

A contratação do Sr. Zung Che Yee, pelo prazo determinado até o dia 20 de setembro de 2003, quando os trabalhos da CPI chegarão a termo. O Sr. Zung prestará serviços de 60 horas mensais à CPI pelo valor de R\$75,00 (setenta e cinco reais) a hora técnica, perfazendo um total de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês. Trata-se de perito judicial cujo *curriculum vitae* segue em anexo, para atuar por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ressalte-se que tal contratação não fere os princípios da Carta Magna, ou da Lei nº 8666/93, em face de se enquadrar em contrato de notória especialização, dispensando, portanto, o processo licitatório (artigo 25, II, Lei nº 8666/93).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Delegado Bradock, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Nelson Justus, Ailton Araújo, Pedro Ivo Ilkiv, Francisco Bühler, Miltinho Pupio, Waldir Leite.

OFÍCIO Nº 281/2003

Curitiba, 25 de junho de 2003.

Senhor Presidente:

Na qualidade de presidente da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, em face do recesso parlamentar, vimos solicitar a suspensão por 30 (trinta) dias das atividades da Comissão, a partir do dia 1º de julho do corrente, descontados dos 90 (noventa dias) do prazo regimental, retornando aos trabalhos no dia 1º de agosto do corrente.

Agradecendo antecipadamente aproveitamos do ensejo para renovar as nossas homenagens de consideração e respeito.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 021/2003, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a dispensa da Redação Final, para as proposições constantes da Ordem do Dia, que não sofrem emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação dos Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, tendo em vista o decreto de intervenção nas concessões das rodovias públicas neste Estado, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167, parágrafo 5º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal às emendas de autoria da Bancada de Oposição para os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167, parágrafo 5º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal à emenda de sua autoria e dos demais apoiadores para os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 164, II e 167, parágrafo 5º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal à emenda de sua autoria e dos demais apoiadores para os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 171, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação das emendas de autoria da Bancada de Oposição aos Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, inscrição de seu nome para discutir os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, Sessão Plenária em que figurem na pauta, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, inscrição de seu nome para discutir os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, Sessão Plenária em que figurem na pauta, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, inscrição de seu nome para discutir os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, Sessão Plenária em que figurem na pauta, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, inscrição de seu nome para discutir os Projetos de Lei nºs 336/2003 a 341/2003, Sessão Plenária em que figurem na pauta, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, inscrição de seu nome para discutir os Projetos de Lei nºs

336/2003 a 341/2003, Sessão Plenária em que figurem na pauta, em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) FERNANDORIBASCARLI

REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, conforme artigo 161 do Regimento Interno, REQUER aneção aos respectivos Projetos de Lei, registro em notas taquigráficas e publicação no Diário da Assembleia do seu voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça para os Projetos de Lei 336/2003 a 341/2003.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença da presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assuntos particulares, no período entre os dias 27 de junho a 20 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente e integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, REQUEREM a concessão de prazo suplementar de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o artigo 36, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, *in verbis*:

“Art. 36 - A Assembleia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste regimento.

§ 3º - A Comissão, que poderá atuar durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos”.

Requer ainda, que a contagem do prazo suplementar seja contado a partir de agosto, já que a citada Comissão Parlamentar suspenderá seus trabalhos durante o recesso de julho.

A prorrogação do prazo de 60 dias é indispensável à conclusão dos fins a serem almejados pela Comissão Parlamentar, pois, apesar de a supracitada Comissão reunir-se duas vezes por semana desde o seu início, verifi-

cou-se a escassez de tempo hábil para que pudesse averiguar a veracidade das denúncias enviadas a esta CPI.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Vice-Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Membros:

Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli e Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 1384

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da CPI da Sedu/Paranacidade, conforme atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, REQUER prorrogação de prazo para finalização dos trabalhos desta Comissão, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de agosto de 2003, considerando o recesso parlamentar no mês de julho.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Milton de Jesus Rodrigues, prefeito do município de Tamboara.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à Praça Isabel Marcos Beltrame, 01, Centro, CEP. 87.760-000, Tamboara - Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Anderson Amaurílio da Silva, que faleceu ontem, depois de passar onze dias internado. Este jovem foi atropelado por um ônibus, durante uma manifestação contra aumento da tarifa do transporte coletivo, em Londrina.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto e soberano Plenário, a consignação da Ata da presente Sessão Plenária, votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Virgílio Sanselice, funcionário do Paranacidade, nesta Capital.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, à Rua Deputado Mário de Barros, 1.290, 2º andar, CEP: 80.530-913, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do prefeito do município de Tamboara, Milton de Jesus Rodrigues, ocorrido em 25 de junho de 2003.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O município de Tamboara está enlutado e pesaroso em virtude do seu falecimento. Seus moradores choram a perda de um, dentre os seus mais queridos cidadãos.

O deputado autor do presente requerimento e todos os seus colaboradores, numa demonstração de fé, participam dos tristes momentos do sepultamento do prefeito Milton de Jesus Rodrigues.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Sr. Milton de Jesus Rodrigues.

Que, da decisão se dê ciência à família com o envio de cópia do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Virgílio Sanfelice, ocorrido em 25 de junho de 2003.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do Bairro do Pilarzinho e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. Virgílio Sanfelice, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

O Sr. Virgílio Sanfelice era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, conhecidos, e colegas de trabalho, todos entristecidos com o seu passamento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do Senhor Virgílio Sanfelice.

Que da decisão se dê ciência à família, com o envio de cópia do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Elio Zachow, ocorrido em 23.05.2003, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: Érica Zachow (esposa), Karine Zachow (filha) e Klaus Zachow (filho).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa, voto de congratulações e muito aplauso à Delegacia de Campo Largo e ao superintendente Nelson Bastos, ao Grupo Tático Móvel Rodoviário, através do Aspirante Oficial Paulo Alexandre Rodrigues e sua equipe, ao comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, Coronel José Paulo Betes, ao sargento Aluisio Ferreira da Silva, do 12º Batalhão Rodoviário, ao tenente Taurino da Companhia de Choque, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana e paranaense.

Trata-se de profissionais sérios, cumpridores do seu dever com excelência e desprendimento. Em tempos em que os índices de violência tomam proporções preocupantes, em tempos de inúmeras denúncias sobre profissionais da área de segurança e demais segmentos, comprometendo o estado de direito, faz-se necessário registrar o comportamento altamente profissional e de extrema competência desses profissionais que, sem medir esforços, cumprem o dever, resgatando a ordem e a segurança dos cidadãos paranaenses.

Recebam, deste que subscreve, juntamente com os demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos e sinceros agradecimentos pelos serviços prestados ao povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER votos de congratulação à ONG Criança Segura - Safe Kids Brasil, pelos dois anos de serviços prestados na cidade de Curitiba, na prevenção de acidentes com crianças de 1 a 14 anos, já que, segundo estudos do Ministério da Saúde, o trauma é a maior causa de mortes e seqüelas em crianças e adolescentes de até 14

anos, tornando esta iminente ONG de fundamental importância para a sociedade

Solicito ainda a especial gentileza em notificar a Sra. Alessandra França acerca do voto em apreço até o dia 04.07.2003, no endereço da Rua Senador Xavier da Silva, 488, sala 206, Centro Cívico, CEP 80.530.060.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER à egrégia Assembléia que seja encaminhado ao Nickey Clube de Curitiba, na pessoa de Toshikazu Kawamura, presidente da referida instituição, voto de louvor, pela comemoração dos 95 anos de imigração japonesa no Brasil e pela sua importante participação no desenvolvimento econômico, social e cultural e diversas cidades do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros japoneses imigraram para o Brasil em meados de 1908, deixando sua terra natal em busca de melhores oportunidades, riqueza e desenvolvimento. Com a sua chegada ao nosso país, trouxeram tradições e costumes absolutamente distintos. Com muita persistência e força de vontade, ajudaram a escrever a história de nosso Estado, que comemora também neste ano seu sesquicentenário de emancipação política.

A indústria, o comércio e a agricultura muito devem à generosidade deste povo que tem aqui em nosso Estado sua segunda maior colônia no Brasil.

Com essa homenagem gostaria de louvar as iniciativas e a participação social de cada imigrante e descendentes japoneses presentes em nosso território. E com essa finalidade utilizo-me do nome do prezado senhor Toshikazu Kawamura para receber essa homenagem representando a colônia paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente:

O deputado estadual Delegado Bradock, presidente da Comissão de Segurança Pública, dirige-se a V. Exa. para expor e REQUERER voto de aplauso ao senhor Ricardo Barros, pela incontestável e louvável iniciativa em propor o Projeto de Lei nº 3206 de 2000 que dispõe sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados Federais.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A brilhante iniciativa do Exmo. Sr. Ricardo Barros, deputado federal, em alterar os artigos da Lei nº 7.210 de 11.07.84, - Lei de Execuções Penais, para dispor sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir, merece voto

de aplausos, pois em nossos presídios atualmente encontramos diversos detentos que já cumpriram integralmente a pena que lhe foi imposta e no entanto, ainda encontram-se apartados da liberdade. É medida de justiça que merece todo o apoio e aplauso por esta Casa de Leis.

Nestes termos, justifica-se o requerimento de voto de aplausos ao deputado federal Ricardo Barros.

REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado moção de apoio ao Projeto de Lei 307/2003, que dispõe sobre os produtos geneticamente modificados - transgênicos.

O referido requerimento se justifica pelo fato de que a regulamentação dos produtos transgênicos, no âmbito do Estado do Paraná, é matéria de grande relevância, especialmente pelos reflexos econômicos e sociais na agricultura paranaense. Ademais, temos que levar em conta a reivindicação de todo o setor da agricultura do Estado, principalmente a do Movimento dos Sem Terra - MST, que no dia de hoje ocupou praças de pedágios nas rodovias cobrando uma alternativa.

Ressaltamos ainda que entrando o projeto na Ordem do Dia, facilitaria a discussão da legalidade e do mérito pelo parlamento.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) PEDRO IVO ILKIV, PADRE PAULO CAMPOS, ELTON CARLOS WELTER, HERMES FONSECA, LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que a Secretaria da Fazenda reduza a pauta do valor do índice de ICMS da farinha de mandioca e derivados, haja vista que nos Estados do Mato Grosso e São Paulo a pauta ICMS está no valor de R\$18,00 (dezoito reais), enquanto que, em nosso valor, a mesma está no valor de R\$38,50 (trinta e oito reais e cinquenta centavos).

Solicita-se a equiparação do valor da pauta de ICMS, tendo em vista que o Paraná acaba sendo prejudicado, comparado aos demais Estados brasileiros como Mato Grosso e São Paulo, que são produtores e exportadores desses produtos. A competitividade referida afeta em nosso Estado mais de 20 mil produtores de pequeno e médio porte, que com esta alteração ganhará mercado pela qualidade e posição estratégica do nosso Estado em relação aos demais.

Pelo acima exposto, e pela importância da informação, esperamos contar com o devido apoio de nossos pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente:

Os deputados estaduais que subscrevem o presente documento, vêm REQUERER regimentalmente ao douto Plenário desta Casa Legislativa, para que seja oficiada a Companhia Paranaense de Energia - Copel, na pessoa do seu diretor-presidente, Dr. Paulo Cruz Pimentel, solicitando que não seja aplicado o percentual de reajuste às tarifas de energia elétrica praticadas no Estado, recentemente autorizado pela ANEEL.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1404

Senhor Presidente:

O deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Instituto de Seguridade Social no Paraná - INSS, na figura da Sra. Elizabete Eltos, solicitando a implantação de uma agência da Previdência Social no município de São Mateus do Sul, que não conta com nenhuma agência da Previdência, causando transtorno aos usuários dos seus serviços, que se vêem obrigados a viajar para outras cidades para usufruir destes serviços.

Lembra ainda que, instalando uma agência nesta cidade, desafogará o atendimento das agências da Previdência nos municípios próximos e que já possuem agências do INSS.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente:

O deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Superintendência do Instituto de Seguridade Social no Paraná - INSS, na figura da Sra. Elizabete Eltos, solicitando a implantação de uma agência da Previdência Social no município da Lapa, que não conta com nenhuma agência da Previdência, causando transtorno aos usuários dos seus serviços, que se vêem obrigados a viajar para outras cidades para usufruir destes serviços.

Lembra ainda que, instalando uma agência nesta cidade, desafogará o atendimento das agências da Previdência nos municípios próximos e que já possuem agências do INSS.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao secretário estadual de Segurança, solicitando que seja evitada a desativação da delegacia na cidade de Abatiá.

O presente deve-se pela insegurança e inconveniência que esta desativação trará à comunidade local, já que esta terá que se deslocar até as cidades vizinhas para serem atendidas.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Padre Roque Zimmermann, secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, solicitando a construção de uma creche no Conjunto Residencial Primeiro de Maio, no município de Umuarama.

Tal reivindicação é de fundamental importância para amenizar o problema de vagas nas creches da cidade. As famílias que residem no Conjunto Primeiro de Maio necessitam se deslocar para creches de outras localidades, as quais, além de se localizarem longe, estão com a lotação esgotada.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao prefeito municipal de Umuarama, Sr. Fernando Scana-vaca (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao vereador Inácio Pereira Pinto, presidente da Câmara Municipal e à vereadora Ana Maria Gonfio (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Araruna. A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Araruna, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Renato Toaldo, prefeito municipal e ao vereador Genésio Marques de Souza, presidente da Câmara Municipal (CEP 87260-000).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Terra Boa.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Terra Boa, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Antonio Carlos Rampazasso, prefeito municipal e ao vereador Aristeu de Souza, presidente da Câmara Municipal (CEP 87240-000).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Iporã.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Iporã, principalmente àquelas de baixa renda familiar. Esse número de casas que ora reivindicamos amenizará a demanda habitacional que enfrenta a cidade.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal e ao vereador Dorival Passarella, Digníssimo presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677 - CEP 87560-000).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(aa) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 100 (cem) casas populares no município de Mariluz.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Mariluz, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana-de-açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. digníssimo prefeito municipal José A. Macedo e ao vereador José Alexandre Ferreira, Digníssimo presidente da Câmara Municipal (Rua do Rosário, 202 - CEP 87540-000).

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor Marco Antonio Berberi, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando o aumento do efetivo da Polícia Militar no município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido requerimento justifica-se tendo em vista que o município encontra-se sem delegado de Polícia e possui apenas 05 policiais militares, o que deixa a população insegura devido aos freqüentes casos de arrombamentos, agressões, furtos e demais tipos de violência.

Salienta-se que em outros municípios o número de habitantes é equivalente ao de São João do Ivaí, como no caso de Ivaiporã, que dispõe de quatorze policiais militares, razão pela qual se faz necessário o urgente aumento do efetivo da polícia militar no município supra referido.

REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor Reinhold Stephanes, secretário de Estado da Administração e Previdência, solicitando negociação com o Sindiseab - Sindicato Estadual da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar, DIOE e afins, visando o atendimento da pauta de reivindicações já protocolizada e recuperação das perdas salariais, verificadas desde agosto de 1995.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido justifica-se pela defesa da qualidade dos serviços e a valorização do serviço público e a garantia do respeito ao servidor público e à população do Paraná, com vistas ao atendimento da pauta de reivindicações já protocoladas junto a esta Secretaria.

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente da Presidência desta Casa para a direção da Rádio CBN Curitiba, solicitando enviar cópia de fita para transcrição taquigráfica nos Anais desta Assembléia, de entrevista com o líder do Movimento Brasil Caminhoneiro, dada no dia de hoje àquela rádio.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor Orlando Pessuti, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento acerca da negociação com o Sindiseab - Sindicato Estadual da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar, DIOE e afins, visando o atendimento da pauta de reivindicações já protocolizada e a recuperação das perdas salariais verificadas desde agosto de 1995.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica pela defesa da qualidade dos serviços e a valorização do serviço público e a garantia do respeito ao servidor público e à população do Paraná, tendo em vista que nos últimos oito anos houve um desmonte do serviço público no Estado.

Assim, o Sindiseab - Sindicato Estadual da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar, DIOE e afins, requebrem o apoio e intermediação do ilustre secretário junto ao governador do Estado, visando o atendimento da pauta de reivindicações já protocolizada e a recuperação das perdas salariais, verificadas desde agosto de 1995.

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Fazenda, Heron Arzua, solicitando fiscalização ostensiva e diária nos postos fiscais da Receita Estadual na divisa com o Estado de São Paulo.

O presente requerimento deve-se porque provavelmente esteja ocorrendo uma evasão de recursos naturais do Paraná através destas fronteiras, sem uma devida fiscalização, causando perdas ao Estado. Segue em anexo um exemplo publicado na imprensa da região.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, solicitando um aumento do número de fiscais no ERJAC - Escritório Regional do IAP de Jacarezinho - seja realizado um concurso público, contratando comissionados ou remanejamento pessoal.

O presente requerimento deve-se devido à dificuldade que o chefe regional e seus quatro fiscais, estão encontrando para fiscalizar as 23 cidades competentes à regional. Segue em anexo uma matéria da imprensa da região, como uma das causas desta solicitação, citando

também o problema da evasão de recursos naturais do Estado.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando a recuperação asfáltica no percurso de 06 (seis) quilômetros entre o trevo da BR-369 à cidade de Uraí, vez que o mesmo encontra-se em condições de uso precário, com asfalto se deteriorando.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1347

Exmo. Sr. secretário da Segurança do Paraná:

O deputado estadual, doutor Luciano Ducci, dirige-se a V. Sa. para que tome providências no sentido de transferir o 13º Distrito Policial do Tatuquara, sito à Rua Coronel Manoel E. de Assunção, nº 414, no Jardim da Ordem, para prédio a ser construído no terreno doado à comunidade pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15 no Moradias Rio Bonito, Tatuquara.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O bairro Tatuquara em Curitiba possui atualmente uma população superior a 80 mil pessoas e um dos mais altos índices de violência da Capital.

A região conta com o 13º Distrito Policial que hoje está estabelecido à Rua Tenente Coronel Manoel E. de Assunção, nº 414, porém em instalações inadequadas. A comunidade, já há tempos se mobiliza para conseguir local mais adequado para a instalação do Distrito e atualmente recebeu a doação de um terreno com 222 m2 sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15.

Por ser a segurança uma das principais metas desse governo, também o fato de a região acima citada viver em total insegurança e da dificuldade encontrada pelas pessoas que ali residem em registrar suas ocorrências policiais, é que proponho a presente indicação.

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. senhor governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da promoção para os ocupantes do cargo de Agente Pro-

fissional do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Decreto 6.383 de 11 de outubro de 2002:

- quantos foram os servidores públicos beneficiados e quantos outros não se enquadraram nos requisitos e, portanto, não foram promovidos?

- Qual o impacto que essas promoções representaram na folha de pagamento? Especificar em percentuais e em valores nominais.

- Quais os fundamentos para a definição dos critérios previstos nos incisos do artigo 1º do mencionado decreto?

Apresentar os fundamentos, principalmente para os seguintes requisitos:

a) ter, no mínimo, 15 anos completos de efetivo exercício no cargo;

b) ter exercido cargo de provimento em comissão de direção, de gerência, de coordenação, ou de chefias de Unidades Administrativas.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual. Quanto ao mérito é importante ressaltar que, por ocasião da edição do Decreto, este foi alvo de muitas críticas. As críticas diziam respeito a um aparente beneficiamento de parcelas de servidores públicos, em especial aqueles que ocuparam cargos comissionados, portanto, vinculados ao governo.

Há informações de que a última promoção teria ocorrido em 1989 e, portanto, se o requisito fosse de 13 anos apenas, todos que não participaram naquele momento ou ingressaram posteriormente no serviço público seriam beneficiados.

Não estão suficientes claras as razões que levaram o governante a optar pelo requisito de 15 anos.

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, preste as seguintes informações a respeito da Resolução nº 015/92 - que dispõe sobre ressarcimento aos senhores deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido foi protocolado no dia 19 de maio do corrente ano, até o momento não obtivemos resposta.

“REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, preste as seguintes informações a respeito da Resolução nº 015/92 - dispõe sobre ressarcimento aos senhores deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível.

I - Informar detalhadamente a todos os deputados o que pode e o que não pode ser ressarcido;

II - quanto às despesas com passagens:

a) são todas aquelas referentes a viagens realizadas pelos membros do gabinete ou apenas as realizadas pelo deputado?

b) As passagens ressarcidas envolvem também viagens internacionais ou apenas nacionais? Detalhar.

III - Quanto às despesas com alimentação:

a) são apenas aquelas realizadas em viagens?

b) Restringem-se às despesas do deputado ou abrangem também a dos membros do gabinete?

IV - Quanto às despesas com telefone:

a) quais despesas podem ser ressarcidas?

b) Quantos e quais telefones podem ter suas contas ressarcidas?

c) São apenas telefones fixos ou também telefones móveis que podem ter suas contas ressarcidas?

V - Quanto as despesas com moradia:

a) quais são as despesas que podem ser ressarcidas?

b) Quais são os critérios para autorizar ou não as despesas:

VI - Quais são as despesas com correspondência que podem ser ressarcidas?

VII - Quanto às despesas com combustível:

Somente o combustível consumido pelos carros da Assembléia é que podem ser ressarcidos?

a) Na hipótese de ressarcimento de combustível de outros veículos, especificar os critérios para autorização do ressarcimento das despesas.

VIII - Estadias e demais despesas com viagens podem ser ressarcidas? Quais os limites?

Sala das Sessões, em 08.05.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

É fundamental que todas essas informações sejam de conhecimento de todos os gabinetes. De posse dessas informações os gabinetes terão melhores condições de planejar suas despesas bem como prestar contas. É com esse intuito que encaminha-se esse requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 369/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído na área de abrangência da Ciretran de Mangueirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos das populações dos municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa, que buscam maior conforto para dirimirem seus assuntos concernentes a trânsito, não precisando se deslocar até Guarapuava, com percurso em muito superior.

É uma aspiração antiga dessas populações, pois para solucionarem problemas de regularização documental de seus veículos, se obrigam a ter gastos elevados para contar com o serviço público do Detran.

A proposição em causa tem o mais alto significado social. Por esta razão, estamos certos da aprovação desta com a máxima urgência.

PROJETO DE LEI Nº 370/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedada qualquer forma de discriminação aos portadores de epilepsia e/ou seus familiares.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, considera-se discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares:

I - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador de epilepsia e/ou seus familiares;

II - segregar os portadores de epilepsia em seu ambiente de trabalho;

III - impedir o ingresso ou permanência no serviço público ou privado, em razão desta condição;

IV - impedir a permanência de crianças portadoras de epilepsia em creches, sejam elas públicas ou privadas;

V - recusar ou suspender a matrícula de crianças ou adolescentes com epilepsia em estabelecimentos de ensino, ou demais equipamentos de uso coletivo, sejam eles públicos ou privados;

VI - excluir de atividades esportivas os portadores de epilepsia, desde que os mesmos estejam habilitados para sua realização;

VII - recusar, retardar o atendimento ou não realizar o tratamento adequado ao portador de epilepsia;

Art. 2º - É de responsabilidade de todos os setores públicos e privados e do cidadão em geral a disseminação de informações adequadas visando o combate à discriminação e ao estigma.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Nas últimas décadas, a epilepsia passou a ser considerada um verdadeiro problema de saúde pública, pois,

além de seus aspectos puramente médicos, envolve também a compreensão dos problemas psicossociais que afligem os portadores de epilepsia, seus familiares e os grupos sociais com os quais interagem.

É sabido que aproximadamente 100 milhões de pessoas terão epilepsia em algum momento de suas vidas e 5% da humanidade terá pelo menos uma crise epilética durante a vida.

A grande preocupação dos neurologistas e estudiosos está sobre aqueles pacientes que são refratários a medicamentos, e as conseqüências psicossociais e econômicas dessa gama de pacientes que são muito sérias. Todavia, em contrapartida, a grande maioria dos portadores de epilepsia, quando recebe tratamento adequado, pode ter controle de suas crises com medicação, ou seja, são pacientes controlados.

O que esperamos é que os pacientes controlados, além de terem satisfeitos os seus anseios dentro de suas necessidades físicas, psicológicas e sociais, sejam aceitos pela sociedade e passem a ter a vida quase que normal dentro da máxima excelência possível. O que queremos é transformar o epilético em ser útil à sociedade e a si próprio, desenvolvendo através da educação todo o seu potencial, seja, na área pessoal, escolar ou profissional.

A presente proposta de lei configura-se com oportunidade e de grande alcance social e, sendo aprovada trará maior dignidade ao portador de epilepsia e seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 371/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Natal Pessuti, o trecho da Rodovia 082, que liga os municípios de Jardim Alegre a São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de homenagear um grande brasileiro, Natal Pessuti, pai do nosso vice-governador, Orlando Pessuti. A nossa intenção é denominar Natal Pessuti, o trecho da PR-082, que liga os municípios de Jardim Alegre a São João do Ivaí.

Natal Pessuti nasceu em Itápolis, no Estado de São Paulo, aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de 1925.

Casou com Idalina Pinesi Pessuti, em 29 de junho de 1949, em Itápolis e logo mudou para o Estado do Paraná, onde morou em Cambé, Marialva, Califórnia, então Distrito de Apucarana e Jardim Alegre. A felicidade do casal foi completada com a chegada de seus que-

ridos filhos Onélia, Neuza, Orlando, Nelson e Marta Maria.

Natal Pessuti sempre atuou em todos os acontecimentos da região, defendendo as mais legítimas reivindicações da comunidade local. Filiado ao antigo MDB local, do qual foi presidente durante 20 anos, Natal Pessuti elegeu-se, por duas vezes, vereador e vice-prefeito do município de Jardim Alegre, durante os anos de 1989 e 1992. Exerceu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre no período de 1973/92.

Sempre atuou na agricultura, onde era um líder nato. Natal Pessuti veio a falecer em 28 de outubro de 1996, fato que enlutou todo o Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 372/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Ivaiporã, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, bem como o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a organização e conscientização dos moradores, na busca de benfeitorias e de direitos que garantam uma vida melhor para a sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 373/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Padre Wilton nasceu no dia 27 de abril de 1956, na cidade de Tesouro, no então Estado do Mato Grosso e

ainda muito jovem, com 13 anos, ingressou no Seminário dos Padres Missionários Redentorista em Ponta Grossa-PR, onde concluiu os estudos fundamental e médio. Desde pequeno, alimentava o desejo de se tornar padre e ajudar a muitas pessoas. O exemplo veio principalmente do pai, farmacêutico, que era considerado o médico daquela região leste do antigo Estado do Mato Grosso e que exerceu mandato de prefeito por duas vezes no município.

No ano de 1976 transferiu-se para Tibagi-PR onde fez o noviciado (tempo de preparação para fazer os primeiros votos religiosos) e em 1977 veio para Curitiba onde iniciou o curso de Filosofia na PUC-PR e logo depois o curso de Teologia, ordenando-se sacerdote após a conclusão destes, no dia 9 de julho de 1983.

Em 1984 recebeu sua primeira missão como sacerdote, sendo nomeado professor e formador no Seminário do Santíssimo Redentor, transferido para Curitiba para ser formador do Teologado Redentorista da Província. Nesse mesmo ano, numa viagem à cidade de Vitória-ES onde participava de um retiro com alunos do Cefet-ES, em meio à celebração da Santa Missa, uma jovem depositou um pacote de drogas sobre o altar. Neste momento, sob a iluminação de Deus, teve a certeza do convite para iniciar uma nova missão: acompanhar e recuperar dependentes químicos. Naquela época Pe. Wilton tinha 31 anos, ainda um padre muito jovem, com apenas quatro anos de ordenação.

Ao retornar a Curitiba, iniciou os primeiros passos da nova fundação adquirindo uma chácara em Almirante Tamandaré - PR para a construção da primeira Comunidade Terapeuta, denominada Casa da Copiosa Redenção, que significa "Redenção em Abundância" (Salmo 129).

As primeiras voluntárias a acompanhar esta obra do Pe. Wilton foram duas senhoras idosas, Sra. Maria Moreira Motta e Sra. Ruth Marina Silveira com o apoio de mais um grupo de mulheres. Mais tarde, no ano de 1989, a Sra. Ione Strozzi, enfermeira aposentada, também se integrou totalmente a este trabalho que estava se iniciando. Nesse ano, Pe. Wilton recebeu um comunicado de transferência para a cidade de Ponta Grossa, para ser Vigário na Paróquia São José, e assim, com muito esforço e sofrimento, precisou abandonar alguns projetos começados em Curitiba e reiniciar em Ponta Grossa. Isso porém, foi decisivo para a concretização da Vontade de Deus na vida do Pe. Wilton.

Dom Geraldo Pallanda, então Bispo de Ponta Grossa, acolheu Pe. Wilton e lhe deu todo o apoio necessário para o início dos trabalhos nessa Diocese, concedendo-lhe também a autorização para fundar a Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção, cujo carisma se estende também à adoração ao Santíssimo Sacramento. Ao enfrentar o descrédito de algumas pessoas do Clero que não acreditavam nesta obra começada com apenas três idosas num trabalho tão exigente, a força de Deus se manifestou de forma concreta, pois novas jovens começaram a chegar à comunidade e se consagraram totalmente

a Deus nesse trabalho, fazendo o que essa nova fundação crescesse a cada dia.

Com todos os trabalhos se encaminhando e se multiplicando, Pe. Wilton também participava ativamente dos trabalhos de sua Congregação dos Missionários Redentoristas, onde por doze anos atuou como Conselheiro do Governo Provincial e de 1995 a 2000 como Superior Geral da Província Redentorista dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Hoje a Comunidade das Irmãs da Copiosa Redenção adquiriu força e passou a ser respeitada pelo maravilhoso e benéfico trabalho desenvolvido em prol da sociedade. Além das irmãs, a Comunidade já conta com a Fraternidade dos irmãos da Copiosa Redenção, rapazes que caminham em sentido ao sacerdócio e consagram suas vidas a Deus no mesmo ímpeto de resgatar os dependentes químicos. Muitos leigos também doam seus esforços, dentro e fora da comunidade, para o crescimento desta obra. Com a intensa procura, de familiares e jovens, pela recuperação, o trabalho se estende atualmente em muitos lugares do Brasil e até mesmo no exterior.

Pe. Wilton Moraes Lopes, é hoje um ícone de personalidade na Assistência Social, sendo reconhecido nacionalmente pelo Ministério Público Federal como agente de uma nova esperança para o nosso país. Como já dizia o grande pensador Confúcio: “Não basta ser simplesmente bom. É preciso fazer com que as coisas boas aconteçam”. Pe. Wilton, na sua sensibilidade de pensar as coisas do Céu, torna-se sinal de Deus do Amor, da Misericórdia e da Redenção, na vida de muitas pessoas.

Com essas razões, espera-se o consenso dos demais ilustres membros do Plenário desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 374/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso à Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração, com sede no município de Maringá, Estado do Paraná, de uma área de 630m2, localizada na Rua Rui Barbosa, no Bairro Zona Sete, quadra 66, Data de Terra sob nº 18, conforme registro geral, matrícula nº 12.673, do Livro 02, ficha 001, do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado para o desenvolvimento das atividades da instituição, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 13.999/2003, e registrada sob nº 4172, livro A-005, do Registro de Títulos e Documentos - Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, visando o atendimento de pessoas carentes nas áreas de saúde, da assistência social

e educacional, oferecendo apoio com amparo físico, material e espiritual, buscando por todos os meios possíveis o restabelecimento da dignidade da pessoa humana.

Parágrafo Único - É vedada destinação diversa daquela prevista nesta lei, sob pena desta cessão de uso tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao patrimônio público do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento ou qualquer indenização, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - A cessão de uso, prevista nesta lei, contará com um prazo de duração de 08 (oito) anos, prorrogável, em conformidade com o interesse das partes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração é entidade beneficente sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional, cultural, situada na rua Princesa Isabel, 535, Maringá, Estado do Paraná, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 13.999/2003, e que visa promover ações filantrópicas de ajuda aos carentes que não possuam meios e nem condições de manter a própria vida dentro de padrões humanos aceitáveis de sobrevivência.

A entidade possui um Conselho de Ética Permanente, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Assembléia Geral, todos os profissionais que dedicam parte de seu tempo e de suas vidas à causa do próximo, sem qualquer tipo de remuneração. Ademais, qualquer pessoa que se enquadre nos objetivos da Associação pode ser sócio e participar da Assembléia Geral ou dos órgãos diretores.

De outro lado, a Associação tem atendido cerca de 7.395 pessoas necessitadas das mais variadas assistências e somente em 2002. Já em 2003 e somente no mês de maio, foram atendidas 1.435 pessoas, o que demonstra o extraordinário trabalho e empenho da entidade em contribuir na solução dos problemas apresentados e um serviço pleno à comunidade e à sociedade.

O imóvel ora solicitado a título de uso contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e mesmo sua ampliação.

O pedido se enquadra nas disposições constitucionais e legais vigentes, preservando o Estado a titularidade do imóvel mas cedendo para uso da entidade e pelo período de 08 (oito) anos nos termos das disposições legais.

Veda-se qualquer tipo de subcessão ou outra destinação que não aquela prevista na lei de cessão de uso, incluindo cláusula restritiva e de devolução do imóvel com todas as benfeitorias para o patrimônio do Estado sem direito a indenização.

Pelo alcance das atividades da Entidade de Utilidade Pública no exercício de suas atividades o presente

projeto de lei se qualifica para receber parecer favorável dos nobres pares.

Acompanha o presente projeto de lei, todos os documentos necessários à sua análise.

PROJETO DE LEI Nº 375/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada no Estado do Paraná a caderneta escolar e sua utilização será obrigatória por alunos da rede pública estadual de ensino fundamental, inclusive para acesso aos estabelecimentos da rede pública diariamente.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação será responsável pela implantação e confecção da caderneta escolar.

Art. 3º - A caderneta escolar será padronizada para toda a rede pública estadual de ensino e será parte integrante de seu conteúdo os seguintes campos de preenchimento diário obrigatório pelos estabelecimentos de ensino:

- a) dados pessoais do aluno;
- b) de comparecimento e falta do aluno;
- c) deveres e direitos do aluno;
- d) advertência;
- e) punições;
- f) participações nas atividades escolares;
- g) notas do aluno;
- h) grade curricular;
- i) campo para quinzenalmente o pai ou responsável assinar, comprovando desta forma o acompanhamento sobre o filho.

Art. 4º - A caderneta escolar deverá conter ainda:

- a) noções básicas de educação moral e cívica;
- b) as letras dos hinos nacional e estadual;
- c) noções de ecologia e meio ambiente;
- d) noções preventivas contra as drogas.

Art. 5º - A caderneta escolar deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelos pais ou responsáveis pelo aluno e pela diretoria da escola.

Art. 6º - A perda ou extravio da caderneta escolar deverá ser imediatamente informada à Diretoria da escola, que tomará as providências cabíveis.

Art. 7º - Fica a critério do(a) diretor(a), a melhor forma do preenchimento do controle de acesso através da carteira.

Art. 8º - A caderneta escolar se refere o *caput* do artigo 3º, terá a forma constante no anexo 01 (um) desta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva criar um documento escolar que atenderá a vários propósitos: instrumento para que pais ou responsáveis possam informar-se diariamente da vida escolar de seus filhos, despertar a responsabilidade em crianças e jovens, alertar aos pais ou responsáveis sobre possíveis riscos notados através da caderneta como: faltas, atrasos e outras ocorrências, fazendo com que pais ou responsáveis tenham um acompanhamento efetivo sobre a vida de seus filhos.

O descrédito do ensino público nos dias atuais, a violência que nos rodeia, o assédio de marginais para induzir crianças e jovens ao caminho do crime e diversos outros fatores que colocam nossos estudantes em situação de risco, forçam-nos a criar mecanismos para a proteção de nossos estudantes, através do monitoramento da conduta escolar.

A caderneta será o documento que acompanhará o aluno durante parte de sua vida escolar, servindo de prova do seu desempenho e de suas qualidades, além de facilitar o acompanhamento do aluno pelos pais e responsáveis.

A caderneta induz o aluno a ter responsabilidade precocemente, pois será o responsável por um documento de uso pessoal contendo importantes informações, colocando em prática, com um gesto simples, uma das mais relevantes lições de cidadania ao alcance de nossas crianças, além de proporcionar uma maior credibilidade à rede pública de ensino fundamental.

Além disso, com certeza, facilitará o controle de acesso aos estabelecimentos de ensino, inibindo desta forma, que pessoas estranhas permaneçam dentro das escolas.

PROJETO DE LEI Nº 376/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado que os Centros de Formação de Condutores, devidamente registrados perante o Detran - PR, deverão disponibilizar obrigatoriamente e permanentemente parte de suas vagas para pessoas com baixo poder aquisitivo, sob pena de perder seu registro.

Art. 2º - São beneficiários desta lei as pessoas em que a renda *per capita* familiar seja igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimos e atendam os requisitos do Código Nacional de Trânsito para a primeira Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 3º - Os Centros de Formação de Condutores disponibilizarão as vagas gratuitas, conforme o número

de carteiras de habilitação expedidas pelo CFC, no mês anterior, seguindo-se a tabela abaixo:

a) CFC's com até 19 (dezenove) alunos/mês não terão obrigatoriedade de disponibilizarem vagas gratuitas;

b) CFC's entre 20 a 45 alunos/mês disponibilizarão 02 (duas) vagas gratuitas;

c) CFC's entre 46 a 66 alunos/mês disponibilizarão 03 (três) vagas gratuitas;

d) CFC's entre 67 a 87 alunos/mês disponibilizarão 04 (quatro) vagas gratuitas;

e) CFC's acima de 87 alunos/mês disponibilizarão 5% (cinco por cento) de suas vagas gratuitas.

Art. 5º - Será de competência da Ciretran, com jurisdição local, o controle da oferta das vagas por parte dos CFC's, e as pessoas que terão direito ao benefício, deverão requerer de forma simples.

Parágrafo Único - O requerimento deverá ser anexo ao processo de iniciação.

Art. 6º - Os benefícios desta lei não estarão isentos dos pagamentos das taxas cobradas pelo Detran-PR.

Art. 7º - O não cumprimento, por parte dos Centros de Formação de Condutores, acarretará advertência, multa e cancelamento do registro perante o órgão Detran-PR.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O desemprego é um dos mais graves problemas sociais de nosso país e deve ser combatido severamente por todos os segmentos de nossa sociedade. Desta forma, todos temos que criar mecanismos de acesso ao mercado de trabalho com igualdade de condições para todos os cidadãos, assim sendo, elaboramos o presente projeto de lei.

A aprovação desta lei auxiliará as pessoas de menor poder aquisitivo que necessitam da Carteira Nacional de Habilitação para terem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. O projeto visa auxiliar as pessoas cuja renda familiar é de até um salário mínimo e meio. Importante frisar que essas pessoas lutam diariamente contra a escassez de empregos e baixos salários. Com a aprovação desta lei estarão livres das despesas elevadas para a obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação.

As necessidades dos cidadãos de baixa renda com alimentação, vestuário, saúde e moradia, freqüentemente os impossibilitam de investir em sua qualificação profissional e os atuais preços cobrados pelos Centros de Formação de Condutores são inacessíveis para grande parte de nossa população menos favorecida pela sorte.

Visando facilitar o ingresso desses cidadãos ao mercado de trabalho, capacitando-os gratuitamente para a obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação é que apresentamos o presente projeto de lei para apreciação, pois acreditamos que vivemos um momento em nosso país onde todos os segmentos têm que ter responsabilidade social e dar sua parcela de contribuição para que juntos possamos encontrar soluções para aumentar as chances das pessoas menos favorecidas.

O projeto de lei em tela tem como objetivo proporcionar aos cidadãos de baixa renda a oportunidade de acesso aos cursos de formação de condutores, uma vez que, rotineiramente, inscrições para diversos concursos públicos são abertas, mas normalmente em um dos seus pré-requisitos de seleção é exigida a posse da carteira de habilitação, fato esse que discrimina e prejudica os cidadãos de baixa renda, tirando-lhes muitas vezes a oportunidade de participar desses processos seletivos, além das oportunidades de emprego geradas pela iniciativa privada que, muitas vezes também dão preferência a candidatos com Carteira Nacional de Habilitação.

Propondo uma parceria entre o Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e os Centros de Formação de Condutores, objetivando executar este projeto de lei e desta forma cumprir um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, onde é mencionado que devemos reduzir as desigualdades sociais e regionais (artigo 3º - inciso III da Constituição Federal); propiciando oportunidades a quem realmente necessita delas.

Com a entrada em vigor do CTB - Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9503/97, tornou-se obrigatório para a formação de condutores, a qualificação do usuário através das auto-escolas ou Centro de Formação de Condutores, que sejam devidamente registrados no órgão executivo de trânsito.

Em razão do parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 50 do Contran, são necessárias 30 horas/aula para o candidato poder prestar o exame teórico, como também mais 15 horas/aula de prática. Essas aulas obrigatórias são ministradas pelos Centros de Formação de Condutores que são empresas particulares devidamente credenciadas e autorizadas pelo órgão executivo de trânsito, de acordo com a Resolução nº 74/98 do Contran e Portaria nº 47/99 do Denatran.

Diante disso houve um aumento excessivo no custo do processo para a habilitação, impossibilitando o acesso de muitos cidadãos paranaenses, notadamente os de comprovada baixa renda, que perdem várias oportunidades de empregos, por não possuírem a Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que não competem em igualdade de condições no mercado de trabalho.

Mediante essa situação, que tanto discrimina e prejudica o cidadão de baixa renda, pois não dá a mínima possibilidade desse cidadão participar do processo para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, é que levamos este projeto de lei que disponibiliza vagas gratuitas,

sem qualquer prejuízo aos grandes, médios e pequenos Centros de Formação de Condutores, favorecendo a população mais necessitada.

PROJETO DE LEI Nº 377/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná, a ser implementado pelas instituições particulares de ensino superior, localizadas no Estado do Paraná, em conjunto com as empresas privadas e seus funcionários, sob a fiscalização da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, na forma disciplinada por esta lei.

Art. 2º - São beneficiados por esta lei os estudantes de baixa renda comprovada nos termos desta lei, que sejam funcionários de empresas que venham a aderir ao programa com a instituição particular de ensino superior.

§ 1º - O convênio a ser firmado entre a instituição particular de ensino superior e empresa, deve ter a devida autorização da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

§ 2º - A lei beneficiará tanto os alunos devidamente aprovados no concurso vestibular das instituições particulares de ensino superior, bem como os que já estiverem com o curso em andamento.

Art. 3º - Aderindo ao Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná, a instituição de ensino concederá 25% (vinte e cinco por cento) de desconto no custo das semestralidades, a empresa arcará com 40% (quarenta por cento) do custo da semestralidade, o aluno beneficiado pagará 35% (trinta e cinco por cento) da semestralidade.

Parágrafo Único - O pagamento à instituição particular de ensino superior e o abatimento concedido serão efetuados semestralmente em parcela única.

Art. 4º - As empresas que pagarem as mensalidades, de acordo com o disposto no artigo anterior, poderão abater até 50% (cinquenta por cento) do valor que pagou à instituição particular de ensino superior com o ICMS a recolher, discriminado em Guia de Informação e Apuração (GIA), ou Livro Registro de Apuração do ICMS, observadas as condições estabelecida no regulamento de ICMS.

Art. 5º - As empresas que não recolhem ICMS, bem como as empresas que não alcançarem o valor do abatimento previsto no artigo anterior poderão negociar seus créditos tributários com outras empresas estendendo-se a todas a compensação tributária cabível.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, após 02 (dois) anos da vigência desta lei, poderá

requerer a implantação de cursos considerados estratégicos e de importância para o desenvolvimento regional.

Art. 8º - Os valores referentes à semestralidade praticados pelas instituições particulares de ensino superior, não poderão ser superiores à média dos valores aplicados nos últimos 02 (dois) anos, observados os índices oficiais de correção monetária.

Parágrafo Único - As instituições particulares de ensino superior tratarão em igualdade de condições os alunos beneficiários desta lei em relação aos demais alunos.

Art. 9º - A relação dos alunos de baixa renda, candidatos ao benefício, será elaborada pela respectiva instituição particular de ensino superior e encaminhada, a cada início do ano letivo, a Secretaria da Ciência e Tecnologia para o registro e certificação da contribuição empresarial.

§ 1º - A relação de alunos a que se refere o *caput* deste artigo será elaborada por uma comissão especial, constituída paritariamente por representantes do corpo docente, discente e administrativo da instituição particular de ensino superior.

§ 2º - Os candidatos serão selecionados com base na insuficiência de recursos, levando-se em considerações os seguintes critérios em ordem:

- a) renda familiar igual ou inferior a 8 (oito) salários mínimos;
- b) ser portador de deficiência física;
- c) quantidade de dependentes do aluno beneficiário;
- d) existência de doença crônica na família;
- e) avaliação do desempenho escolar progressivo.

§ 3º - Os alunos com dependência em mais de 02 (duas) disciplinas, ficam automaticamente excluídos dos benefícios deste programa.

Art. 10 - O Poder Público Estadual dará preferência às empresas participantes desse programa, através dos resultados de licitações para a prestação de serviços ou venda de produtos, nos casos de empate.

Parágrafo Único - Da mesma forma as instituições particulares de ensino superior terão prioridade nos projetos de parceria científica ou na prestação de serviços especializados.

Art. 11 - As instituições particulares poderão aderir ao programa de forma espontânea, não sendo de caráter obrigatório.

Art. 12 - Cabe à Secretaria da Ciência e Tecnologia a divulgação do Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior, através da imprensa e de órgãos de classe como Federações, Associações, Sindicatos, Fundações e outros órgãos similares, mostrando as vantagens da adesão ao programa.

Parágrafo Único - A Secretaria da Ciência e Tecnologia regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa dar condições de acesso para o ensino superior particular ao trabalhador de baixa renda, melhorando sua qualificação profissional e da empresa que terá aprimorado seu quadro de funcionários.

Com a aprovação deste projeto de lei, estaremos diminuindo efetivamente as desigualdades sociais, qualificando nossos trabalhadores que por terem baixa renda não têm as mesmas oportunidades de acesso ao ensino superior, promovendo desta forma um maior desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

A parceria entre o Estado e empresas privadas promoverá o desenvolvimento através de oportunidades iguais para pessoas de baixa renda, atendendo sem sombra de dúvidas a vontade popular.

Uma das atribuições dos legisladores desta Casa é aprovar leis que venham ao encontro dos anseios da comunidade, com este projeto estamos oferecendo a nossa parcela de contribuição para minorar o problema da desigualdade social.

Segundo normas da nossa Constituição Estadual (artigo 200) cabe ao Poder Público com a participação das empresas privadas e as instituições de ensino, promover o desenvolvimento científico e tecnológico para garantir, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

De acordo com o artigo 203 da Constituição Estadual, o Estado concederá meios e condições especiais de trabalho na formação de recursos humanos nas áreas de ciência pesquisa e tecnologia. Da mesma forma, a lei apoiará e estimulará as empresas que propiciem investimentos em formação e aperfeiçoamento dos seus recursos (art.204).

Contudo, o mais importante é demonstrar que todas as partes envolvidas no Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná sairão beneficiadas, quais sejam, o Governo do Estado do Paraná, a instituição particular de ensino superior, a empresa e principalmente o aluno de baixa renda que não teria condições de arcar com a mensalidade do ensino superior.

O Governo do Estado passará a custear uma vaga no ensino abatendo o ICMS das empresas. Teria ainda uma maior vantagem de não precisar fazer investimentos na aquisição de terrenos, na construção de faculdades, na contratação de mais professores e na manutenção de novas instituições de ensino, pois como notoriamente se sabe a demanda e a necessidade de vagas para o ensino superior está cada vez mais aumentando, isso tudo sem

precisar fazer novos e custosos investimentos, investindo em uma estrutura já montada e funcionando.

A empresa, ao pagar 40% da mensalidade do seu funcionário poderá valer-se dos incentivos fiscais que a presente lei oferece, bem como a preferência quando da participação em licitações e concorrências para a prestação de serviço ao poder público. O maior benefício da empresa seria o aprimoramento dos seus recursos humanos, tornando-a mais competitiva no mercado de trabalho, contribuindo para um melhor nível de qualidade da empresa em decorrência da alta qualificação da sua equipe de trabalho.

A instituição privada de ensino superior, aderindo ao Programa com o abatimento de 25% do valor das mensalidades, compensaria a diminuição na arrecadação com o volume de alunos que poderiam estudar na instituição de ensino. Outra vantagem seria a diminuição da taxa de inadimplência e da evasão, o que evitaria maiores transtornos financeiros.

Quanto a vantagem aos alunos dispensem-se maiores comentários. Vale apenas dizer que estes não irão precisar pagar financiamentos abusivos após o término do curso, como é cobrado pelo programa de incentivo do governo federal.

Importante ressaltar também que o presente programa, de forma alguma representaria uma privatização do ensino público, que continuará forte e eficaz como sempre foi, e sim, um incentivo aos alunos de baixa renda que não puderam pagar bons e caros cursos preparatórios para passar em um concorrido vestibular de ensino público e que necessitam trabalhar o dia inteiro, não tendo um maior tempo para despender com os estudos. Além do que o Estado cumpriria com o seu papel previsto na Constituição estadual como agente estimulador do avanço educacional, científico, social e econômico.

PROJETO DE LEI Nº 378/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As associações, fundações, organizações, sociedades e entidades sociais, comunitária e esportivas sem fins lucrativos ficarão isentas das taxas e custas cobradas pelos atos dos Órgãos de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2º- Para efeitos de isenção desta lei compreende-se todos os atos praticados pelos Órgãos de Justiça, regulados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e fiscalizados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, como Órgão Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário Público, Avaliador, Cível, Criminal, Família, Infância, Juventude e Oficiais de Justiça.

Art. 3º - A entidade comprovará sua qualidade de entidade social sem fins lucrativos através de seu estatuto

ou outro documento que prove tal qualidade, desde que em dia com a legislação;

Art. 4º - Somente ficarão isentas das custas os documentos ou processos em que figurarem como parte a entidade a que se refere o artigo 1º.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Para que as instituições sejam legalmente constituídas é necessário dispor de recursos financeiros para registro em cartório de ata de fundação, estatuto social e ata de eleição, sem estes documentos devidamente registrados nenhuma instituição estará legalmente constituída.

A legislação vigente prevê incentivos fiscais e benefícios para entidades sem fins lucrativos, porém apenas para as que estejam legalmente constituídas.

Em razão de seu objetivo social, ou seja, não visar lucros, essas instituições passam por inúmeras dificuldades financeiras, ficando inclusive impossibilitadas de ter acesso a estes benefícios.

As instituições sem fins lucrativos prestam excelentes serviços à nossa comunidade, enfrentam diversas dificuldades para realizar trabalhos em prol da população.

Para constituir de fato e de direito estas entidades o primeiro passo é registrar em cartório os documentos acima referidos, assim sendo, o número de entidades que vivem longe da legalidade é muito grande.

Com a aprovação desta lei, estaremos facilitando para que todas as entidades exerçam seu direito à legitimidade, priorizando sua constituição legal, podendo desta forma viabilizar recursos para desenvolvimento de projetos, visando melhorar o relacionamento humano e social, através de atividades essenciais comunitárias.

Considerando que a aprovação desta lei vem ao encontro dos anseios dos movimentos organizados e que os esclarecimentos cartorários, como prestadores de serviços não seriam prejudicados financeiramente, pois estariam colaborando de forma eficaz com a comunidade, reduzindo assim o número de entidades que vivem na ilegalidade e dando sua parcela de contribuição social às entidades e a toda população.

PROJETO DE LEI Nº 379/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada a isenção do pagamento de taxas e emolumentos para a obtenção de certidões criminais perante os Ofícios de Justiça, as Delegacias de Polícia, o Instituto de Identificação do Estado do Paraná e Vara de Execuções Penais.

Art. 2º - A isenção é unicamente de caráter pessoal, sendo proibido à parte requerer gratuitamente a certidão em nome de terceiros, salvo em caso de prisão ou doença, através de procuração outorgada pelo interessado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria das empresas atualmente para contratar seus funcionários exige como pré-requisito de admissão várias certidões de antecedentes criminais. Diante dessa situação, muitos desempregados perdem oportunidades de empregos por não possuírem recursos financeiros para a obtenção destes documentos.

Apesar dessa cobrança estar prevista por legislações estaduais como o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná e Lei nº 6149 de 1970, entendemos que essas leis estão em discordância no que se refere à cobrança destas taxas, uma vez que contraria o que está previsto como um dos direitos fundamentais do cidadão, previsto no artigo 5º, XXXIV da nossa Constituição Federal, a obtenção de certidões nas repartições públicas independente de taxas, senão vejamos.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Como legisladores e legítimos representantes do povo do Paraná, não podemos nos furtar de exercer também nosso papel fiscalizador, ainda mais diante de tamanha inconstitucionalidade em detrimento da população mais necessitada.

PROJETO DE LEI Nº 380/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Determina aos Centros de Formação de Condutores a apresentação de cópias das notas fiscais de prestação de serviços, para posterior anexação nos processos de iniciação ou alteração da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Art. 2º - O órgão responsável pelo controle determinado por esta lei, será a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo intensificar a fiscalização sobre o pagamento de impostos sobre os serviços prestados pelos Centros de Formação de Condutores, contribuindo desta forma com grande parte dos municípios do Estado do Paraná no controle da arrecadação do imposto sobre serviços - ISS, além de evitar a sonegação do Imposto de Renda.

O Estado deixa de arrecadar altos valores em razão da sonegação de impostos. A aprovação desta lei vem ao encontro da política de combate à sonegação que o atual governo vem praticando, pois facilita a fiscalização por parte dos órgãos competentes, aumentando a receita do Poder Público e conseqüentemente os investimentos em saúde, educação, saneamento e outras prioridades.

A aprovação desta lei não acarretará prejuízos aos empresários do setor, que já praticam corretamente a emissão de notas fiscais de todos os serviços prestados. Por outro lado, forçará o empresário mal intencionado a não se furtar do pagamento de impostos, aumentando a transparência de todos os atos por eles praticados.

Desta forma estaremos contribuindo para uma maior arrecadação que se reverterá em benefícios para toda população, sem prejudicar os bons empresários.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a gentileza e a compreensão dos Srs. parlamentares, para nós usarmos somente o horário que nos permite o Regimento Interno.

Não irei dar prorrogação. Encerrou os cinco minutos no Pequeno ou no Grande Expediente, será cortado o som, porque teremos três a quatro sessões ainda hoje.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna nesta tarde, senhor presidente, para aqui trazer a informação para todos aqueles que compõem esta Casa, para todos aqueles que estão aqui no Plenário da nossa Assembléia Legislativa para acompanhar passo a passo esta Sessão Plenária.

Hoje era meio-dia, doze e trinta minutos, na rádio CBN teve uma entrevista, uma cobertura que foi feita com relação à invasão de mais uma praça de pedágio no Estado do Paraná, no trecho que liga ao litoral do Estado e a imprensa fazendo a cobertura, e colocava um dos manifestantes que ali estava, que a concessionária havia buscado na Justiça um interdito proibitório justamente para se prevenir na ação do movimento sem-terra, caso eles viessem a invadir mais esta praça de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

E pasmem, senhor presidente, senhores deputados, quando se fazia a entrevista, deixou claro ao repórter que aqueles invasores daquele momento da praça do pedágio, de acordo com a lei e de acordo com o interdito proibitório, teriam que pagar uma multa de 100 mil reais por dia à concessionária. E pasmem, senhor presidente, o entrevistado, o meu amigo da cidade de Ponta Grossa, Neuri Tigrão, que ontem esteve aqui participando conosco, com uma bonita camiseta escrita - Xô, pedágio, e na hora que entrevistaram o Neuri sobre quem iria pagar esta multa, se eram os caminhoneiros, se eram as entidades que representam os caminhoneiros, ele deixou claro, senhor presidente, senhores deputados - não, os caminhoneiros não vão pagar não, - tem que pagar a multa aquele que está organizando o movimento de invasão aos pedágios no Estado do Paraná. E disse nos microfones da rádio CBN que é o senhor Acyr Mezzadri, do PMDB, que está organizando todas essas invasões às praças de pedágio no Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, palavras do senhor Neuri Tigrão, meu amigo e companheiro que foi candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores nas últimas eleições.

Então, fica claro para mim, fica claro como está orquestrado todo esse processo de invasão às praças de pedágio no Estado do Paraná. É um movimento político, e o Partido do Governador e uma parte dos seus assessores estão por trás de tudo isso.

Não sou eu que estou falando, senhores deputados e senhoras, deputados e deputadas, senhor presidente; foi o senhor Neuri Tigrão, um dos membros do Movimento União Caminhoneiro, que faz parte, não sei se está aqui participando desta Sessão Plenária, mas hoje pela manhã estava nessa praça de pedágio que foi invadida e relatou que o senhor Acyr Mezzadri, membro do PMDB é que tem que pagar a multa, porque é ele que está organizando todas essas invasões no Estado do Paraná.

Era só, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

O deputado Plauto vem acusar um companheiro nosso do PMDB, do Xô Pedágio, inclusive eu fiz parte de reuniões, o nosso partido fez parte.

Agora, eu não sei se o Tigrão que ele diz, o deputado Plauto, faz parte do PMDB ou é o dedo-duro do lado dos caminhoneiros, mas temos uma revelação; o deputado Plauto parece ser o advogado dos donos das concessionárias. Eu não sabia que o deputado Plauto se investia nessa condição de defensor dos donos das praças de pedágio. Eu desconheço, senhor presidente, e gostaria que o deputado até nos revelasse, talvez, essa nova função sua.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para deixar claro que estas declarações eu ouvia na rádio CBN, no momento que mais uma das praças de pedágio estava sendo invadida,

pelo meu amigo, Neuri Tigrão, representante do Movimento União Caminhoneiros.

Eu não sou representante de ninguém; estou do lado da ordem, do lado da lei, do direito dentro do nosso Estado do Paraná. E espero que o governador do Estado do Paraná cumpra a lei, senhor presidente, não só com relação às invasões de pedágio, mas também em relação às invasões de terras. Ele que cumpra as reintegrações de posse que o Poder Judiciário mandou.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Mudou o assunto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está cassada a palavra dos dois deputados.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu apenas quero registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Toledo, Lúcio de Marqui, e vereador Rogério Murcija e ainda o oficial da Câmara de Toledo, Leonildo Bortolini e ainda Almir Silveira, assessor da Câmara de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas-vindas aos visitantes.

Com a palavra, o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Atendendo a solicitação dessa presidência, prometo ser breve aqui na denúncia que venho fazer contra o meio ambiente e contra a economia paranaense. Nas margens do Rio Paranapanema, divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Paraná, indústrias cerâmicas e olarias estão retirando, clandestinamente, argila de algumas propriedades rurais causando graves danos ambientais e econômicos ao nosso Estado.

Por conta disso, ao longo da margem do Rio Paranapanema estamos vendo crateras tomadas pela água e a vegetação totalmente destruída. Tenho inclusive as fotos que comprovam esta denúncia que é muito grave e estamos solicitando providências por parte do secretário Estadual da Fazenda, Heron Arzua, para que aumente a fiscalização e que ela passe a ser ostensiva e diárias nos postos da Receita Estadual na divisa com São Paulo.

Também estamos solicitando um requerimento neste mesmo teor, ao senhor secretário de Estado do Meio Ambiente do Paraná, doutor Luiz Eduardo Cheida, para que ele possa aumentar o número de fiscais do IAP e do escritório regional de Jacarezinho para que possam fazer esta fiscalização, evitando com isso, um prejuízo, não apenas ambiental, mas também econômico para o nosso Estado.

Mas uma vez eu gostaria de frisar isso aqui, gostaria de solicitar também providências por parte da Comissão de Finanças desta Casa e da Comissão de Meio

Ambiente para que tome providências em relação a esta denúncia.

Para finalizar, explicar que em Ourinhos, na divisa de São Paulo com o Paraná, está sendo construída uma usina hidrelétrica que vai alagar os municípios de Ribeirão Claro, Jacarezinho e Ourinhos, e gostaríamos de dizer que não é por causa do alagamento que vamos fazer vista grossa a esta fiscalização que merece ser feita.

Gostaria de finalizar por aqui e tomar a minha medida, como deputado, denunciando este crime ambiental e econômico contra nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, deputado Elio Rusch.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Deputado Elio Rusch, eu peço a V. Exa. um minutinho apenas.

Estão aqui nas galerias os nossos agricultores da agricultura familiar e vão usar aqui da palavra no Grande Expediente, se não me falha a memória.

O Grande Expediente está cedido à Fetaep e estão aqui também presentes à nossa Sessão de hoje os nossos companheiros do Sindi-Seab, Sindicato do Sistema Estadual de Agricultura.

Quero agradecer a presença e justificar o fato de que eles não poderão nesta data fazer uso da tribuna, tendo em vista que teremos oito votações a se fazer, todos os Expedientes estão determinados para os senhores deputados.

E quero, então, deixar aqui o nosso agradecimento ao Sindi-Seab e deixar registrado a nossa solidariedade às reivindicações dos servidores do sistema estadual de agricultura, pedir, em nome do presidente, em nome da Casa, escusas por não poder ceder hoje aqui, teria que ter um requerimento anterior e esse requerimento, aqui, registrado.

Então, vamos deixar registrado isso, e numa próxima oportunidade, que nós possamos ouvir os nossos servidores da Secretaria Estadual de Agricultura, do Sistema Estadual de Agricultura que muito têm contribuído para o Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Também quero registrar aqui a presença do secretário de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, Padre Roque Zimerman, que vem aqui nesta Casa para receber homenagem pelo 26º aniversário da Agência do Trabalhador, que completa exatamente no dia de hoje.

Por isso quero registrar e na hora da Liderança do PMDB nós iremos fazer uma homenagem à Agência do Trabalhador.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Quero aproveitar também para registrar neste momento, aqui, a presença do secretário de Esportes do

Estado do Paraná, o ex-vereador Ricardo Gomide, que veio acompanhar a votação da Universidade de Esporte hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o senhor deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prezados paranaenses que nos honram com a sua presença, lideranças da agricultura, dos pequenos agricultores do nosso Estado, que alguns já estão presentes nas galerias da Assembléia Legislativa.

Senhores deputados, uso este expediente para tecer algumas considerações que acho necessário para que fique registrado nos anais da Assembléia Legislativa.

Primeiro, toda a sociedade do Paraná e do Brasil sabe, que tivemos as eleições para presidente da República, governador, senadores, deputados federais e estaduais, lógico, os eleitores foram às urnas e depositaram os seus votos, na majoritária, ou seja, para presidente da República e para governador, depositaram os votos nos candidatos cujas as propostas foram apresentadas nos programas eleitorais de televisão, de rádio e também levado nas casas dos eleitores as suas propostas e os seus programas de governo.

No Paraná, o governador Jaime Lerner, que entregou o cargo para o governador Roberto Requião, que foi eleito democraticamente, vencendo no segundo turno o seu adversário, a exemplo daquilo que aconteceu em 1990 quando foi eleito governador também pela primeira vez, e ele teve nos seus programas de governo e nas suas propostas algumas afirmações que foram feitas, promessas, e nós esperamos que elas possam ser cumpridas.

Passaram-se seis meses da administração, tanto no Estado como no Governo Federal, mas nós temos que lembrar, são seis meses de administração, mais dois meses que antecederam à posse e pós-eleição, o que foi exatamente o governo da transição que houve no Estado do Paraná.

O governador Roberto Requião, quando então candidato, fez diversas promessas, entre elas a energia, a luz de graça para o pobre no Paraná, água de graça para o pobre do Paraná, 40% de desconto na energia elétrica para as novas empresas que viessem se estabelecer no Estado do Paraná, e assim sucessivamente. E eu quero só lembrar na sessão de hoje, ontem eu já fiz algumas considerações sobre isso, que vamos para os números agora. A imprensa no Paraná inteiro noticia que vai ter um aumento de 25% na energia elétrica no Estado do Paraná pela Copel. E aí eu digo: e aquela frase: “A Copel é nossa”! Ora, se a Copel é nossa, é do povo, se ela é do povo e é do governo temos que instituir exatamente os nossos critérios e estabelecer os percentuais de aumento na energia elétrica.

Então, quer dizer que na campanha você promete água e energia de graça, seis meses depois você aumenta 25% da energia elétrica no Estado do Paraná para os nossos contribuintes? Essa é a campanha? Essas são as promessas? Esse é o plano de governo que se estabeleceu no Estado do Paraná? Aliás, e por falar em plano de governo, e aquilo que se prometeu, e aquilo que se faz e aquilo que se executa no nosso Estado, vamos citar alguns outros exemplos.

O que é que está acontecendo no Estado do Paraná?

Ontem, o deputado Plauto Miró, Líder do PFL, usava esta tribuna, e hoje me antecedeu fazendo referência nas invasões de propriedade que acontecem no Estado do Paraná, e a imprensa também está noticiando as sessenta e sete invasões só este ano, só no Estado do Paraná, mais de cinquenta e tantas ocupações.

Aonde está o estado de direito?

E o direito à propriedade, não é respeitado?

Eu sempre disse e o nosso Partido, o PFL, a nível nacional, tem defendido isso exaustivamente, é a favor da reforma agrária, mas respeitando a propriedade, uma reforma agrária justa, disciplinada, que possa atender aos interesses dos pequenos agricultores e daqueles que realmente precisam da sua propriedade.

E o que se estabeleceu no Estado do Paraná? Estão ferindo o direito da ordem pública no Estado do Paraná, estão incentivando a desobediência civil no nosso Estado, está se instalando no Estado do Paraná a desordem, está se instalando no Estado do Paraná o caos. Nós estamos praticamente num barril de pólvora, senhor presidente e senhores deputados! O que é que está escrito na nossa bandeira nacional?

Duas palavras que dizem tudo: ordem e progresso!

Não existe progresso sem ordem! Primeiro temos que restabelecer a ordem, para daí sim ter o progresso no nosso Estado e no nosso país!

É isso que defendemos, senhor presidente e senhores deputados, não é concebível que continuemos assistindo a desordem aqui no Estado do Paraná, quando não se respeita a propriedade, quando não se respeita o direito da ordem pública no nosso Estado! Não podemos admitir jamais, deputado Antonio Anibelli ilustre líder do PMDB aqui na Assembléia Legislativa, porque se tem uma coisa que temos que respeitar é a propriedade, porque acima dos governos e acima dos homens existe a lei, e a lei tem que ser cumprida.

Lei e decisão da Justiça não se discute, cumpre-se! E assim temos que agir.

Aliás, por falar em ordem, deputado Antonio Anibelli por que é que os sem-terra não fazem no pedágio o que fazem os nossos pequenos agricultores? O Grito da Terra 2003, vem anualmente aqui na capital do Estado, mas vem numa ordem pacífica, ordeiramente vem aqui debater na Assembléia Legislativa e vão usar o Grande Expediente hoje, nesta tribuna, para defender os seus interesses, brigando pelos legítimos interesses do

pequeno proprietário do estado do Paraná. Vocês têm o nosso apoio, como devem ter o apoio de 54 deputados da Assembléia Legislativa.

O Sr. Antonio Anibelli

Quero corroborar com V. Exa, à ordem dos nossos visitantes da Fetaep.

E quero cumprimentar o presidente por ter chamado a atenção de um cidadão de Nova Aurora que falou com o respeito nesta Casa com todos os deputados e com o nosso visitante.

E nós somos solidários a V. Exa. contra a invasão de terra, contra a invasão de pedágio, mas não admito que V. Exa. um deputado respeitável, vice-presidente desta Casa, que dirigiu esta Casa com muito respeito, venha criticar o aumento da luz! Somos contra o aumento da luz, porém, não é porque o Requião ganhou a eleição que vai dar luz de graça inclusive para V. Exa., que votou contra a Copel!

Não podemos admitir isso, deputado, com todo o respeito.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado Anibelli, o governo do Paraná foi eleito democraticamente e eu, como homem democrata, aceito a decisão da maioria, como aceito a decisão da maioria aqui na Assembléia. Aceitei, ontem, aceito hoje e V. Exa. como homem democrata também, deve aceitar a decisão da maioria da Assembléia Legislativa do passado. E quem usou a frase: “A Copel é nossa, não foi este deputado; foram os deputados que hoje dão sustentação ao governo, e se a Copel é nossa, vamos dar o aumento que nós quisermos. Se a Copel é nossa ela é do Paraná.

(Discussões paralelas)

Concedo o aparte ao deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Estive na Copel hoje pela manhã em audiência com o seu presidente Paulo Pimentel, que nos contou que no dia de amanhã ele e o governador do Estado Requião estão indo a Brasília para uma audiência com a ministra para tratar exatamente da questão desse aumento, e que o governo, através da Copel, vai tentar uma autorização para que esse aumento determinado pelo Governo Federal seja concedido através de três ou quatro vezes.

Então, quero trazer a esta Casa, aqui, que o Dr. Paulo Pimentel vai a Brasília, amanhã, para tentar negociar a autorização para que não seja de uma só vez o aumento.

Fica o registro, aqui. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço a V. Exa. a benevolência, ao deputado Jocelito.

Só dizer que se a Copel é nossa nós vamos entrar com requerimento hoje ainda, assinado pela Bancada da Oposição pedindo que esses 25% não sejam aplicados nas tarifas do Estado do Paraná.

Como o governo é democrático, a Copel é nossa e do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, nós da bancada de Oposição, estamos já há alguns dias denunciado através da imprensa, denunciado no plenário da Assembléia Legislativa, denunciando na Comissão de Constituição e Justiça que o Governo do Estado, ao invés da encampação, poderia se valer de outras formas previstas na Lei nº 8987, Lei das Concessões, para pôr fim ao Estado do Paraná.

Falávamos inclusive, deputado Nelson Justus, que era uma maneira de trazer a co-responsabilidade da Assembléia Legislativa, mas que se o Governo quisesse, eu disse isso da tribuna da Assembléia. Se o problema era o preço, poderia reduzir unilateralmente o preço das tarifas do pedágio. O deputado Valdir Rossoni da tribuna desta Casa, chegou a afirmar que se o governo quisesse, poderia simplesmente baixar um decreto de intervenção nas concessionárias do Estado do Paraná.

Lembro-me que afirmei aqui que o governo poderia ter optado pela rescisão unilateral do contrato, poderia ter denunciado a caducidade que seria a inadimplência do contrato, sem buscar o respaldo da Assembléia, porque, quando assim o fazia, buscava somente a solidariedade desta Casa de Leis.

Pois bem, eu reputo o governador como um dos homens mais inteligentes que conheci em toda a minha vida. Ele pensa e age de maneira premeditada. Claro, a intervenção não depende da Assembléia Legislativa. Hoje pela manhã, não para a minha surpresa, eu vi o governador na rádio CBN, decretando a intervenção no Estado do Paraná.

Claro, mas como diz o professor Eli Lopes Meirelles, “para que você possa decretar a intervenção, há que se ter o perigo eminente”. Como a própria lei também diz. A lei das concessões também diz que há que se ter perigo eminente, mas, há um mês atrás, não se tinha o tal perigo eminente. Isso não é problema no Paraná. O perigo a gente incentiva e a gente cria, porque aqui, infelizmente, tudo é permitido. Há mais de um mês, nós já sabíamos de uma articulação feita pelo senhor Acyr Mezzadri, pelo Movimento Brasil Caminhoneiros, pelo MST, de invasão das praças de pedágio no Estado do Paraná.

Há mais de um mês isso já era do nosso conhecimento, mas o Estado do Paraná tem essa facilidade de

criar o perigo. Não só de criar, mas de prever e dizer não hajam.

Ora! o que disse aqui um oficial da Polícia Militar ontem pela manhã? “Comunico-vos que está previsto na data de hoje às 10h00, o perigo eminente, necessário, para intervenção na BR-277, proximidades do Café Damasco. Na cidade de Curitiba, o Movimento de Caminhoneiros, que se deslocarão em carreata até a Assembléia Legislativa, onde irão manifestar-se em favor da decisão governamental ou encampamento das rodovias pedagiadas pelo Estado, sendo que paralelamente ao movimento dos caminhoneiros integrantes do MST, pretendem invadir praças de pedágio em todo o Paraná, liberar as cancelas para passagem de veículos sem a cobrança da tarifa.

Também está previsto para o dia 25/06 a partir das 7 horas, a tomada de todas as praças de pedágio por integrantes do Movimento União Brasil Caminhoneiros, que pretendem obstruir as rodovias, permitindo apenas a passagem de ônibus, ambulância, automóveis, no dia 26/06. Deverá haver outro Movimento Coordenado pelos Caminhoneiros.”

Qual não foi a minha surpresa, agora na CBN também, logo após o almoço uma entrevista do Sr. Tigrão, mediando um interdito proibitório, cobrando-lhe a responsabilidade que teria ele e seu movimento...

Peço a Liderança da Oposição, senhor presidente.

Nós estamos requerendo agora, à rádio CBN, para que envie à Assembléia Legislativa as palavras do senhor Tigrão, dizendo que isto não era de responsabilidade dele, mas sim do senhor Acyr Mezzadri, fazendo inclusive alusões a partidos políticos que aí até não quero acreditar que possam ser verdadeiros, mas, expressamente, ao senhor Acyr Mezzadri.

Mas, como dizia, talvez para o desavisado, para o menos avisado, poderia chegar à conclusão que este perigo iminente criado, que justifica a intervenção por 180 dias, pudesse ser obra, talvez, de uma ação anárquica, pudéssemos talvez estar instalando no Paraná a falta de um estado de direito, os pressupostos necessários para o anarquismo. Até porque uma das condições para o anarquismo é a cooperação de grupos organizados, que depois desautorizam a autoridade e colocam em risco o próprio poder governamental. Talvez para alguém menos avisado, seria o próprio anarquismo se instalando no Paraná.

Para mim, não. Eu não acredito que a intenção seja o estado anárquico. Acredito muito mais em uma inspiração de Mussolini, quem sabe até criando neste Estado ou tentando se criar a antítese do liberalismo, que seria um estado nacionalista. A antítese do liberalismo, que seria um estado autoritário e antidemocrático, que são os pressupostos para um estado fascista.

E eu não posso aceitar calado, efetivamente, esta forma como se está conduzindo a coisa pública neste Estado e do jeito que as coisas caminham, nobre deputado Valdir Rossoni.

Por isso, faço um apelo aos deputados da base do governo: aonde está a pressa para encampação, a partir de agora, se o governo já fez o que poderia ter feito, dentre as muitas outras medidas?

O Sr. Nelson Justus

Deputado, quero cumprimentá-lo pelo seu discurso. E V. Exa., deputado Durval Amaral, sabe a minha posição nesta Casa. Apóio o governador Requião e acho, definitivamente, que todos os mecanismos que possam ser utilizados para que se reduzam as tarifas de pedágio são válidas. Eu torço para que, efetivamente, a negociação aconteça, e as tarifas que estão altas, sejam reduzidas.

Concordo *in totum* com V. Exa. quando diz que a partir deste momento, a matéria que devemos votar hoje está prejudicada. A partir do momento que o governador decreta a intervenção das concessionárias, eu que ontem votei abertamente e fiz minha fala nesta plenária, desta tribuna, deixo de votar neste momento, ausento-me da Sessão, porque não há mais razão para votar, porque está decretada a intervenção das concessionárias, razão pela qual não há necessidade alguma da encampação por 180 dias. Temos a intervenção, e que durante este período as cabeças iluminadas resolvam negociar ou não.

Até lá, viva o MST. Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Obrigado pelo aparte, nobre deputado Nelson Justus.

É exatamente isto o que buscamos agora, o bom senso, o equilíbrio. O governador decretou 180 dias de intervenção. Diz a lei que 30 dias ele tem para fundamentar os pressupostos, os motivos, as razões que levaram à intervenção o Poder Judiciário. Durante esse período sequer cabe a ele se manifestar, exceto se daqui a 30 dias o Poder Executivo não tiver conseguido fundamentar as razões que motivaram a intervenção, automaticamente o Poder Judiciário poderá tomar uma decisão a esse respeito.

Não há mais o perigo, o risco, não há mais a necessidade de votarmos a implantação, porque o Governo se antecipou. Então, nobres deputados é uma questão de bom senso, vamos evitar a votação. Por quê? Ontem, eu ouvi o nobre líder do Governo, como diversas vezes ouvi, não só na tribuna, não só nas entrevistas, dizendo que a implantação não tinha por fim o seu próprio propósito de encampar realmente, que o objetivo era a negociação.

Veja só, o Governo age totalmente dissociado do posicionamento de sua própria bancada, na Assembléia Legislativa. Até quem diz respeito à própria Assembléia Legislativa neste momento. Então, vamos ter bom senso, nobre deputado José Maria. A intervenção está decretada; vamos suspender essas votações na tarde de hoje para que possamos efetivamente, com bastante ponderação, analisar isso posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próxima oradora, deputada Luciana Rafagnin.

Reitero novamente o pedido aos senhores deputados, que respeitem o horário estabelecido.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, companheiros e companheiras aqui presentes, senhores familiares, servidores públicos representados aqui, pelo Sindi Seab - CUT.

Queremos deixar a nossa solidariedade, a solidariedade da Bancada do PT, todos os servidores que aqui também estão batalhando pelo reajuste salarial, também aos agricultores familiares que estão lutando pela valorização da nossa agricultura, seja agricultura familiar.

Quero parabenizar o Padre Roque, nosso secretário de Estado e Trabalho, Emprego e Promoção Social e toda a sua equipe. Parabenizar o 26º aniversário da Agência do Trabalhador de Curitiba, cumprimentar o secretário de Esporte Ricardo Gomide.

Senhor presidente e senhores deputados, nós tivemos no dia de ontem, o lançamento pelo nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar. Importante as propostas que foram lançadas pelo Governo Lula, importantes para a nossa agricultura familiar.

Nós tivemos na manhã de hoje, aqui no plenarinho, a presença do vice-governador Orlando Pessuti, também do secretário nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Walter Vianini. Além da presença de muitas entidades, de vários deputados que lá estiveram a Elza, o Elton, o Dobrandino, Pedro Ivo, o Artagão, o Hermes da Fonseca, o Miltinho Pupio, a Cida, o Francisco Bühner e também os assessores do deputado Nereu Moura e Augustinho Zucchi estiveram presentes.

Foi importante, porque deu para a gente acompanhar um pouco o que vai ser o Plano Safra da Agricultura Familiar. O Plano Safra vai ser o maior da história brasileira, vai envolver recursos de aproximadamente mais de 5 bilhões de reais, enquanto que no Governo anterior se aplicava no máximo 2,2 bilhões, o programa do Lula é de 5,4 bilhões de reais. O número de agricultores beneficiados vai aumentar de 970 mil, para 1 milhão e 400 mil, o que demonstra uma inversão de prioridade, na questão de investimento à nossa agricultura familiar e auxiliar os nossos agricultores que trabalham, que produzem para o nosso país.

A agricultura familiar são mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares. Equivalente a 84% dos imóveis rurais do país. De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados na atividade familiar. Quase 40% do valor bruto da produção agropecuária vem da agricultura familiar. Neste ano serão cerca de 57 bilhões. De todos os alimentos consumidos no país a agricultura familiar é responsável por quase 70% da produção do feijão, 84% da produção da mandioca, 58% da produção de

suínos, 54% da produção de leite e 49% da produção do milho.

Aqui no Estado do Paraná a Agricultura Familiar representa 80% das propriedades rurais, gera 70% dos empregos no campo e atinge 60% da produção agropecuária do Paraná, movimentando cerca de 19 bilhões de reais.

O Plano Safra vai oferecer aos agricultores-familiars um cartão do financiamento nos Bancos de uma maneira mais rápida e mais simples. Também vai ser criado novas linhas do Pronaf que vão contemplar a questão do Pronaf-Jovem Rural; Pronaf que contempla a questão da mulher, Pronaf-Turismo, Pronaf da agricultura e também o Pronaf de máquinas e equipamentos, esse também sofreu um reajuste de mais de 50%. Além de viabilizar os recursos, o governador se preocupou em criar as condições para que o dinheiro chegue ao agricultor.

Não vou poder explicar todo o programa “Plano Safra” para a agricultura familiar, mas dizer aqui que uma das grandes lutas dos nossos agricultores é que o recurso fosse liberado sempre no início de julho, porque é sempre liberado quando já passou a época do plantio. E o Governo Lula disse que na primeira quinzena de julho o recurso já vai estar disponível para os agricultores.

Ficamos felizes com essa Plano Safra e, com certeza estaremos cobrando do governo Lula que realmente sejam aplicadas todas essas propostas que vão beneficiar muito os nossos agricultores. Consequentemente vai trazer o desenvolvimento para o nosso Estado e nosso país.

Muito obrigada!

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um registro nesta Casa, de uma lei que é bastante importante para o nosso país, de autoria de um deputado paranaense, do deputado Ricardo Barros. Foi aprovada ontem na Câmara Federal e a “Voz do Brasil” já pôde falar dessa lei que é bastante importante para a nossa sociedade.

É a lei que altera o Projeto de Lei nº 3206 que diz o seguinte:

“Atestado de pena a cumprir emitido anualmente sob a pena de não poder continuar preso”.

Isso significa que os nossos presidiários poderão, ao final de cada ano, obter um atestado de pena a cumprir. Ele poderá saber quanto tempo ainda lhe resta para cumprir. É bastante justo, porque em nossos presídios, além de superlotados, muitos presos têm famílias esperando para que eles possam voltar a se reintegrar na sociedade, aos seus familiares.

Gostaria de dar os parabéns ao deputado federal Ricardo Barros, que é um paranaense, defendendo os interesses do nosso país. Esta Casa poderia estar emitindo os parabéns ao nosso deputado.

Muito obrigada!

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Não posso deixar passar essa oportunidade de também me congratular junto com o deputado federal

Ricardo Barros, do PP, que orgulha o povo do Paraná e conseguiu uma Emenda que vai corrigir uma distorção muito grande no sistema carcerário brasileiro. Hoje, pela manhã, neste mesmo plenário, por iniciativa do deputado estadual Tadeu Veneri, houve a reunião conjunta das comissões de educação, de segurança pública e de direitos humanos, em que recebemos agentes penitenciários para tratar dessa questão que é um “barril de pólvora”.

Nós tivemos anteontem em Manaus uma rebelião com a morte de quinze presos, se não me falha a memória. Nós temos, hoje, seis mil e quinhentos presos cumprindo pena, muitos deles ilegalmente até, pois para quem não sabe, alguns presos chegam a ficar até dois anos cumprindo pena além da prevista pelo Poder Judiciário. Por isso, nós temos que louvar uma iniciativa como essa do deputado Ricardo Barros, e me somo, aqui, junto com a deputada Cida Borghetti para que nós todos nos congratulemos e possamos ver implementada essa medida.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência quer também se somar aos cumprimentos ao deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, nobres companheiros deputados, platéia que nos visita, pessoas que representam a nossa agricultura de uma forma especial.

Ouvi atentamente o nosso companheiro Barbosa Neto no início da sua locução, aqui, quando ele reclamava do pessoal do meio ambiente que não está fazendo a fiscalização de maneira correta lá nas cidades de Carlópolis e Jacarezinho, no Vale do Paranapanema, quando, na verdade, as ceramistas de outros Estados vêm até o nosso Estado, exploram, retiram a argila e pouca coisa faz o pessoal do meio ambiente para coibir ou impedir essas atividades ilegais. O que me deixa ainda mais revoltado, é que essas mesmas pessoas que deixam acontecer esse tipo de fato que entristece quando vemos nosso meio ambiente ser devastado de uma forma realmente efetiva, deixam estes fatos acontecerem em Paranaguá.

Muitos de vocês, no último domingo, no Fantástico, devem ter visto uma matéria que falava sobre a prostituição infantil em Paranaguá, onde víamos meninas de nove, dez, quinze anos, vendendo o seu corpo para poder servir aos interesses de muitos que usam aquele porto por ser uma cidade de passagem, mas pouco fala-se que esses nossos problemas são causados pela falta de oportunidade que a região oferece aos seus filhos.

Muito disso acontece em virtude de essas mesmas pessoas que deixam o Paraná ser explorado lá na região de Jacarezinho, que dirigem os órgãos ambientais no litoral enxergarem demais. Tudo para eles é problema e impedem, travam, de uma forma ou de outra, os processos, já na sua fase primária.

Em Paranaguá e no litoral muitas pessoas querem investir, querem empreender, ou seja, querem gerar riquezas, desenvolvimento, onde, através dessas riquezas, a nossa população terá oportunidade. E daí, talvez, quando essas pessoas mudarem a sua postura em relação ao litoral, não vejamos mais essas matérias tristes que vêm aparecendo em nível nacional, que entristecem o litoral e de certa forma, também entristecem o Paraná.

Apesar de ser o presidente da Comissão de Meio Ambiente, não posso omitir-me, ser irresponsável de defender atitudes como essa: tenho que ser crítico. Acredito que os homens têm inteligência suficiente para conciliar os interesses do desenvolvimento e da ecologia.

Então, não posso ver uma região estar condenada à estagnação econômica, tirando assim as oportunidades das pessoas que lá residem por questões meramente técnicas que muitas vezes nem têm razão de ser, porque as pessoas acham que pelo litoral situar-se numa faixa da Mata Atlântica que ainda está preservada tem a obrigação de ser condenada à estagnação.

Desta forma, senhores deputados, já que hoje deve ser uma das nossas últimas Sessões, a partir das próximas Sessões do 2º semestre irei pedir apoio a todos os senhores que fazem parte desta Casa juntamente comigo, para que possamos conversar com as autoridades ligadas ao meio ambiente, de forma que consigamos despertar na mentalidade dessas pessoas, que temos que viabilizar condições técnicas. Lógico que respeitando o meio ambiente, mas de forma alguma estagnando uma região ao subdesenvolvimento, porque não podemos mais ver aonde começou o Paraná, por onde se escoava grande parte da riqueza do Brasil e praticamente toda a riqueza do Paraná que está sendo transformada num gargalo para a economia e num juiz que só condena a sua população por causa dessa falta de sensibilidade.

Desta forma nós temos que acordar esse pessoal.

(Passa a usar o Horário da Liderança do PPS)

Não podemos mais deixar de forma alguma, as pessoas que são ambientalistas responsáveis nós temos que respeitar, mas esses ambientalistas xiitas que querem sempre condenar a nossa região à estagnação, eu não posso de forma alguma concordar com esse pensamento.

Desta forma, senhores deputados, eu conclamo a vocês para que possam nos ajudar e ajudar a população do litoral do Paraná. Mudando de assunto, nesta mesma linha ambiental, há alguns dias atrás vimos que o governo fez um estudo da linha de pobreza, de percentual de pobreza do Estado do Paraná. Vimos que Guaraqueçaba, no litoral, apresenta um percentual de 29% de pessoas pobres. e por incrível que pareça, esses mesmos ambientalistas não deixam que o DER, que a Secretaria dos Transportes, façam a recuperação que a cidade precisa para se ter um acesso decente.

É por essas e outras que cada vez ficamos mais tristes com essas pessoas que fazem parte do Conselho do

Litoral, do Conselho do Meio Ambiente do Paraná. Não podemos mais de forma alguma admitir esse pensamento. Como também nos entristece que no planejamento e zoneamento agrícola do Estado, o litoral pouco tem a oferecer de fato. E na pouca coisa que o seu clima, que o seu terreno permite que é a questão do cultivo da palmeira real, o palmito, a pupunha, não vimos nenhum estudo, nenhum planejamento por parte da Secretaria da Agricultura.

Aqui faço o meu alerta, o meu apelo para que a Secretaria da Agricultura também envolva o litoral nos seus estudos, no seu planejamento, porque lá existem grandes plantadores, aonde nós já temos aproximadamente 7 milhões de mudas de palmeira real, o que pode ser uma forma de gerar riqueza, gerar renda para a nossa região.

Desta forma, senhores deputados, é que peço a colaboração de todos, para que possamos tirar o litoral desse marasmo, dessa estagnação que ele se encontra, aonde todos vocês enxergam isso de forma clara, quando na época de verão vão ao litoral passar a temporada de férias. E é por isso que vocês falam que Paranaguá, o litoral, não tem infra-estrutura, só tem buraco, só tem prostituição, porque o governo, tanto estadual como federal, não tem dado a atenção que o seu povo merece.

Agora, todos os representantes estaduais e federais, na época das eleições sabem ir até Paranaguá, ir até o litoral, pedir os seus votos...

A responsabilidade não é só de quem mora no litoral, não é só de quem representa o litoral. É de todos, que de uma forma ou de outra usufruem o litoral, por mais que seja só para veranejar.

Então, senhores, apelando à sensibilidade de todos vocês e contando com a ajuda de todos, agradeço a palavra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado anteriormente, o representante do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ou o presidente da Fetaep, o Sr. Ademir, para usar da palavra no Grande Expediente.

(**Nenhuma manifestação**)

Quero saber se o representante do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ou da Fetaep fará uso da palavra.

(**Nenhuma manifestação**)

A informação que nos chega é que está em uma audiência no Banco do Brasil e nós não podemos aguardar; temos que continuar a Sessão.

Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PL, PSL, PSB.

(**Declinam**)

PTB. Com a palavra, o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente e senhores deputados:

Gostaria, rapidamente, nesta Sessão bastante polêmica e rápida, porque temos muita coisa para votarmos hoje, mas queria apenas registrar que hoje pela manhã estivemos com o presidente da Copel, Paulo Pimentel, e gostaria de fazer esse registro público aqui, que esse aumento que está se falando da energia elétrica e que alguns deputados insistem aqui em querer até fazer chacota do aumento, dando a entender que a culpa é do atual governo, mas, eu gostaria de dizer, senhor presidente, que na verdade esse aumento é uma determinação do Governo Federal, da Aneel; todo mundo sabe disso.

E eu me lembro que quando houve a encampação do pedágio, lembro-me que tinha deputado que dizia que, mesmo que a Copel fosse vendida, fosse privatizada, a questão do aumento seria da mesma forma. Lembro-me disso e é só buscarmos nos jornais que vamos ver exatamente isso. Então, tem gente falando aí a respeito de Copel, pedágio, mas que tem que primeiro olhar para atrás um pouquinho.

Então, queria fazer esse registro.

Cumprimentar aqui o presidente da Copel, Dr. Paulo Pimentel, que esteve hoje pela manhã atendendo uma reivindicação nossa lá do interior de Tibagi, ao mesmo tempo em que o mesmo nos comunica e comunica a esta Casa que amanhã estará em Brasília, onde tentará, junto com o governador, uma autorização da ministra para conseguir parcelar esse aumento e que não venha de uma vez só. É preciso a tentativa de conseguir esse parcelamento!

É por isso que acho importante, porque não está se dando esse aumento de uma vez só, mas está se tentando fazer um acordo, buscar uma autorização para parcelar esse aumento, que é uma determinação do Governo Federal.

Então, fica aqui esse elogio público ao presidente da Copel, Paulo Pimentel, que de forma brilhante vem conduzindo a Copel, vem trabalhando com dedicação e com transparência. O mais importante é isso! Então, queria fazer esse registro hoje em nome do presidente da Copel, que amanhã estará em Brasília, e vamos torcer que dê certo e que se consiga pelo menos parcelar esse aumento.

Senhor presidente, também gostaria de saudar aqui o pessoal do Grito da Terra, da Fetaep aqui presente, que vem em uma luta muito bonita, uma luta muito bacana, em uma luta dos pequenos produtores do interior, e como eu já andei muito pelo interior como radialista, como já trabalhei em várias cidades e várias delas estão aqui, quero me somar a eles no que for possível. Estarei sempre junto.

Estarei sempre junto.

Estarei como deputado aqui e tudo o que depender de mim, jamais deixarei de estar ao lado dessas pequenas cidades, dos pequenos produtores, dos pequenos agricultores, porque eles são tão importantes quanto os grandes

produtores deste País. Acho que temos que ajudá-los da melhor maneira possível.

Quero fazer a saudação a todos vocês e dizer que dentro da possibilidade, daquilo que estiver ao meu alcance, estarei ajudando, porque, em cada cidade que passei, pelo menos um pouquinho eu aprendi. Se não sei tudo hoje e continuo aprendendo, devo muito às cidades pequenas por onde passei. Por isso vou estar sempre ao lado dessas cidades.

Senhor presidente, eu queria fazer um pedido especial a V. Exa., presidente Hermas Brandão. Temos aqui a cidade de Nova Aurora, que é uma cidade que tive o prazer também de, na condição de ter morado em Ubatã, que fica nas proximidades, estive várias vezes lá e convivi com várias pessoas, com muitas pessoas que aqui estão. São pessoas que hoje estão aqui pedindo a esta Casa que vote direito, que a intervenção proposta pelo tribunal seja colocada em votação nesta Casa.

Conversei com o presidente Hermas Brandão e ele nos garantiu que após o recesso poderá entrar em votação esse pedido da comunidade de Nova Aurora que é um pedido de muitos deputados aqui também, a intervenção na cidade de Nova Aurora.

Fizemos isso com Matinhos. Vamos fazer com Nova Aurora também, que tem o mesmo direito que Matinhos. Eu queria saudar o pessoal de Nova Aurora e fazer esse pedido ao eminente presidente, esse democrático presidente, que tem o apoio da grande maioria dos deputados, e que entenda, se alguém em algum momento passou do limite, mas é a vontade expressa.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou responder a V. Exa.

(**Aplausos**)

Recebemos ontem à tarde, o pedido de intervenção em Nova Aurora. Hoje, despachamos à Procuradoria da Casa para dar o parecer. Quero informar que recebemos só o pedido de intervenção e não a indicação do intervenor. Vai ter o trâmite normal na Casa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Eu gostaria de fazer um pedido a esta Casa e à Presidência, que assim que voltem os trabalhos em agosto, que o nosso requerimento, que foi aprovado na segunda-feira com a assinatura de nove líderes partidários, que tramite naturalmente pela CCJ os projetos autorizatórios, porque senão fica uma incoerência no plenário, onde ontem aprovamos um projeto autorizatório do Poder Executivo e os projetos dos deputados estaduais, autorizatórios não estão passando na CCJ!

Fica um pedido aqui, porque um projeto de indicação não tem a mesma força que um projeto autorizatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos com o deputado Hermes Fonseca, que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e tenho certeza que vamos conseguir um entendimento, para que, no segundo semestre, a gente possa normalizar a situação.

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni, no horário do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, prezados paranaenses, aqui presentes.

Inicialmente, é importante que se diga à questão do aumento da energia elétrica no Estado do Paraná. A Aneel autoriza aumento. Na hora em que a Aneel autoriza o aumento é porque alguém pediu!

Outra questão que quero deixar clara e que me permita, dizer que vai a Brasília, para parcelar o aumento, isso é querer esconder o “sol com a peneira”. A grande verdade da questão voltamos, novamente, ao velho discurso. Na campanha eleitoral foi prometido aos empresários do Paraná e ao povo paranaense 30% de desconto, na energia elétrica. Faz seis meses que o governo se instalou e não vieram os 30% de desconto. Mais 27 ou 25 agora chegamos a 50 e tantos por cento. Pelo que sinto, o vice-líder do governo, deputado que aqui há pouco falou em nome da Copel, é importante que se diga, o aumento é concedido pela Aneel, autorizado pela Aneel, mas alguém tem que pedir o aumento, tem que justificar o pedido.

O Sr. **Vanderlei Iensen**

Permite um aparte, deputado Rossoni?

O SR. VALDIR ROSSONI

O senhor me desculpe, mas eu tenho pouco tempo, V. Exa. use o horário da Liderança do seu Partido, porque senão não vou poder aqui falar sobre os assuntos que eu tenho aqui.

Ontem, eu ouvi o líder do Governo falando desta tribuna, diga-se de passagem, de que quando o governador Jaime Lerner interveio e baixou 50% no custo do pedágio, ele o fez de caso pensado, porque sabia que essa intervenção cairia na Justiça.

Pasmem os senhores, hoje o governador do Paraná pratica o mesmo ato jurídico, a intervenção, e diz que vai baixar 50%. Agora eu pergunto. Será que o governador Requião é mais ou menos inteligente que o governador Jaime Lerner? Eu acredito que ele seja mais inteligente. O deputado Anibelli está defendendo o governador Requião. Se ele é mais inteligente, será que ele está achando que não vai cair na Justiça?

Esta é a pergunta que eu deixo no ar. Se ontem serviu de argumento ao líder do Governo a intervenção do governo Jaime Lerner, por que o governo Jaime Lerner sabia que ia cair na Justiça? Agora pergunto aos senhores, será que o governador Requião não sabe que esta sua

intervenção vai cair na Justiça? É uma pergunta que faz silenciar e faz muito se pensar. Talvez hoje se o líder do Governo viesse à tribuna encaminhar esta questão, eu não tenho dúvida que ele não daria o mesmo encaminhamento, porque ele veio aqui dizer e não sabia qual seria a medida que o governador iria tomar hoje pela manhã.

O governador Requião tomou a mesma medida que foi tomada pelo governador anterior que, segundo a sabedoria do líder do governo, iria cair na Justiça e ficaria resolvido, da mesma forma o Requião está usando desse artifício, porque daí ele vai dizer ao MST de que “a Justiça não quer que baixe o pedágio, eu intervi; caiu na Justiça” e vai ficar tudo na mesma situação!

Esta é a grande verdade, e usando aqui dos mesmos argumentos usados pelo líder do governo no dia de ontem. É isto que o líder do governo falou, deputado Durval? Estou aqui me reportando ao seu pronunciamento!

E a outra questão, que é mais grave - eu vi aqui o deputado Plauto falando do ex-deputado Mezzadri, eu não entro nem na questão das pessoas.

Enquanto a desordem serve aos interesses do governador, tudo bem. Mas, no momento em que o governador tiver que tomar medidas enérgicas contra determinados movimentos que hoje estão servindo ao governador, eu quero ver como é que vai ficar esta situação.

Nós voltaremos em breve neste assunto e eu quero ver, quem é que está alimentando o movimento para invadir as praças, e eu quero ver também na hora de fazer com que a lei seja cumprida aonde estará a autoridade e o que vai acontecer neste Estado.

Isto...

(Tumulto no Plenário) (Ausência de som)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a quem está se manifestando no plenário, que as galerias se mantenham dentro do respeito democrático.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, a grande verdade é que ninguém entende mais nada.

Estou lembrando aqui daquele ator da novela Kubanacan, o Esteban; às vezes ele perde a memória, faz de conta que não entende o que está acontecendo. Eu quero dizer aos senhores: graças a Deus que estamos às vésperas do recesso de 30 dias, porque estou como aquele ator da novela Kubanacan, também estou perdendo a memória e vou me retirar para ver se, dentro de 30 dias, eu consigo entender como é que o líder do Governo dia de ontem acusou o governo de um ato, e noutro dia o seu governador pratica o mesmo ato? Estou como o Esteban, sem memória!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, minha saudação especial aos agricultores familiares, jovens rurais aqui presentes, pessoa, do Sindi-Seab e em especial ao pessoal da Fetaep, aqui representada pelos pequenos produtores nesse dia pelo Movimento do Grito da Terra 2003.

Antes de fazer o meu pronunciamento, quero deixar registrado que o Estado brasileiro, o Estado do Paraná está a serviço da maioria, está a serviço da grande maioria dos paranaenses e do País. As agências reguladoras, deputado Rossoni, foram criadas para atender aos interesses do setor privado, que privatizou a maioria dos serviços públicos deste País. O Governo Lula está estudando uma maneira que o poder de compra do trabalhador não se perca em função do aumento das tarifas públicas, é uma encalacrada do Governo passado!

Senhor presidente, uso esta tribuna no dia hoje para destacar este movimento organizado pela Contag, aqui está representada pelos pequenos agricultores e aqui no Paraná pela Fetaep, que representam em torno de 1 milhão e 200 mil trabalhadores rurais no Estado.

A pauta deles, no dia de hoje, refere-se à política social, salarial, agrária e meio ambiente, todas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho para produção de alimento, justo sob todos os aspectos - hoje mais do que nunca - necessário para atender à demanda do programa Fome Zero. É preciso destacar a importância desse segmento, nossa líder já destacou muito bem; não vou repetir.

Hoje pela manhã tivemos o privilégio, em primeira mão, de termos aqui o secretário Bianchini anunciando a todos os deputados presentes, das vantagens da inversão de prioridades no setor agrícola deste País. Está mais do que dobrando dinheiro, passa-se de 2 bilhões e 200 mil para 5,4 bilhões, à agricultura familiar! E diga-se de passagem, com relação ao Paraná será aumentado em mais de 30% o número de produtores que será beneficiado com o crédito, e o valor chegará numa previsão de 450 milhões. Não é o ideal, não é o pedido pelos agricultores, que pedem 520 milhões, E, de acordo com a programação do Paraná, teremos algo em torno de 450 milhões.

Senhor presidente, além do mais estão sendo destacados alguns pedidos, que já estão contemplados e serão implementados ainda este ano.

(Lê:)

“Vou destacar algumas reivindicações da área de “política agrícola” e que, no Bloco Parlamentar Agropecuário, temos nos dedicado e acompanhado de forma especial.

- Com relação à implementação do Fundo de Aval, há um grupo de trabalho finalizando a formatação de pro-

posta que será apresentada ao governador e certamente nos próximos 30 dias teremos definições;

- com relação à agroindústria familiar, tem outro grupo de trabalho que está elaborando proposta que será implementada em curto espaço de tempo - esta questão é fundamental afinal, agregar valor ao produto da agricultura familiar é fundamental para a geração de empregos e melhoria das condições de vida do meio rural. Há uma determinação política no sentido de viabilizar os pleitos do segmento produtivo da agricultura familiar;

- a questão da melhoria da assistência técnica e extensão rural é uma antiga reivindicação dos agricultores de todas as regiões do Paraná e acreditamos que o Governo encontrará alternativas que possibilitem a ampliação dos profissionais da Emater-Paraná através de concurso público ou parceria. Acreditamos que no 2º semestre poderá sair esse concurso;

- sabemos dos compromissos do secretário da Agricultura; vice-governador Pessuti e do governador Requião com a agricultura familiar e acreditamos que a melhoria da assistência técnica e extensão rural será uma realidade dentro de pouco tempo no Paraná. Certamente a Emater-Paraná terá possibilidade de ampliar os seus convênios com as Prefeituras Municipais;

- com relação às reivindicações de proibição do uso de transgênicos, ontem mesmo tivemos audiência pública onde dezenas de entidades de defesa dos consumidores, do meio ambiente, da agricultura familiar e agroecológica, do setor público, das áreas de ensino e pesquisa, de forma unânime, destacaram os riscos e incertezas que envolvem a questão dos transgênicos nas áreas da saúde, do meio ambiente e em especial nas consequências com as possíveis perdas de mercado para nossos produtos. Por isso é preciso senhores deputados que se vote com urgência o Projeto de Lei nº 307/2003, apresentado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores junto a esta Casa.

- Nesta audiência pública, a quase totalidade das vinte e cinco entidades que ocuparam a tribuna para falar, se posicionaram pela aprovação de lei que mantenha o Paraná livre do cultivo e comércio de produtos transgênicos. Portanto espera-se que os deputados e deputadas apoiem a luta pela proibição do uso dos transgênicos aqui no Paraná que é também uma reivindicação da agricultura familiar”.

E, diga-se de passagem, o governador Requião também tem posição contrária ao tema. E acredito que os deputados desta Casa tomarão a posição adequada já no início de agosto quando sairmos do recesso.

Para finalizar, senhor presidente, os produtores que estão aqui, têm a certeza de que o Governo Lula e o Governo do Estado do Paraná darão toda a atenção devida a este segmento produtivo.

Há uma absoluta inversão, que foi colocada aqui nesta tribuna, foi anunciado ontem pelo Governo Lula, e tenho certeza ele contemplará quem geralmente é excluído dos grandes programas. A antecipação dos recursos

sairá, com certeza, no mês de julho, havendo uma programação automática do plantio também dos nossos produtores, que com certeza ampliará a produção e garantirá a comercialização.

Sobre a comercialização, não pude falar, porque o meu tempo está esgotado.

Muito obrigado por permitir que eu continuasse o meu pronunciamento, apesar do tempo estar esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Liderança do PMDB, com a palavra o Sr. Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo a esta tribuna usando o horário da Liderança do meu Partido, o PMDB, para expressar aqui, e trazer uma explicação aos nobres parlamentares acerca do que o nosso companheiro deputado Valdir Rossoni colocou há poucos momentos na tribuna.

Quando o deputado Rossoni fala de um reajuste na Copel, as tarifas de energia em 28%, queremos dizer aos companheiros, mais uma vez, o que já foi dito aqui no dia de ontem, que esse reajuste é definido pela Aneel, lá em Brasília, que é quem define esse reajuste; reajuste federal. Aí ouvi de alguns deputados a seguinte colocação: “mas quem pede o reajuste é a Copel!”

Quero dizer aos companheiros que temos nos aprofundado muito na questão da Copel, principalmente porque estamos envolvidos na CPI, e dizer que esse reajuste que está acontecendo, faz parte de um contrato de longo prazo, e existe um prazo normal e natural a cada 12 meses, onde é efetuado o reajuste do custo da energia que é comprada em dólar.

Aliás, cabe aqui dizer aos companheiros que esses contratos foram assinados, não pela diretoria atual, pelo Dr. Paulo Pimentel. Foram assinados por outra diretoria, e a Copel, responsavelmente, tem que honrar esses contratos. Por isso existe hoje uma determinação. E se a Copel não honrar os contratos e não honrar esse reajuste, quem é que vai pagar a conta?

Que bom se pudéssemos quebrar todos os contratos que foram assinados pela Copel, aí poderíamos dar energia de graça para todo mundo. Agora, como nós temos contratos graves, sérios, temos compromissos inclusive com o sistema elétrico brasileiro, nós temos que honrar.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Concede-me um aparte, deputado?

O SR. VANDERLEI IENSEN

Por favor, eu gostaria de não dar aparte, assim como o companheiro Valdir Rossoni, também não permitiu que colocássemos essa questão, até porque tenho um compromisso com o deputado Dobrandino da Silva que também solicitou um aparte, já no início.

Então gostaria de passar a ele esse aparte, mas gostaria de deixar claro isso, esse é um reajuste a cada doze meses; não foi pedido pela Copel, pela diretoria atual. Deixar claro isso, deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Dobrandino da Silva

Obrigado, deputado Vanderlei Iensen.

Quero agradecer a sua gentileza e manifestar aqui neste plenário, eu fiquei atento aqui às afirmações dos nossos colegas, que eu respeito muito; eu não posso chamar de companheiros, mas de colegas; são de outro Partido mas são nossos amigos, e a capacidade que tem o deputado Valdir Rossoni, o deputado Durval Amaral, o deputado Plauto Miró, o Elio Rusch e o nosso deputado Fernando Ribas Carli, são deputados experientes, e eu respeito a afirmação de cada um deles, mas não podemos concordar, e eu devo, de acordo com a minha consciência, manifestar-me realmente nos seus pronunciamentos.

O problema da Copel, eles sabem perfeitamente que é a Aneel que determina, eles sabem muito bem isso, mas estão no seu papel. Mas, esse do pedágio, que está engasgado na garganta da maioria dos paranaenses, e disseram aqui ontem que não são os nove milhões de paranaenses, oito milhões que não têm a ver com o pedágio porque não têm carro; pelo contrário, todos têm a ver, porque por ali transitam os caminhões com mercadoria que o pedágio incide naquilo que chega na casa de cada um dos paranaenses.

E dizia ainda há pouco o nosso deputado, que o governador Jaime Lerner interveio nos pedágios e teve que cair nas barbas da Justiça. É diferente, meu deputado Valdir Rossoni, a intervenção do governador Jaime Lerner foi para - prevendo uma derrota nas eleições - que nas eleições viesse a intervir no pedágio. É diferente do governador Requião que está intervindo em favor do interesse público do Paraná.

E quero dizer muito mais, mesmo que tenha que enfrentar a Justiça amanhã, mas para defender a população, o seu Estado, vale a pena qualquer desafio que venha pela frente. Digo que o nosso governador é um homem determinado, e não tenho medo de dizer que o Estado, Durval Amaral, com certeza não estará fora de controle, porque está nas mãos de pessoas que têm responsabilidade.

Eu trabalhei muito ao nosso governador, ajudei, e tenho a certeza que fiz a opção certa, porque o Requião realmente está apenas deixando que o clamor da população seja ouvido, que até então no Governo passado, e V. Exas. se lembram que ficou seis meses uma greve de professores, e o governo nem sequer recebeu. Tenho que manifestar essa indignação, que é da população do Paraná.

Hoje de manhã, só para vocês terem uma idéia, um dos sócios das concessionárias me ligou cedo, pedindo que interferisse junto ao governador e que aceitasse a proposta deles de abaixar o pedágio em 30%.

Por que agora, só depois que a Assembléia, esta Casa tomou posição em relação ao pedágio, que eles que-

rem abaixar, por que não fizeram isso desde o início do governo? Está certo o governador na sua intervenção!

Muito obrigado.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Eu queria concluir nosso pronunciamento, nos unindo inclusive ao deputado Dobrandino da Silva, e dizer que na nossa opinião pessoal, realmente fizemos certo em votar, ontem, a encampação do pedágio. A Assembléia Legislativa agiu corretamente e queremos aqui enaltecer os deputados que, desde o princípio, estavam brigando e lutando para que isso fosse votado rapidamente; hoje a Assembléia Legislativa está com a cabeça erguida porque fez a sua parte, e tenho certeza que a população paranaense é quem será a grande beneficiada com esse reajuste que vamos ter na tarifa do pedágio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PP, concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao iniciar meu pronunciamento, gostaria de fazer um comentário rápido a respeito do pronunciamento do ilustre deputado Vanderlei Iensen, deputado que chega na sua primeira legislatura, mas que já dá mostras do seu conhecimento, do seu aperfeiçoamento e da sua preocupação com as causas populares.

Só um detalhe, deputado Vanderlei Iensen: sabemos que a tarifa é em dólar e não é de agora, é de há muito tempo, desde a época em que foi feito o acordo para a construção da Itaipu Binacional e a Copel é obrigada a comprar uma determinada quantidade de quilowatts e paga isso em dólar.

Agora, a justificativa para o aumento de 27% ser aumento do dólar, não corresponde à verdade.

Com a devida vênia que o senhor me merece, deputado Vanderlei Iensen, o dólar baixou, está hoje a 2.86, veja essa não é uma desculpa plausível.

Quanto aos reajustes nós sabemos e já afirmávamos há muito tempo, que não é a Copel e nenhuma outra distribuidora qualquer que estipula qual é a tarifa. Essa planilha, anteriormente, era definida pelo Ministério da Energia, e hoje é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica, um órgão que foi constituído mediante lei do Congresso Nacional. Acredito que o PT, imediatamente, deputado Elton Welter, deveria ter mandado um projeto de lei para o Congresso Nacional acabando com a Aneel e voltar para a esfera do Ministério de Minas e Energia definir as novas tarifas. Só para esclarecimento, mas esse não é o tema do meu pronunciamento.

O tema é a respeito do assunto mais envolvente que estamos vivendo: a questão do pedágio. Este pedágio que, na verdade, veio resolver um grande problema do Paraná, porque tenho certeza que todos os senhores lem-

bram como eram as estradas do Paraná: intransitáveis. E quero aqui mais uma vez chamar à memória de cada um; lembro muito bem de diversos outdoors que foram colocados nas estradas federais do Paraná à época em que o governador Roberto Requião exercia seu primeiro mandato como governador. As estradas, em péssimas condições, buraco em cima de buraco e estavam lá os outdoors, dizendo: “Esta rodovia é de responsabilidade do Governo Federal.” Tenho certeza que muitos dos senhores lembram disso.

Pois bem, terminou o governo do senhor Roberto Requião e aí iniciou-se um novo governo, e, para resolver um problema que o Governo Federal não resolvia, foi feita a concessão, e as estradas foram pedagiadas. Hoje temos estradas em excelentes condições de tráfego.

Mas quero aqui, no meu pronunciamento, deixar muito clara a minha posição: voto favoravelmente ao fim do pedágio, e quero dizer a todos os senhores que o que aconteceu nas praças de pedágio ontem e está acontecendo hoje, nada mais é do que aquilo que o próprio governador sempre pregou - Vamos tomar conta das praças de pedágio! Agora, que fique muito claro: fim do pedágio, porque dizem que o pedágio é roubo. E quem certamente está roubando, são as concessionárias que administram.

Agora, a partir do momento que tenhamos a incorporação ou a encampação, e o Estado passe a cobrar esse pedágio, então o ladrão é outro; o ladrão vai ser o Estado. Por que, se pedágio é roubo? Nós queremos o fim do pedágio, como prometeu o então candidato e hoje governador Roberto Requião. Fim do pedágio, vamos demolir as praças de pedágio!

Quero que isto aconteça deputado Valdir Rossoni, deputado Plauto, Elio Rusch, Dobrandino, Nereu, Rafael Greca, sabem por quê? Porque há três anos atrás, deputado Hermas Brandão, quando fui candidato a prefeito em Guarapuava, - é importante que todos os senhores saibam; o atual governador foi fazer campanha para o meu adversário, que ganhou as eleições.

O que aconteceu? O governador à frente de uma passeata de caminhões, ao lado do motorista de uma jamanta, fazendo campanha contra o Fernando Ribas Carli, dizendo “o Fernando é o dono do pedágio”. Eu nunca fui e não sou dono do pedágio, mas quero fazer o desafio ao governador Roberto Requião: acabe com o pedágio, mas sem cobrar mais tarifas. Isto é o que o povo espera. Não é baixar preço. Nós queremos o fim. Que essa história de pagar para o governo ou pagar para a concessionária, não influi no bolso dos paranenses, porque vai continuar pagando.

Então, quero deixar claro, essa posição, nós queremos que não existam mais praças de pedágio. Então, senhor presidente, em outras oportunidades, teremos condições de votar, mas é o pedido e o desafio que faço ao governador, acabe! Pedágio zero!

Esta é a resposta que o povo espera do governador que elegeu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o deputado Natálio Stica, pela ordem.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero apenas fazer um registro que considero importante. No dia 27, sexta-feira próxima, a Rádio Clube Paranaense vai completar 79 anos de serviços, de trabalho, de emissora no ar aqui no Estado do Paraná.

Considerando que a Rádio Clube é a primeira emissora do nosso Estado, gostaria de, em nome da Assembléia, senhor presidente e de todos os 54 deputados, deixar aqui os votos de aplausos, a todos os trabalhos que fazem parte da equipe da nossa B2, Rádio Clube Paranaense pelos seus 79 anos de existência no Paraná, a primeira emissora paranaense, em especial ao Luiz Witiuk, que cobre aqui nesta Casa os trabalhos.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Para comunicar à Casa, que amanhã, às dez horas da manhã, no plenarinho da Assembléia Legislativa, teremos a presença do presidente do Banco Itaú, Roberto Setúbal, que atende e confirma a solicitação dessa CPI do Banestado, para responder indagações dos senhores membros da CPI do Banestado.

Encareço a todos os membros da CPI, e destaco a importância desse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Augustinho Zucchi, no horário das Lideranças.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Claro que cinco minutos é pouco tempo mas o Pai Nosso diz muito mais do que nós falamos aqui, em 30 segundos. Então, dá até para falar sobre as questões aqui levantadas.

Olha, sinceramente, imputar ao estado do Paraná e à Copel o aumento da energia elétrica! E as outras empresas, que foram privatizadas? Elas terão aumento ou não? Aqui no Paraná, para a Copel ser pública, ainda vai ser possível discutir! Nos outros Estados, não será possível discutir, tendo em vista que a iniciativa privada vai, automática e imediatamente, colocar o aumento estabelecido pela ANEEL, que na minha opinião, deputado Ribas Carli, V. Exa. tem razão, acho que o Governo Federal tinha que tomar uma decisão com relação a estas reguladoras que montaram no Brasil.

Pois bem! Também acho, senhor presidente, que a questão do pedágio no Paraná, ora, se eram contra o pedágio, porque não fizeram em oito anos que tinham para fazer, aliás, oito não, porque o pedágio não faz oito anos que foi instalado no Paraná? Eu acho que as propos-

tas não são escludentes. A intervenção, deputado Dobrandino, não exclui a aprovação da encampação. O governador pode, sim, usar esta autorização da Assembleia para encampar o pedágio, se não for do interesse dele continuar com a intervenção. Agora, com intervenção, com encampação, com não sei o quê, tem que baixar o preço do pedágio, porque a população do Paraná não aguenta pagar este preço!

Estão aqui os agricultores, nossa agricultura familiar representada pela Fetaep, a quem quero saudar, vejam bem, até ouvi alguém falar: mas, quem utiliza o pedágio? São bem menos que 5 milhões de paranaenses”. Não! Quem utiliza, eu não sei quantos são, porque ninguém sabe quantos são, que passam na praça de pedágio. Agora, quantos pagam pedágio? Aqui estão todos aqueles que pagam, porque o calcáreo, por exemplo, é uma brincadeira! O que você paga, aqui na mina de calcáreo, para levar 400 km longe, chega lá e o preço do pedágio comeu o calcáreo integralmente! Então, onde é que está a razão em se manter o preço do pedágio desta forma? Não há! E o governador tem que tomar, sim, uma posição. Se estudou durante seis meses e não se achou outra alternativa, que intervenha! Se for possível pela intervenção, que encampe! Se não foi possível pela encampação, que negocie, mas, é preciso resolver a questão do pedágio.

Respeito todas as posições, sou daqueles que defendi a votação rápida com relação a esta questão da encampação do pedágio. Nós temos que dar este voto de confiança ao governador. Acho que o Paraná está, sim, sob mãos seguras no Governo do Estado. Acho, pessoalmente isto. Tenho convicção disto. E espero que seja resolvida esta pendenga do pedágio, inclusive com a votação expressa da maioria desta Casa, na proposta de encampação, daqui a pouco.

Aos agricultores, nossa solidariedade.

Eu apenas lamento - no minuto e meio que ainda tenho - vejo filas de caminhões aí no Porto de Paranaguá. E lá, na Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional, até que enfim se reconhece que o Brasil é ostentado pela nossa produção primária, em que pese, nós deveríamos transformar nossa produção e quem sabe não tivesse estas filas que aí estão e tivesse, quem sabe, uma outra forma de exportação.

Mas, eu não me conformo que a agricultura familiar - vamos colocar a pequena agricultura - que corresponde a cerca de 320 mil propriedades no Paraná, ainda seja tratada no mesmo conjunto do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Acho que é um passo importante o Plano Safra. Acho que o governo Lula tem muito a contribuir para a agricultura familiar. Mas, nós temos que estabelecer a verdade: não é apenas agricultura de exportação. Setenta por cento do que se consome no Brasil é feito, trabalhado, produzido pelas mãos daqueles que trabalham na agricultura familiar.

E, aliás, agricultura familiar que não tem capital para fazer agricultura de exportação! Que precisa sobre-

viver, com todas as dificuldades, que não pode, jamais, passar um vexame que passou ao vender um litro de leite a 14 centavos. Que não pode o suinocultor estar percorrendo as ruas do Paraná, indo até Brasília, para continuar vendendo suíno, e ao entregar o suíno gordo, pagar também cem reais junto com o suíno, porque é este o prejuízo que está dando. Não é possível! A agricultura, nós temos que fazer desta forma: dando prioridade. Lá nos outros países, subsidiam a agricultura familiar. Aqui, no Brasil, tem que subsidiar, tem que apoiar.

Para encerrar, senhor presidente, dizer que o Estado do Paraná e o governo Lula têm muito a fazer pela agricultura familiar. E oxalá os recursos anunciados cheguem às mãos dos agricultores, para que possamos redimir a agricultura nacional desse que foi até hoje um equívoco de não reconhecê-la como sendo alavanca de desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos abrir uma exceção ao presidente da Fetaep, o Sr. Ademir, porque realmente o Grande Expediente estava reservado conforme requerimento de nossa autoria e aprovado pelo Plenário, para que a Fetaep fizesse uso do horário do Grande Expediente.

Como no horário do Grande Expediente o Ademir Biler estava na audiência com o Banco do Brasil, nós vamos abrir por 15 minutos, a oportunidade para ele se manifestar.

O SR. ADEMIR

Senhor presidente Hermas Brandão, demais membros da Mesa Diretora, senhoras e senhores deputados, assessores desta Casa, convidados, senhores, senhoras e companheiros trabalhadores rurais, que lotam a galeria no dia de hoje, nesta tarde.

Primeiramente gostaríamos de agradecer este espaço que foi concedido para a Fetaep para expor a questão do Grito da Terra Brasil, Seção Paraná, no dia de hoje, e que aproximadamente 2000 agricultores, homens e mulheres, jovens e crianças se deslocam das diversas regiões do Estado para estar aqui em Curitiba no dia de hoje, no 9º Grito da Terra Brasil, promovido pela Fetaep - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e seus 281 sindicatos dos trabalhadores rurais filiados.

Nós queremos então, em nome desses sindicatos filiados, da Fetaep e de seus representados, agradecer à Casa por esse espaço concedido, mesmo fora do horário, em virtude de estarmos em audiência no Banco do Brasil negociando lá a questão dos recursos do Pronaf, custeio e investimento para a safra 2003 e 2004.

Como eu disse, esse é o 9º Grito da Terra. Começamos a realizá-lo em 95 no Paraná, as 26 federações dos trabalhadores do Brasil, a Contag a nível de Brasil foi realizada dia 13 e 14 de maio, o Grito da Terra Brasil, lá em Brasília, onde tivemos a oportunidade pela primeira vez, historicamente receber o presidente da República,

vindo ao encontro do Grito da Terra na sede da Contag, em Brasília, onde se concentravam mais de 3000 trabalhadores rurais.

Diga-se de passagem, esse movimento do Paraná é o que conquistou, um que ajudou a escrever o rascunho do programa do Pronaf, e essa conquista foi muito importante e hoje, nós desejamos, a nível de Brasil, que isso se transforme em lei, para que seja realmente um programa permanente, uma lei permanente.

A Fetaep e seus 281 sindicatos de trabalhadores rurais filiados, que representa neste Estado aproximadamente 1 milhão e 200 mil trabalhadores rurais, homens e mulheres, sendo 800 mil agricultores familiares morando em 320 mil estabelecimentos rurais de até 50 hectares. E 420 mil assalariados rurais, formalizados ou não, que são representados pelos sindicatos e por essa Federação.

Nós trouxemos as companheiras e companheiros no dia de hoje, tivemos audiência hoje pela manhã com o governo do Estado, e na pauta apresentada pelo Governo fomos contemplados com várias coisas que lá foram colocadas, propostas e reivindicações, entre elas, podemos dizer que o Fundaf é aquilo que nós sempre desejamos que fosse criado, aqui no Estado do Paraná, a Fetaep e esse sindicato, que é o Fundo Público de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar, em todos os seus itens na plenitude não foi ainda atendido, mas um dos grandes pontos, que é o apêndice desse Fundaf, que é um fundo de aval ou um fundo garantidor, o Governo nos garantiu inclusive vindo ao encontro do “Grito da Terra Paraná” e anunciou que o Fundaf será criado, e logo será enviada a mensagem para esta Casa, para que possa atender aos agricultores familiares, principalmente na questão do investimento. Como os senhores sabem os agricultores familiares têm dificuldade de ter acesso aos recursos do Banco, mesmo que alocados esses recursos pelo Governo Federal através do Pronaf. Em qualquer linha do Pronaf tem dificuldade de atender as exigências bancárias, as garantias que o Banco exige. Muitas vezes deixam de buscar os recursos disponíveis, porque não têm essas garantias.

Esse “Fundo de Aval” será muito importante para a vida do agricultor familiar, porque será o fundo garantidor e vai avalizar os agricultores do nosso Estado.

Outro ponto importante anunciado pelo Governo, atendendo a nossa pauta, foi a questão da assistência técnica e extensão rural. Vai ampliar o número, porque a demanda do serviço público exclusivo para agricultura familiar é muito maior nos dias de hoje, haja vista que precisa aumentar o efetivo da Emater para que possa dar a assistência técnica e extensão. Fomos agraciados também com um convênio da Fetaep com a Emater, via Governo do Estado, em aumentar o nosso efetivo para atender as nossas dez regionais com mais 8 técnicos.

Tínhamos na pauta um pedido que se criasse um programa de habitação para o meio rural, para agricultura familiar do nosso Estado. Até hoje nunca feito um programa de habitação, de construção de casas, de amplia-

ção das casas existentes ou de reforma das casas que lá estão. Esses programas existem só para a área urbana. Fomos contemplados com a negociação da pauta e que irá fazer um plano de habitação para o meio rural e já está em desenvolvimento pelos seus técnicos. Isso nos deixou muito contentes.

Foi criado ainda um grupo de trabalho entre a Fetaep e o Governo do Estado, liderado pela Secretaria da Agricultura onde vamos tratar da implementação dos pontos negociados e continuar negociando outros pontos.

Tivemos ainda no Banco do Brasil uma audiência com o grupo de agricultores familiares. Fomos lá pleitear o valor de 520 mil reais para a safra 2003 e 2004 para o Pronaf das linhas A, C e D. Chegamos nesse valor pelo seguinte motivo; no ano passado o Banco do Brasil aplicou 280 mil reais para a agricultura familiar no Pronaf, atendendo 103 mil famílias.

Hoje a demanda é de 140 mil famílias. Fazendo o cálculo, elevamos o valor de 40% em cima do acréscimo da produção, e o grupo saiu de lá satisfeito.

E ontem, foi anunciado o “Plano Safra”, pelo Governo Federal. E ainda hoje os técnicos da superintendência do Banco estão trabalhando essa questão, mas existe a possibilidade de chegar bem próximo a esse valor de 520 mil reais aqui no Estado do Paraná.

Para isso, estamos buscando o apoio dos senhores e das senhoras para que gestionem junto ao Banco do Brasil e a superintendência para que esses valores, esses recursos cheguem aos agricultores familiares do nosso Estado do Paraná o mais rápido possível.

Tivemos, também, senhores e senhores deputados, senhor presidente, audiência no Incra, para tentar agilizar a questão da reforma agrária nas áreas onde o público da Fetaep e o público liderado pelos sindicatos, que são mais de cinco, seis acampamentos na beira de estradas. Nós já temos hoje três assentamentos via movimento sindical e esse pessoal está lá há vários anos nessas condições precárias.

Por isso tudo, um grupo foi ao Incra para negociar a questão de assentamento desse pessoal, desses companheiros que estão acampados à beira das rodovias e para tratar também da questão da reforma agrária e do crédito fundiário junto ao Incra.

Estivemos também lá na Delegacia Regional do Trabalho, haja vista que a Fetaep representa esses assalariados rurais do Estado do Paraná, que são em número de aproximadamente 420 mil assalariados e mais de 60% trabalham na informalidade. A lei trabalhista não é cumprida, a DRT, em anos anteriores, deixava muito a desejar em relação à fiscalização no campo, e um grupo de agricultores, o “Grito da Terra”, liderado também por pessoas da Fetaep, foi à Delegacia do Trabalho solicitar e exigir um atendimento, uma atenção maior para o campo em relação aos trabalhadores rurais assalariados.

Vimos aqui, nesta Assembléia Legislativa, e mais uma vez agradecemos esse espaço que nos foi concedido, no sentido de que pudéssemos expor um pouco, resumi-

damente, essa nossa pauta, o que viemos fazer aqui em Curitiba, e quantas pessoas temos.

Como eu disse, estamos com quase duas mil pessoas de todas as regiões do Estado, aqui; nessa galeria temos uma representação, mas lá fora tem uma outra grande multidão, pois não couberam todas as pessoas aqui dentro.

Vimos a Curitiba para buscar a opinião pública da sociedade, buscar o apoio dos senhores deputados, buscar a sensibilidade para nossas questões e buscar as nossas conquistas, aquilo que propomos e reivindicamos junto a esses órgãos governamentais, tanto estadual como federal, para que possa ser melhor a vida dos trabalhadores rurais, assalariados rurais e dos agricultores familiares.

Junto com o Governo do Estado, levamos a proposta de que o Governo Federal traga a questão do salário mínimo também para os Estados poderem aprovar o seu próprio salário mínimo estadual, como já acontece em dois Estados do nosso país: no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

O trabalhador rural é muito vinculado à questão do salário mínimo. Pedimos ao Governo do Estado que fizesse uma mensagem à Assembléia Legislativa. Estamos pedindo aos senhores deputados que possa sair um projeto de lei por aqui mesmo, criando um salário mínimo para o Estado do Paraná, hoje, no valor de R\$312,00, que seria o valor que temos conquistado sempre nos dissídios coletivos, muitas vezes negado pelo Supremo Tribunal do Trabalho, lá em Brasília.

Queremos encerrar agradecendo, mais uma vez, a esta Casa, pelo espaço que nos deu; ao presidente Hermas Brandão; aos demais membros da Mesa; aos senhores deputados; às senhoras deputadas e a todos que estão nos prestigiando na galeria.

Nosso muito obrigado em nome da Fetaep, em nome dos 281 sindicatos filiados, em nome dos dois mil agricultores familiares assalariados que estão aqui em Curitiba, hoje, no “grito da terra Brasil.”

Muito obrigado e um abraço a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência quer se manifestar, expressando que sempre terão, a Fetaep e os nossos agricultores, um espaço aberto nesta Casa, porque, realmente, esta é a Casa do povo paranaense.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 087/03-CPI/BEP, subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na função de presidente da CPI-Banestado e pelos deputados Delegado Bradock, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e demais deputados, como membros da mesma, constante

do expediente, solicitando a intervenção na Agência de Fomento do Paraná, devido a extremas dificuldades encontradas pela CPI em realizar seu trabalho. **Encaminhe-se conforme o solicitado.**

Sobre a mesa, Ofício nº 088/03-CPI/BEP, subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na função de presidente da CPI-Banestado e pelos deputados Delegado Bradock, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e demais deputados, como membros da mesma, constante do expediente, solicitando a contratação do senhor Zung Che Yee, perito judicial, para ajudar nos trabalhos da CPI-Banestado. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 281/2003, subscrito pelo deputado Dobrandino da Silva, presidente da CPI dos Jogos Municipais da Natureza, constante do expediente, solicitando a suspensão, por 30 (trinta) dias, das atividades da Comissão, a partir do dia 01 de julho próximo, descontados dos 90 (noventa) dias do prazo regimental. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 06 (seis), de autoria do deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1360, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando licença da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assuntos particulares, no período entre os dias 27 de junho a 20 de julho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que altera a Lei Esta-

dual nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997 (Transporte gratuito aos portadores de deficiência). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 125/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurado o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, a todas as pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual, mediante apresentação de atestado expedido pelas Secretarias Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Assistência Social ou entidades que atendem pessoas com deficiência.

§ 1º - As linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo dos municípios e das regiões metropolitanas são, também, abrangidas pela previsão do *caput* deste artigo.

§ 2º - Nos casos de deficiência aparente fica dispensada a apresentação do atestado expedido pelas instituições mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte e quatro horas, nos casos de linha de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.”

Art. 2º - Fica acrescido parágrafo 4º ao artigo 3º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 4º - Em todas as linhas intermunicipais, além do estabelecido nos parágrafos anteriores, que especificam as características das deficiências passíveis de receber isenção tarifária, ficam incluídos os portadores das seguintes patologias crônicas, como beneficiários do programa:

I - insuficiência renal crônica, em terapia renal substitutiva;

II - câncer, em tratamento de quimioterapia ou radioterapia;

III - transtornos mentais graves, em atendimento continuado, em serviços-dia (hospital-dia, Núcleo de Atenção Psicossocial, Centros de Atenção Psicossocial, Escolas de Educação Especial que atendem condutas típicas, Serviços Residenciais Terapêuticos e Oficinas Terapêuticas);

IV - portadores de HIV, em tratamento continuado em serviço-dia;

V - mucoviscidose, em atendimento continuado;

VI - hemofilia, em tratamento;

VII - esclerose múltipla, em tratamento.”

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - A isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo intermunicipal será válida também para o acompanhante, desde que atestado por instituição especializada ou pelas Secretarias Municipais de Saúde, que o deficiente não pode deslocar-se sem acompanhante. Neste caso, além da carteira do deficiente, será emitida uma exclusiva para acompanhante vinculando o nome do titular.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que estabelece o código de direitos e responsabilidades sociais dos usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 176/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A prestação dos serviços e ações de saúde de qualquer natureza ou condição aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado do Paraná será universal e igualitária, nos termos da Constituição Federal.

Art. 2º - São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado do Paraná:

I - ter um atendimento humano, digno, atencioso e respeitoso, por parte de todos os profissionais de saúde;

II - ser identificado e tratado pelo seu nome e sobrenome;

III - não ser identificado ou tratado pelo nome da doença ou do agravo à saúde, ou ainda de forma genérica ou quaisquer outras formas impróprias, desrespeitosas ou preconceituosas (exemplo de portadores de HIV/AIDS, ou doenças infecto-contagiosas), ou por números ou códigos;

IV - ter um local higienizado, digno e adequado para seu atendimento, bem como ter preservada sua segurança e integridade física nos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados;

V - receber do funcionário adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno para a melhoria de seu conforto, bem-estar e saúde;

VI - poder identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis, legíveis e que contenham:

- a) nome completo;
- b) função;
- c) cargo; e
- d) nome da instituição;

VII - ter resguardado o segredo sobre os seus dados pessoais, através da manutenção do sigilo profissional, desde que não acarrete riscos a terceiros ou à saúde pública, sendo que os segredos do paciente correspondem a tudo aquilo que, mesmo desconhecido pelo próprio paciente, possa o profissional de saúde ter acesso e compreender através das informações;

VIII - ter acesso a qualquer momento ao seu prontuário médico ou outro prontuário, que deve ser elaborado de forma legível e que deve conter o conjunto de documentos padronizados do histórico do paciente, princípio e evolução da doença, raciocínio clínico, exames, conduta terapêutica, demais relatórios e anotações clínicas e, principalmente, constando todas as medicações com suas dosagens utilizadas, se inconsciente durante o tratamento ou parte dele;

IX - ter seu diagnóstico e tratamento por escrito, identificado com o nome do profissional de saúde e seu registro no respectivo Conselho Profissional, de forma clara e legível;

X - receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:

- a) hipóteses diagnósticas;
- b) diagnósticos realizados;
- c) exames solicitados;
- d) ações terapêuticas;
- e) riscos, benefícios e inconvenientes provenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
- f) duração prevista do tratamento proposto;
- g) no caso de procedimentos de diagnósticos terapêuticos invasivos, a necessidade ou não de anestesia. o tipo de anestesia a ser aplicada, o instrumental a ser utilizado, as partes do corpo afetadas pelos procedimentos, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis e a duração esperada do procedimento;
- h) a localização da doença;
- i) exames e condutas a que será submetido;
- j) a finalidade dos materiais coletados para exames;
- k) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;
- l) o que julgar necessário;

XI - ser esclarecido se o tratamento ou o diagnóstico é experimental ou faz parte da pesquisa, se os benefícios a serem obtidos são proporcionais aos riscos, se existe probabilidade de alteração das condições de dor, sofrimento e desenvolvimento da sua doença;

XII - consentir ou recusar procedimentos diagnósticos ou terapêuticos a serem nele realizados e deve consentir de forma livre, voluntária, esclarecida com adequada informação e, quando ocorrerem alterações significativas no estado de saúde inicial ou da causa pela qual

o consentimento foi dado, este deverá ser renovado, com exceção dos casos de emergência médica;

XIII - consentir ou recusar a ser submetido a experimentação ou a pesquisas e, no caso de impossibilidade de expressar sua vontade, o consentimento deve ser dado por escrito por seus familiares ou por seus responsáveis;

XIV - revogar o consentimento anterior, a qualquer instante, por decisão livre, consciente e esclarecida, sem que lhe sejam imputadas sanções morais ou legais;

XV - ter assegurado, durante as consultas, internações ou no aguardo de internações, procedimentos diagnósticos e terapêuticos e na satisfação de suas necessidades fisiológicas inclusive quando atendido no leito ou no ambiente onde está internado:

- a) a sua integridade física;
- b) a sua privacidade;
- c) a sua individualidade;
- d) o respeito aos seus valores éticos, religiosos e culturais;
- e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;
- f) a segurança do procedimento;
- g) a exigência de que todo material utilizado seja rigorosamente esterilizado e, se possível, descartável, e manipulado segundo normas de higiene e prevenção;
- h) a uso de todo e qualquer medicamento, material ou instrumental fornecido pelo SUS, sem discriminação;
- i) a alimentação adequada e higiênica;

XVI - ser acompanhado, se assim o desejar nas consultas, exames e internações de crianças, adolescentes, gestantes, parturientes, idosos, deficientes físicos, pacientes terminais, por pessoa indicada por ele ou por seu responsável;

XVII - ter consultas marcadas antecipadamente, com tempo de espera que não ultrapasse a uma hora, para início das mesmas;

XVIII - saber, sempre que possível e antecipadamente, se é portador de alguma condição clínica (doença ou alergia), que impeça a administração de medicamentos ou realização de procedimentos;

XIX - conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestaram a origem, sorologias efetuadas e prazos de validade;

XX - receber as receitas:

- a) com o nome genérico das substâncias, seguido do nome de referência;
- b) digitadas, datilografadas, em letra de forma ou caixa alta ou com caligrafia realmente legível;
- c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;
- d) com orientação quanto ao uso e de possíveis efeitos colaterais dos remédios;
- e) com o nome do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão (Conselho); e,
- f) com a assinatura do profissional;

XXI - receber os medicamentos com data de fabricação e prazo de validade, acompanhados de bula impressa de forma compreensível e clara;

XXII - receber medicamentos básicos e também medicamentos e equipamentos de alto custo e de qualidade, que mantenham a vida e a saúde;

XXIII - receber a anestesia em todas as situações indicadas, principalmente as necessárias para o parto;

XXIV - ter garantidas todas as ações referentes ao parto humanizado, principalmente a presença do(a) acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto imediato;

XXV - ter a gestante direito à assistência pediátrica, além dos profissionais comumente necessários, por ocasião do parto, e que tenha direito a alojamento conjunto possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

XXVI - exigir que o hospital realize o “teste do pezinho” para detectar determinadas doenças nos recém-nascidos;

XXVII - a assistência adequada, mesmo em períodos noturnos, festivos, feriados ou durante greves profissionais;

XXVIII - receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;

XXIX - recusar tratamento dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida;

XXX - a ter uma morte digna e serena, podendo ele próprio (desde que lúcido) ou a família ou o responsável, optar pelo local de morte;

XXXI - a ser tratado com dignidade e respeito, mesmo após a morte, sendo que os familiares ou responsáveis devem ser avisados com prioridade após o óbito;

XXXII - não ter nenhum órgão retirado do seu corpo sem prévia autorização;

XXXIII - a ter direito a pós-consulta, com orientações diversas;

XXXIV - a receber material ou aparelhos de órtese e prótese de qualidade;

XXXV - a ter facilitado o acesso aos órgãos de defesa do consumidor, Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Regional de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde/Ouvidoria, Conselho Estadual de Saúde, Procon, promotoria Pública, Ministério da Saúde;

XXXVI - todo e qualquer procedimento do SUS ou pelo SUS são totalmente gratuitos, sem complementação a qualquer título;

XXXVII - ter direito ao atendimento ambulatorial sem cobrança alguma para consultas, aplicações de injeções, curativos, nebulizações, quaisquer exames, etc;

XXXVIII - ter direito obrigatoriamente a acomodações hospitalares diferenciadas ou especiais (tratamentos) até que ocorra a liberação do leito em enfermaria, sem nada cobrar, quando em situações de urgência ou emergência e o hospital conveniado não tiver leito disponível em enfermaria;

XXXIX - ter prioridade sobre qualquer outro paciente particular ou de qualquer outro convênio com procedimento eletivo, quando se tratar de caso de emergência

ou urgência nas áreas de traumatologia, ortopedia ou de qualquer área cirúrgica;

XL - ter direito, sem custo algum, a todo e qualquer tipo de atestado médico que diga respeito ao ato ou tratamento médico (declaração de comparecimento, atestado para afastamento ao trabalho, atestado para licença - tratamento de saúde, atestado para fins de perícia ou outros).

Art. 3º - A fiscalização do cumprimento da disposição dos Direitos dos Usuários será feita pelos Conselhos de Saúde criados com base na Lei Federal nº 8142/90, pelos Conselhos-Gestores de cada unidade de saúde e pelos serviços de vigilância sanitária em nível estadual e municipal.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Saúde deverá dar ampla divulgação dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Paraná, de modo a permitir a todos os usuários o acesso ao seu teor, através de sua publicação oficial e através da afixação obrigatória nos locais onde os serviços são prestados e através da distribuição de folders dos Direitos dos Usuários do SUS.

Art. 5º - São responsáveis sociais dos usuários frente ao Sistema Único de Saúde:

I - engajar-se na causa da defesa do meio ambiente, da educação, da habitação e dos demais determinantes das condições da saúde da população em geral;

II - mobilizar-se e promover a mobilização de indivíduos e grupos sociais para a participação nas Conferências e Conselhos de Saúde em todos os níveis;

III - adotar, divulgar e zelar para que seja adotado estilo de vida saudável por indivíduos e comunidades;

IV - participar ativamente no fornecimento e busca de informações, esclarecimentos e propostas junto às instâncias reguladoras, fiscalizadoras e de atendimento;

V - mobilizar-se e promover a mobilização da participação cidadã em trabalhos voluntários em benefício da comunidade;

VI - zelar pelo direito de todos os trabalhadores da saúde a um relacionamento digno e respeitoso;

VII - participar de seus tratamentos de saúde e dos seus familiares, registrando reações e dúvidas e portando todos os documentos médicos que possam auxiliar nos diagnósticos e acompanhamentos.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2003, que estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2004.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 209/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

IX - disposições transitórias;

X - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração
Pública Estadual

Art. 2º - Para o ano de 2004, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável constituem o eixo central sobre o qual se apóia toda a ação governamental através da elaboração de linhas de ação, diretrizes e programas.

A proposta de inclusão social e desenvolvimento sustentável para o Paraná tem como base o Diagnóstico Social e Econômico elaborado pelo Iparde/SEPL, no qual o baixo nível de desenvolvimento humano e o desequilíbrio regional medido pelo IDH se apresentam como traços marcantes da realidade paranaense.

A estratégia de desenvolvimento proposta pressupõe a definição de linhas de ação que são complementares e se desdobram em diferentes diretrizes e programas. Estas linhas procuram articular a ação do Estado na direção da superação dos principais problemas diagnosticados. São elas:

1. expansão produtiva;
2. competitividade sistêmica;
3. educação, inovação e cultura;
4. emprego, cidadania e solidariedade.

É a complementaridade entre as quatro linhas de ação que garante a consecução dos objetivos perseguidos. Essa complementaridade se revela nas ações relacionadas a cada uma das quatro áreas. As ações ligadas à expansão produtiva terão como alvo direto o fomento das empresas já instaladas no Estado e a atração de novos empreendimentos. Na linha de competitividade sistêmica, as ações estarão direcionadas à melhoria da infra-estrutura, a provisão de bens e serviços fundamentais ao bom funcionamento da economia e à qualidade de vida dos cidadãos paranaenses. A linha de ação que envolve educação, inovação e cultura preocupa-se com a formação de capital humano, a soma de treinamento, experiência e conhecimentos de uma pessoa, cujo acúmulo eleva sua produtividade e a torna mais apta à colaboração no desenvolvimento da sociedade. A quarta linha de ação é o desdobramento natural das ações nas três linhas anteriores e diz respeito ao aumento do emprego, cidadania e solidariedade no meio social paranaense.

As principais diretrizes são:

I - reduzir o analfabetismo nas áreas urbana e rural do Estado;

II - desenvolver ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres;

III - aumentar a geração de emprego e renda;

IV - aumentar a expectativa de vida da população;

V - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde através da maior alocação de recursos;

VI - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

VII - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VIII - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos através do melhor planejamento das políticas públicas;

IX - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

X - combater o crime e a violência através de programas de prevenção;

XI - investir na capacitação profissional dos servidores públicos;

XII - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural no Estado;

XIII - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XIV - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar bem como a inclusão social.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida para o Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2004, estão estimadas no valor aproximado de R\$11.466.258.000,00, a preços de 30 de junho de 2003.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2003, de acordo com os critérios estabelecidos na próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 6º - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo - até 5,0%
- Poder Judiciário - até 8,5%
- Ministério Público - até 3,6%.

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2004 alocará recursos do Tesouro Geral do

Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2004 a 12,00%, das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 34 desta lei.

Art. 8º - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º - Para efeito da lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governos: são idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa.

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10 - Na elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a despesa será discriminada por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no Sistema de Elaboração e Controle do Orçamento - COP. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária Anual será feita com o seguinte agrupamento:

Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

Fonte 112 - Retorno dos Programas Prosam/Pedu/Paranasan;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsauúde;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 - Contribuição Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - Feap;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

Fonte 129 - Taxas de Polícia - Funrespol;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 121 - Operações de Crédito Externa - BID V;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa - Proem/BID;

Fonte 137 - Operações de Crédito Externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 142 - Outras Operações de Crédito Externas.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação - Cita Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
 Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
 Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
 Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;
 Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
 Fonte 255 - Transferências da União - SUS;
 Fonte 256 - Reposição Florestal - Serflor;
 Fonte 260 - Multas ambientais - Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente)
 Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
 Fonte 281 - Convênios com Órgãos Federais;
 Fonte 283 - Convênios com o Exterior;
 Fonte 284 - Outros Convênios;
 Fonte 292 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 11 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes Grupos de Natureza de Despesa:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
 Juros e Encargos da Dívida
 Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
 Inversões Financeiras
 Amortização da Dívida

Art. 12 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2004 à Assembléia Legislativa.

Art. 14 - O programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, de forma detalhadas e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterà:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômica-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo os grupos de fontes de recursos e as modalidades de aplicação;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2004 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas é superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 19 de setembro de 2003, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2003.

Art. 21 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da Sefa.

Art. 22 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma

do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 24 - As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 29 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido

no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2003, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2003, a serem incluídos no orçamento de 2004, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2003, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 30 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesa provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 31 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 32 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às

Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33 - O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2003, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2004.

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Capítulo VI

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 35 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2003, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 36 - No exercício financeiro de 2004 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º - O Estado poderá conceder reposição salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no item I, parágrafo único do artigo 22 da referida lei.

Art. 37 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 38 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 39 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2004, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 40 - A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazo, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento,

até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo IX

Disposições Transitórias

Art. 41 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo X

Demais Disposições

Art. 42 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 43 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 44 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 46 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ANEXO I - METAS FISCAIS

1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 STN/COAFI/MF firmado com a União em 31/03/1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro daquele ano, sendo que o principal enfoque que embasou os entendimentos entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, foi o compromisso de ações de planejamento e políticas para o comportamento futuro das finanças públicas estaduais, a fim de obter-se o equilíbrio sustentado das contas públicas ao longo do tempo.

O Programa compõe-se de seis principais metas fiscais que atendem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto aos aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2002, o Estado passou de déficit para superávit primário para sustentar os encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

Nos anos recentes, nos exercícios de 2000-2002, o Estado cumpriu as metas de caráter financeiro, sendo que o processo de reequilíbrio teve continuidade no ano de 2002, apesar da conjuntura adversa decorrente de choques econômicos (energia elétrica, petróleo, taxa de câmbio e financiamento externo). Nesse período alguns eventos aumentaram o estoque da dívida tais como antecipação de royalties de Itaipu, utilizados para capitalização do Parana Previdência, os financiamentos externos dos Programas Paraná Urbano II e PIT e o aumento no

IGP-DI e taxa de câmbio, que são indexadores da dívida de longo prazo.

Em decorrência desses eventos, apesar da manutenção de superávits primários, a evolução da relação dívida/PIB foi crescente passando de 0,116 em 2001 para 0,15 em 2002 (ver Tabela 1).

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

As metas para o triênio 2004-2006 visam ao fortalecimento da política fiscal do Estado do Paraná, elemento primordial para sustentar o pagamento do serviço da dívida e resgatar a capacidade de investimento estadual, permitindo com isso o fomento ao crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Para tal torna-se necessária a manutenção de superávits primários positivos no período 2003-2006, que permitirão a redução gradual de relação dívida/PIB e da participação relativa dos juros e amortizações no orçamento do Estado, de modo a criar as condições para o incremento dos investimentos e para o fortalecimento da capacidade de execução de programas finalísticos de bem-estar.

Com esses objetivos, a manutenção de superávit primário médio em torno de 1% do PIB-Paraná entre 2004 e 2006, permitirão uma redução da relação dívida/PIB de 0,150, ao final de 2002, para 0,116 em 2006 (ver Tabela 1).

Este esforço fiscal previsto supõe: a manutenção das condições do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Tesouro Nacional, e que deverá ser renovado em 2003; das condições e cronogramas pactuados junto a organismos multilaterais dos financiamentos externos; e mínima contratação de novos financiamentos dado o elevado comprometimento da capacidade de pagamento de dívidas em 2003.

Tabela 1 - Indicadores em relação ao PIB do Paraná

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Primário/PIB	0,40%	0,70%	0,25%	0,92%	1,23%	1,11%
Dívida/PIB	0,116	0,150	0,140	0,136	0,126	0,116

Essas metas fiscais são coerentes com uma previsão de crescimento do PIB paranaense de 2,5% em 2003, 3,5% em 2004 e 4,5% a partir de 2005. Ou seja de retomada gradual do crescimento econômico estadual. Essa hipótese é compatível com as metas de crescimento do PIB brasileiro e supõe que os efeitos dos choques sofridos pela economia brasileira nos dois últimos anos (oferta de energia elétrica, preços do petróleo e taxa de câmbio) serão em grande parte absorvidos até o término de 2003. Daí em diante o crescimento econômico será retomado paulatinamente.

Em decorrência desses choques econômicos, no final de 2002 e início 2003, ocorreu também o recrudescimento dos índices de inflação em 2002 e indicando-se uma expectativa de inflação mais elevados em 2003. A partir de 2004 espera-se redução expressiva nos índices de preço, em especial com o controle dos efeitos inerciais dos anos anteriores.

Desse modo considerou-se a previsão de inflação de 9,5% em 2003, 4,5% em 2004 e de 4% a partir de 2005.

(Ver Tabela 2).

Tabela 2 - Inflação e crescimento do PIB do Paraná

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crescimento PIB/PR	6,2%	- 0,2%	2,5%	3,5%	4,5%	4,5%
Inflação	7,6 %	12,5%	9,5%	4,5%	4,0%	4,0%

Em relação às estimativas de receitas para o período 2003-2006, foram considerados a evolução do PIB do Paraná, inflação, retorno dos recursos do programa Paraná Mais Empregos, esforço fiscal e desenvolvimento dos projetos na área de arrecadação. Os índices de inflação e PIB considerados foram os mencionados na Tabela 2. Para fins de cálculo do ICMS, o percentual de evolução do PIB foi depreciado em 45%, ou seja, apenas 55% da evolução do PIB foi considerado como fator determinante de acréscimo no imposto.

Os valores do programa Paraná Mais Empregos estão fundamentados nos quadros de acompanhamento do programa. E a estimativa de esforço fiscal tem como base os projetos em andamento na composição receita tributária do Estado.

Os projetos em andamento na área de arrecadação resultam em impactos positivos na arrecadação e na redução da evasão e sonegação fiscal. A principal medida de incremento de receita é o acompanhamento e fiscalização de grandes contribuintes do Paraná, que visa garantir a manutenção dos níveis de arrecadação evitando quedas injustificadas de receitas originárias nesses contribuintes. As demais medidas de incremento da receita consistem no acompanhamento setorial da arrecadação, na reformulação do programa de gerenciamento das Fichas de Controle de Fiscalização (FCF), na realização de operações volantes conjuntas nas principais rodovias paranaenses, no acompanhamento, avaliação e divulgação das ações de cobrança de débitos pendentes e no monitoramento dos demais contribuintes.

A alteração do regime das microempresas é a única medida que pode trazer impactos negativos na arrecadação. Por outro lado se considerarmos a redução da evasão e sonegação fiscal decorrentes do grau de eficácia das ações previstas nas medidas adotadas, o resultado poderá ser positivo.

No que se refere às despesas, o elevado comprometimento com despesas fixas, de caráter permanente e continuado, têm restringido as disponibilidades para investimentos e execução de programas, itens como despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências a municípios, pagamentos de precatórios, PASEP, contrapartidas de empréstimos externos e as vinculações constitucionais e legais a órgãos e programas, são responsáveis por mais de 85% das despesas totais consignadas no orçamento. Esse fato reforça a necessidade do compromisso com a racionalização de despesas, em especial as discricionárias e com os princípios da responsabilidade fiscal permanente.

Coerente com esses princípios, considera-se a realização de adequações administrativas e funcionais da força de trabalho, de forma a orientar-se para as efetivas funções do Estado, mediante a capacitação e a valorização do funcionalismo estadual dentro dos princípios legais e orçamentários. Para os próximos anos, a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais estarão

sujeitas a um aumento vegetativo estimado em 2% ao ano, além de ajustes e readequações dos diversos quadros de pessoal que podem resultar em um acréscimo em até 5% na folha de pagamento no próximo ano.

O serviço da dívida que inclui os pagamentos com juros e amortizações, estará comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com a União, e com os pagamentos da dívida externa junto ao BIRD/BID. Sua projeção é efetuada de acordo com os cronogramas, índices e parâmetros próprios de cada contrato em andamento.

Entre as vinculações constitucionais e legais cabe mencionar o aporte adicional de recursos a partir de 2004, para atendimento ao art. 198 e art. 77, inciso II do ADCT, da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima em 12% das receitas mencionadas naqueles artigos em ações e serviços públicos de saúde. Em 2003, o percentual era de 10,75%, que implicará em redistribuição dos recursos orçamentários para o seu cumprimento, aumentando a rigidez orçamentária dadas a vinculações já existentes.

Com base nestas constatações, dado o alto comprometimento com o pagamento do serviço de dívidas passadas, o que restringe a capacidade de obtenção de novos financiamentos e o direcionamento específico dos investimentos das empresas estaduais, o resgate da capacidade de investimento estatal com recursos próprios é o elemento fundamental para retomada do desenvolvimento do Estado do Paraná nos próximos anos. Para realizar esta estratégia, a manutenção de superávits primários é o elemento fundamental que permitirá sua implementação.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

Para estabelecimento do patrimônio do Estado deverá ser desenvolvido um sistema de gerenciamento, mediante o cadastramento imobiliário e mobiliário dos próprios do Estado.

Como resultado dos esforços já empreendidos e consignados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de exercícios anteriores, constata-se a existência de controles e bases de dados dispersas nas diversas áreas de atuação do Estado referidas ao seu patrimônio imobiliário, como por exemplo: registros contábeis e financeiros, registro cartográfico e geoprocessado de grande parte do território paranaense, registro de áreas de proteção e preservação ambiental, registros da implantação de programas de desenvolvimento urbano, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, registros e anotações existentes nos processos de desapropriação e adjudicação junto ao DER, Decom, Fundepar, PGE e Poder Judiciário, assim como a disponibilidade de arquivos e documentos não devidamente tratados junto à coordenadoria do Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração.

Além disso, existem fortes determinantes da propriedade estatal junto às prefeituras e concessionárias de

serviço público estaduais, que constituem subsídios para confirmação e uniformização do panorama patrimonial estadual.

De acordo com as diretrizes de modernização administrativa, em busca de organização do setor com a superação da deficiência dos cadastros hoje existentes, a SEAP deverá reunir e compatibilizar as informações constantes dos registros e bases de dados já disponíveis para implantação de um sistema de gerenciamento com abrangência única, sem perder as peculiaridades de cada uma das bases, com a obtenção de respostas adequadas aos questionamentos existentes, no menor espaço de tempo possível.

Neste particular, adequar as ferramentas já ofertadas pelo órgão estadual de informática que ainda não foram utilizadas para apropriação dos mencionados registros e constante alimentação.

Ainda se faz necessário lançar as avaliações correntes ao respectivo patrimônio e a descrição detalhada de benfeitorias de qualquer ordem, que permitam melhor suprimento das necessidades dos órgãos públicos espalhados por todo o território paranaense.

Com isto, pretende-se, não só a disponibilidade de dados cartoriais ou contábeis como também a racionalização dos procedimentos de cessão de uso de bens do Estado a terceiros, inclusive prefeituras e entidades particulares, bem como das locações.

Efetivar, de forma concomitante, a regularização cartorial onde for evidenciada a insuficiência de transcrição formal em nome da pessoa jurídica de direito público.

4. Evolução da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência

O total de ativos do Fundo de Previdência, regime de previdência social e próprio dos servidores, gerido pela Paraná Previdência, aumentou de R\$1,897 bilhões em dezembro de 2001, para R\$2,960 bilhões em dezembro de 2002, o que representa uma variação de 56% no ano, sendo que, 93,8% do total da variação, equivalente a R\$996,6 milhões correspondem à valorização dos Certificados Financeiros do Tesouro.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2004

ANEXO DE METAS FISCAIS

(Artigo 4º § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado primário representa a diferença entre as receitas fiscais e as despesas fiscais. O resultado primário é o valor não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

RECURSOS GLOBAIS (TESOURO + RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receita Fiscais	7.717.080	11,70%	8.462.802	11,22%	9.270.567	11,61%
II - Despesas Fiscais	7.414.692	11,24%	8.163.427	10,82%	8.709.399	10,91%
III - Resultado Primário (I-II)	302.388	0,46%	299.375	0,40%	561.168	0,70%

2003		2004		2005		2006	
Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
10.272.773	11,47%	10.726.153	11,07%	11.589.123	11,00%	12.214.277	11,60%
10.049.448	11,22%	9.834.636	10,15%	10.291.573	9,77%	10.946.820	9,56%
223.325	0,25%	891.517	0,92%	1.297.550	1,23%	1.267.457	1,11%

RECURSOS GLOBAIS (TESOURO + RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES A PREÇOS 2003

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receita Fiscais	9.644.162	11,70%	9.822.784	11,22%	10.151.271	11,61%
II-Despesas Fiscais	9.266.263	11,24%	9.475.299	10,82%	9.536.792	10,91%
Iii - Resultado Primário (I-II)	377.899	0,46%	347.485	0,40%	614.479	0,70%

2003		2004		2005		2006	
Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
10.272.773	11,47%	10.264.254	11,07%	10.663.560	11,00%	10.806.425	11,60%
10.049.448	11,22%	9.411.128	10,15%	9.469.639	9,77%	9.685.059	9,56%
223.325	0,25%	853.126	0,92%	1.193.921	1,23%	1.121.366	1,11%

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2004**ANEXO DE METAS FISCAIS**

(Artigo 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada no final do exercício e o saldo da dívida fiscal líquida do final do exercício anterior.

Em R\$ 1000

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
I - Dívida Interna	7.604.507	7.022.464	9.432.006	9.649.073	10.164.440	10.361.800	10.468.185
II - Dívida Externa	1.613.452	1.708.639	2.576.217	2.888.136	3.013.750	2.890.039	2.821.591
III - Total do Saldo Devedor (I+II)	9.217.959	8.731.103	12.008.223	12.537.209	13.178.190	13.251.839	13.289.776
Resultado Nominal	1.208.836	- 486.856	3.277.120	528.986	640.981	73.649	37.937

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

O ano de 2003 promete ser marcado por grandes mudanças. A posse de um novo presidente da República parece ter dado novo impulso às necessárias reformas estruturais da economia.

A necessidade da implantação da reforma tributária é consensual entre os dirigentes do setor público e do setor privado. No entanto, os conflitos de interesse pode levar, em primeira instância, a uma discussão apenas no âmbito do ICMS.

O ICMS por ser um tributo de competência estadual, tem uma legislação para cada unidade federada. A unificação da legislação e a padronização das alíquotas

são os passos mais importantes, pois se mostram como os grandes entraves para a realização de operações interestaduais.

Apesar dos avanços, muitas questões ainda são objeto de discussão, especialmente a definição da cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria. Apesar da reforma tributária configurar-se em um risco fiscal, ainda não é possível mensurar o seu impacto financeiro para Estados, em decorrência das várias alternativas possíveis ainda em discussão.

Por conta dessas incertezas quanto ao futuro tributário do País e do Estado, pode-se apenas vislumbrar seus resultados em termos de ajustes das finanças estaduais. Caso a reforma tributária implique em redução na arrecada-

ção estadual, em especial do ICMS, haverá a necessidade de se adequar as despesas à nova configuração das receitas.

Em votação.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

A ordem da redação final do projeto de lei que se refere à LDO, no seu artigo 6º, aonde está a palavra, tanto do Poder Legislativo como Judiciário e Ministério Público em até 5%, até 8,5 enfim, essa palavra foi suprimida através de uma emenda. Então, na redação final realmente consta o correto com a retirada da palavra “até”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço as informações prestadas por V. Exa., como presidente da comissão, aos demais parlamentares desta Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Senhor presidente, neste projeto que está distribuído para os deputados estaduais, da LDO, há uma pequena confusão.

Não está nesta distribuição; o projeto que foi aprovado com as emendas na tarde de ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve realmente uma correção, mas no projeto que está aqui na mesa está corretíssimo, sem dúvida nenhuma, deputado.

Está em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 290/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2003, que objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2003, que autoriza o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens previstas nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2003, que altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 11.832, de 12.09.97, que dispõe sobre a doação do imóvel, do Insti-

tuto de Ação Social do Paraná - IASP, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2003, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 336/2003

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: “Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à tramitação do devido processo legiferante que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS, relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder dimanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiológicamente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida, que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço. No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição lei autorizativa específica.

Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida. Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro.

Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apregoada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedágio em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumprido, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";. E o inciso I, alínea "a" arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 336/2003, para que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 336/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 014/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97 para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.”

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1392, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. Prejudicado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, encaminho contrário a este projeto, a este requerimento, porque este requerimento na realidade não tem nenhum objeto que justifique a sua aprovação. Mesmo porque, votamos ontem em 1ª discussão, o Governo do Estado está tratando das negociações em relação ao pedágio. E esperamos que no final desse processo não seja necessário a encampação de nenhum lote de nenhuma concessionária. No entanto, a Assembléia Legislativa precisa autorizar o Governo do Estado para que a encampação seja necessária.

Então, nesse sentido, encaminho contrário a esse requerimento do deputado Durval Amaral e peço aos senhores deputados que rejeitem o presente requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós buscamos, na apresentação deste requerimento, unicamente dar seqüência à vontade manifesta do governador na intervenção. A partir do momento em que o Governo optou pela intervenção pelo período de cento e oitenta dias, o que foi amplamente noticiado, apesar de não conhecermos o decreto, entendi que carece de objeto até mesmo a manutenção da encampação, até porque é um ato muito discricionário do

Governo. O Governo resolveu intervir e não justifica nós votarmos a encampação sem termos todas as informações de impacto financeiro, sem termos a previsão na Lei Orçamentária.

Foi esse o objetivo! Agora, claro, é um requerimento e se a Bancada da Situação entender que prevalece ainda a vontade do Governo e aí o Líder do Governo já manifestou a sua vontade, de votar a encampação mesmo com a intervenção já decretada, nós nos manifestaremos contrariamente, mas claro, sabemos o resultado já previamente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Posso lhe dar uma informação.

Conversei agora há pouco com o governador e o decreto de intervenção prevê cento e oitenta dias, mas tão logo fiquem restabelecidas as condições normais o senhor governador pode suspender o decreto a qualquer momento e reconduzir, desde já, o processo de negociação a respeito da redução das tarifas.

Por isso, senhor deputado, gostaríamos de ver aprovado aqui o projeto que autoriza o Governo, ao final deste processo, que é o grande instrumento jurídico que a Constituição dá ao Poder Executivo de proceder a encampação, se assim desejar o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar aos senhores parlamentares que deixo de colocar em votação o referido requerimento, deputado Durval, porque de acordo com o artigo 159, parágrafo 1º, o projeto de regime de urgência não será admitido conceder adiamento. **Arquive-se o requerimento.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria de deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada; Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 336/2003

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 336/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 071/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 336/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 071/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Ademar Traiano, Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 336/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 071/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Barbosa Neto, Doutor Luciano e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 071/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado

“roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Designo como relator das referidas emendas o deputado Delegado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, como relator das mensagens do governador, temos o nosso relatório contrário às emendas dos festejados deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral e Elio Rusch, em virtude de não serem no momento apropriadas para tal.

Não vamos discutir aqui a constitucionalidade das mesmas, visto que não há nenhum óbice contra elas.

Vou passar à leitura do nosso relatório.

(Lê):

“PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 336/2003

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que

serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...)”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Relator”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer formulado às emendas feitas pelo deputado Delegado Bradock.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Deputado Hermas Brandão, V. Exa. designou neste momento o delegado Bradock para relatar as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma.

O SR. DURVAL AMARAL

Pergunto a V. Exa., ele está relatando apenas as emendas com relação ao mérito ou com relação à constitucionalidade?

O SR. DELEGADO BRADOCK

Nobre deputado Durval Amaral, como eu disse no preâmbulo da minha fala, estou me referindo apenas ao mérito.

Quanto à constitucionalidade das suas emendas, festejado deputado, não há nada que obste constitucionalmente.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente. Dou-me por satisfeito, então.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Bradock.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas.

Em discussão o item 7 - 2ª discussão do Projeto de Lei nº 336/2003. Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ELIO RUSCH

Para justificação de voto, senhor presidente. A Bancada e os deputados Durval Amaral, Plauto Miró, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli e mais a nossa pes-

soa, deputado Elio Rusch, nos abstivemos da votação, porque entendemos que as emendas são mais importantes, melhores do que o próprio projeto, no mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto de V. Exas.

Há um requerimento nº 1380, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitação votação nominal às emendas de autoria da Bancada de Oposição, para o Projeto de Lei nº 336 e 341/2003, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Solicito ao 1º secretário, Reni Pereira, a chamada dos senhores deputados para votação nominal das emendas.

Os que forem favoráveis às emendas: SIM; os que forem contra: NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, quero encaminhar a minha emenda.

Nós apresentamos uma emenda que eu acho de suma importância para o próprio Governo e para que se restabeleça exatamente aquilo que a sociedade do Paraná espera. Caso venha a ser aprovado o projeto, e como ele já foi aprovado, ressalvadas as emendas, a nossa emenda visa, única e exclusivamente, assegurar os serviços, os investimentos firmados no contrato, na sua originalidade. Ou seja, se o governo encampar efetivamente o pedágio no Estado do Paraná que todos os investimentos previstos, na sua originalidade, ou seja, as duplicações, a construção das terceiras pistas, a construção dos trevos, de passarelas, de trincheiras, enfim, todos os investimentos previstos no contrato original sejam mantidos, caso a encampação venha se conformar. Não somente os investimentos mas os serviços que estão sendo colocados à disposição dos usuários do Anel de Integração, sejam os serviços de guincho, seja o serviço médico, todo serviço que está sendo colocado à disposição do usuário.

Senhor presidente, senhores deputados, nós ouvimos falar, no Paraná, através do atual governador, através de muitas pessoas e de alguns deputados que dão sustentação ao Governo aqui na Assembléia Legislativa, que o pedágio é um “roubo”, que o preço cobrado é um absurdo!

Ora, se o pedágio é um roubo, se o preço cobrado é um absurdo e se o Governo encampar o pedágio, no mínimo ele deve manter o serviço.

Por exemplo, a duplicação da BR-277 que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, a construção da terceira pista em todas as rodovias, conforme contrato original, a construção dos trevos, enfim, todos os investimentos devem ser mantidos, porque não adianta o Governo querer encampar o pedágio, reduzir os investimentos e daí baixar o custo do pedágio! Aí não existe vantagem nenhuma para o usuário das rodovias. Porque o guincho, os médicos e a assistência ao usuário têm que continuar, senão,

não justifica! É muito fácil você querer encampar o pedágio, mas retirar os investimentos e os serviços que estão sendo colocados à disposição do usuário, aí não existe redução! E nossa emenda é clara nesse sentido.

Espero que os senhores deputados que queiram votar a favor da encampação, votem a favor dessa emenda, porque não é concebível, você encampa o pedágio, continua cobrando o serviço, e quem é o beneficiário? O governo do Estado! E quem é o prejudicado? O usuário, o povo.

Então, não existe benefício nenhum em relação à redução do custo do benefício para o nosso usuário. Entendo e conclamo ao líder do Governo, conclamo aos deputados que dão sustentação ao Governo na Assembleia Legislativa, caso venha o governo encampar a concessão, o pedágio, que se mantenha os serviços destinados e originalmente previstos.

Daí, alguém pode dizer: “o governo vai encampar o pedágio e dar um novo norte, escolher quais serviços vai fazer”. Mantenha esses e faça os outros. Ele pode fazer o que ele quiser, mas os benefícios, os investimentos, esses não podem ser cortados! Senão, fica muito fácil. É a mesma coisa que fazer piquenique na sombra do outro. Eu não posso entender e não posso conceber que isso venha a se concretizar.

Por isso, peço aos senhores deputados e às senhoras deputadas, que votem favoravelmente à nossa emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero perguntar à Mesa se foi votado no sentido de que as emendas sejam votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em bloco as 3 emendas.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas as emendas não são diferentes?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O artigo 171 diz que as emendas serão votadas em grupo conforme tenham o parecer favorável entre as quais se considerem as de comissões ou contrário. E as três têm parecer contrário.

Então, serão votadas em bloco.

O SR. NEIVO BERALDIN

Se elas determinam objetivos diferentes?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não procede a preocupação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas, senhor presidente, o deputado Elio Rusch tem uma emenda que determina um objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

As três têm parecer contrário e o artigo 171, garante...

O SR. NEIVO BERALDIN

Peço a V. Exa. que determine ao senhor 1º secretário que faça a leitura das emendas para que o Plenário tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

As emendas já foram lidas.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Gostaria de me somar ao deputado Neivo Beraldin e dizer que existe, sim, uma incompatibilidade entre duas emendas. Uma prevê a extinção da cobrança e a outra...

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não há incompatibilidade no parecer. Ambas têm parecer contrário.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa. está prevendo, que pelo parecer ter sido dado contrário o Plenário, então, vai rejeitar as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O Plenário é soberano, o Plenário sabe como vota.

O SR. NEIVO BERALDIN

Só porque teve parecer contrário, V. Exa. está presumindo que todas seriam derrotadas.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Se o Plenário quiser, aprova as três emendas.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Nós já não votamos um requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Já votamos.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Então já foi aprovado.

O SR. ELIO RUSCH

Tenho um requerimento na mesa que pede destaque na minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Segundo informações da assessoria, já que acabo de assumir a presidência, houve um acordo de retirada do requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Foi feito um acordo entre a liderança do Governo e a liderança da Oposição.

O deputado Durval Amaral, eu e o presidente da Assembléia, para encaminhar o processo de votação distinguimos a sua emenda com um encaminhamento. Nós, ontem, discutimos mais de 30 intervenções a respeito do mérito, tanto do processo de encampação, quanto do pedágio, de uma forma geral. E o encaminhamento é de que V. Exa. seria distinguido pelo encaminhamento da sua emenda, mas que nós iríamos votar em bloco o parecer e as emendas, aqui, em Plenário.

Este, foi o acordo realizado.

O SR. DURVAL AMARAL

Assiste razão ao deputado Ângelo Vanhoni.

Só pediria que fossem lidas as emendas, ou pelo menos a súmula.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas podem ser lidas.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Se houve esse acordo entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, cabe a mim respeitar esse acordo. Inclusive eu já questionei numa ocasião que o próprio deputado Anibelli não estava concordando, e depois apelamos exatamente ao consenso e ao entendimento das Lideranças.

Se esse acordo foi feito, cabe a mim apenas dizer: “lamento profundamente diante desse acordo porque a minha emenda, sem sombra de dúvida, iria contribuir em muito, caso a encampação viesse a ser confirmada”.

Se esse acordo foi feito, tenho certeza que o rolo compressor também iria funcionar, ela também iria ser rejeitada, mas eu aceito. Acordos são feitos para serem cumpridos e nós cumprimos.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Eu sugiro ao autor de cada emenda que então a retire, que fica melhor que votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

É desejo do autor.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

A maioria vence. Está decidido pela maioria que vai ser votado em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vamos ler mais uma vez as emendas e vamos à votação.

Peço ao 1º secretário, Nereu Moura, que proceda à leitura das emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(**Lê emendas**)

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Peço ao senhor 1º secretário Nereu Moura, que proceda à chamada para votação nominal das emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Iremos chamar inicialmente os deputados da CPI do Paranacidade, que terão que se ausentar do Plenário. Deputado José Maria Ferreira, como vota?

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Solicito cópia das três emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é importante que se diga quem é favorável às emendas: SIM; e quem é contrário: NÃO.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O projeto que nós votamos é o 336?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

336/2003. Já está aprovado o projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Então, é só em relação às emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

As três emendas e em conjunto, Emenda 1, 2 ou 3.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Quem votar favorável às emendas vota SIM, quem votar contra, vota NÃO. Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Voto não às emendas, e solicito a V. Exa. que substitua o nome do deputado Luiz Fernandes Litro, pelo deputado Francisco Bühner.

O SR. ELIO RUSCH

Sim, pelas emendas.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Voto NÃO, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

5 (cinco) ausências. Um não vota, que é o presidente. Então, 4 (quatro) ausências.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

4 (quatro) ausências, 8 (oito) SIM, 41 (quarenta e um) NÃO. Estão **rejeitadas** as emendas.

Antes do próximo projeto, quero com pesar anunciar o falecimento do prefeito de Tanguara, senhor Nilton de Jesus Rodrigues, do PTB.

Esta Casa fica sensibilizada com o ocorrido e passa condolências à família enlutada.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2003, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 072/97, para exploração do Lote nº 02 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 337/2003

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: "Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 072/97, para exploração do Lote nº 02 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à tramitação do devido processo legiferante que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS,

relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder dimanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiologicamente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida, que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da

indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço. No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica.

Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida. Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro. Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apreçada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedagiamento em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumprido, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”; E o inciso I, alínea “a” arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 336/2003, para que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS,
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 337/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 015/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Exe-

cutivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97 para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.”

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à

estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Substitutiva de Plenário, de nº 02, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada. Emenda Aditiva de Plenário de nº 03, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 337/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 072/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 337/2003

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 337/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 072/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio:

Fernando Ribas Carli, Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Elio Rusch, Doutor Luciano e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 337/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 072/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoio:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Doutor Luciano, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 072/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado “roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

Ainda sobre o referido projeto, parecer às Emendas apresentadas nos seguintes termos:

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 337/2003

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por

motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...)”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Relator

Primeiramente votaremos o projeto. Peço ao senhor 1º secretário que proceda à leitura das emendas e depois o parecer, por parte do Delegado Bradock.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

As emendas são idênticas, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Consulto o líder da Oposição se dispensa a leitura, porque são as mesmas emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

De acordo com as lideranças, está liberada a leitura, já que se trata das mesmas emendas.

Deputado Bradock, por favor.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, também consulto ao líder da Oposição se dispensa a leitura do parecer, porque é igual ao anterior, e as emendas também são rejeitadas no meu projeto.

O SR. ELIO RUSCH

Nós já consideramos lido.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em discussão o parecer. Em votação. **Aprovado** o parecer.

Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas. Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ELIO RUSCH

Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Abstenção do deputado Elio Rusch.

Em votação as emendas n°s 1, 2 e 3. Todas com parecer contrário. Votaremos em bloco as emendas. A votação será nominal.

Solicito do deputado Nereu Moura, 1° secretário, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados, chamando inicialmente o deputado Elio Rusch.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

(Votação nominal)

O SR. BARBOSA NETO

Sim às emendas e sim à encampação.

O SR. DURVAL AMARAL

Sim às emendas, porque elas põem fim ao pedágio no Estado do Paraná. As emendas extinguem e põem fim ao pedágio no Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Quero pedágio zero, não quero mais pagar pedágio em nenhuma rodovia do Paraná. Por isso, voto sim às emendas, para que a promessa do governador Requião seja cumprida.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sim, pelas emendas.

O SR. MILTINHO PUPIO

Não às emendas, sim à encampação e negociação.

O SR. NEIVO BERALDIN

Voto não às emendas, porém acentuo que votar emendas em bloco não é o mais correto.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Deputados Nelson Garcia; Nelson Justus e Padre Paulo Campos: não, às emendas; sim, à encampação.

Deputados Pedro Ivo: não, às emendas; Plauto Guimarães: sim, às emendas; me abstenho de votar o projeto de encampação, por não ter previsão orçamentária e pelas declarações do secretário Heron Arzua, que deixou claro que o Governo do Paraná não tem dinheiro para indenizar as concessionárias.

Deputados Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri: não, às emendas.

Deputado Valdir Rossoni: para ajudar o governador Roberto Requião cumprir o seu compromisso de campanha: sim, às emendas.

Deputado Vanderlei Iensen: por acreditar na competência do governador Roberto Requião em baixar o pedágio e as tarifas, voto não às emendas e sim à encampação.

Deputado Valdir Leite: não, às emendas.

2ª chamada nominal dos senhores deputados.

Quero registrar a ausência dos deputados Hermas Brandão e Rafael Greca, que estão em comissão neste momento discutindo o trabalho dos 150 anos da emancipação do Paraná, justificando as suas ausências.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Ademar Traiano.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Votaram 08, SIM; votaram 44, NÃO.

Estão rejeitadas as emendas!

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, gostaria que fosse anunciada a ausência de quais deputados, porque votaram 52 apenas.

O SR. 1° SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Votaram 41, NÃO; 08, SIM; e 05 ausências.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Atenção para o resultado da votação: 39, NÃO; 08, SIM e 06 ausências.

Estão rejeitadas as emendas.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 338/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 016/2003, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato n° 073/97, para exploração do Lote n° 01 do Programa de Concessão de Rodo-

vias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/2003

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: "Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à tramitação do devido processo legiferante que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS, relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder emanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiologicamente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida, que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é

pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço.

No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição lei autorizativa específica.

Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida.

Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro.

Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apregoada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedagimento em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumprido, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”; E o inciso I, alínea “a” arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 336/2003, para que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 338/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 016/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Exe-

cutivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 073/97 para exploração do Lote nº 03 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.”

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à

estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria de deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada; Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 338/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 073/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 338/2003

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 338/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº

073/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Ademar Traiano, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 338/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 073/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Durval Amaral, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 073/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado “roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

Ainda sobre o referido projeto, parecer às emendas, nos seguintes termos:

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 338/2003

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...).”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo

real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

Como as emendas são as mesmas, não faremos as leituras. Solicito ao relator, que por favor, relate-as.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, como já foi abordado pela Oposição o nosso parecer também é contrário às emendas e peço também a dispensa da leitura por se tratar do idêntico.

Em votação o parecer. **Aprovado.**

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os deputados que são favoráveis ao projeto...

Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Conversei com o meu líder, deputado Durval Amaral, que está dando entrevista, e nós tomamos uma decisão com o apoio do líder, dos deputados Plauto, Luiz Carlos, Ribas Carli, Elio Rusch, Ducci e o deputado Barbosa Neto, que votamos favoráveis às emendas; abrimos mão da votação nominal para dar mais rapidez à votação de todos os projetos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa agradece.

As emendas com pareceres contrários nºs 01, 02, 03, em votação. Os deputados que são favoráveis permaneçam como estão.

A votação feita é a seguinte: os deputados que são favoráveis às emendas, permaneçam como estão.

Rejeitadas as emendas.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2003, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 074/97, para exploração do Lote nº 04 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 339/2003**

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: "Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do

Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à tramitação do devido processo legislativo que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS, relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder dimanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiológica-

mente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida, que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço.

No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição lei autorizativa específica.

Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida.

Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro.

Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apregoada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedagamento em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumpra, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";. E o inciso I, alínea "a" arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 336/2003, para que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 339/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 017/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 074/97 para exploração do Lote nº 04 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.”

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria de deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada; Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 339/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 074/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 339/2003

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 339/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 074/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Ademar Traiano, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 339/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa esta tuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 074/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Barbosa Neto, Doutor Luciano e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do

Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 071/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado “roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

Ainda sobre o referido projeto, parecer às emendas apresentadas, nos seguintes termos:

**PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 339/2003**

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que

serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...)”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Relator

As emendas são idênticas, portanto, não faremos a leitura. Solicito ao deputado Bradock que proceda o parecer.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Da mesma forma, senhor presidente, o nosso parecer é para rejeitar as três emendas e peço também a dispensa do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação. Os deputados que são favoráveis ao parecer permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Questão de Ordem)

Senhor presidente, eu me abstenho do voto e o deputado Plauto, também.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Aprovado o projeto, artigo por artigo, com as abstenções do deputado Elio Rusch e do deputado Plauto Miró Guimarães.

Em votação as emendas 01, 02 e 03. Os deputados que são favoráveis às emendas 01, 02 e 03, permaneçam como estão. **Rejeitadas.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, quero registrar os votos favoráveis dos deputados Elio Rusch, Rossoni, Plauto, Ribas Carli, Luiz Carlos Martins, Barbosa, Luciano Ducci e Durval Amaral. Votaram favoráveis às emendas, para o fim do pedágio.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Havia sido feito um acordo e nós o respeitamos, em que faríamos também a votação nominal de todas as emendas; depois, foi feito o segundo acordo, e parece que agora estão votando nominal.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Retiraram o pedido nominal!

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Eu sei, mas só para que fique registrado nos Anais da Assembléia, da Casa, os oito votos contra, os quarenta e um votos de todas as votações e as ausências.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Fica registrado.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2003, que autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 075/97, para exploração do Lote nº 05 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/2003

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: “Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 071/97, para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à

tramitação do devido processo legiferante que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS, relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder dimanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiologicamente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida,

que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço.

No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição lei autorizativa específica.

Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida.

Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro.

Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apregoada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedagimento em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumprido, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";. E o inciso I, alínea "a" arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 340/2003, para

que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 340/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 018/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 075/97 para exploração do Lote nº 05 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

“Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.”

“Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido”.

“Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior”.

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto

de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria de deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada; Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
DE Nº 02, AO PROJETO DE LEI Nº 340/2003

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 336/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 071/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 340/2003

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 340/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 075/97, para exploração do lote número 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Ademar Traiano, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 340/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 071/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Doutor Luciano, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 071/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez

extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado “roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

Ainda sobre o referido projeto, parecer às emendas apresentadas, nos seguintes termos:

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 340/2003

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...)”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Relator

As emendas são idênticas, dispensa-se a leitura e peço o parecer do relator.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor presidente, nesse projeto tem mais uma emenda, que é do deputado Geraldo Cartário. Foi retirada? Então, o nosso parecer também é de rejeitar as três emendas e peço a dispensa da leitura do nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o parecer. **Aprovado o parecer.**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ELIO RUSCH

Abstenção do voto do Elio Rusch e do deputado Plauto Miró, porque entendemos que a emenda é melhor do que o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está registrado!

Em votação as emendas nºs 01, 02 e 03 em bloco, todas com pareceres contrários. Os deputados que são favoráveis às emendas, permaneçam como estão. **Rejeitadas.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, para registro...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Registrando os oito favoráveis.

O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. me permite registrar os votos: deputados Elio Rusch, Barbosa Neto, Doutor Luciano, Plauto Miró, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins, pelo fim do pedágio!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Por entender que a emenda é melhor.

O SR. ELIO RUSCH

E os 41 votos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

41 votos contrários e 04 ausências.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2003, que

autoriza o Poder concedente a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 076/97, para exploração do Lote nº 06 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 341/2003

P A R E C E R :

Submete o Exmo. governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o indigitado projeto de lei, sumulado nos seguintes termos: “Autoriza o poder concedente a promover a encampação da concessão objeto de Contrato nº 076/97, para exploração do Lote nº 06 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná (Econorte).

Compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: I - criação de municípios; II - incorporação, fusão e desmembramento de município; III - perda de mandato de deputado; IV - transferência temporária da sede do governo; V - organização dos Poderes do Estado; VI - Ministério Público; VII - intervenção nos municípios; VIII - alteração de códigos; IX - organização e divisão judiciárias; X - autorização para o governador e vice-governador se ausentarem do País e do Estado; XI - escolha do procurador-geral da Justiça do Estado, do conselheiro e do auditor do Tribunal de Contas; XII - declaração de Utilidade Pública de associações civis... (Regimento Interno, artigo 33, parágrafo 2º).

Desde já, portanto, se observa que não é o caso de a presente Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca do mérito do projeto de lei sob exame. Isso é atribuição do Plenário.

Pois bem. Considerando o aspecto constitucional da proposição sob exame, nada há a opor relativamente à tramitação do devido processo legislante que pretende o Executivo estadual instaurar.

A Constituição Federal, logo no seu artigo 1º, parágrafo único, estabelece que: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

E em recente decisão manifestou o Superior Tribunal de Justiça, no RECURSO ESPECIAL nº 434.283-RS, relator ministro Luiz Fux: ...O interesse local é exteriorizado pela vontade política. A lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores

eleitos pelo povo da região. ... o ato legislativo... consubstancia a vontade popular através dos legisladores eleitos, obedecendo a legítima reserva política. ...

De fato, é no Legislativo que se faz presente de forma mais marcante a representatividade popular, pela composição heterogênea do Parlamento, pela pulverização do Poder dimanado do povo, pela amplitude e transparência das discussões travadas a respeito das matérias apreciadas. Além de que no Legislativo todos os segmentos sociais estão representados, e suas conclusões, tomadas democraticamente, não podem ser atribuídas a um único grupo político.

Demais disso, a Constituição do Estado do Paraná, ao estabelecer as funções institucionais da Assembléia Legislativa, em seu artigo 54, inciso XXVIII, estabelece a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. A Constituição Federal em seu artigo 49, X, impõe ao Legislativo federal fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

E em seu artigo 74, dispõe nossa Carta Magna estadual: A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à ilegalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dentre os princípios norteadores da atividade pública sobressaem o da máxima transparência e do amplo controle dos atos, contratos e procedimentos administrativos.

Portanto, o Executivo estadual, ao submeter à apreciação do Parlamento matéria controversa como a que se liga ao projeto de lei em tela, age de forma axiologicamente adequada, com razoabilidade e com proporcionalidade, buscando nitidamente a supremacia do interesse público...

E quem sustentar que seria inconstitucional ou ilegal um ato da Administração direcionado ao alargamento democrático não tem noção do que seja o Espírito das Leis visualizado por Montesquieu, com sua incrível capacidade de percepção.

Equivale dizer: ao solicitar autorização da Assembléia Legislativa para promover a encampação aludida, que pretende o Exmo. governador do Estado do Paraná democratizar uma discussão.

Por outro lado, a Lei Complementar nº 76/95, ao prever, em seu artigo 35, a encampação como forma de extinção das concessões e, em seu parágrafo 4º que, em caso de encampação, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Ora, o artigo 37 da referida lei complementar condiciona a encampação à edição de lei autorizativa específica. O prévio pagamento de indenização não é pressuposto para a edição da lei autorizativa, mas para a retomada do serviço.

No mesmo sentido o artigo 37 da Lei nº 8.987/95, que igualmente condiciona a encampação à edição lei autorizativa específica. Do projeto de lei sob exame infere-se, de seu artigo 2º, que pretende o governo estadual proceder à indenização devida. Falar-se do *quantum* das eventuais indenizações é, ainda, prematuro. Se e quanto implementar-se a encampação, esta somente poderá efetivar-se após o pagamento de indenizações, de acordo com o projeto de lei submetido à presente comissão.

O levantamento do montante indenizatório é competência do Executivo, não sendo lícita a invasão de competência apregoada por certos parlamentares à imprensa.

O controle externo do Legislativo sobre os atos do Executivo opera-se *a posteriori*, não se podendo condicionar a aprovação do projeto de lei autorizativa à apresentação do custo da encampação.

Ora, quando esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 76/95, que viabilizou pragmaticamente a instituição do pedagiamento em nosso Estado, este Parlamento não exigiu uma previsão dos valores das tarifas que seriam praticadas!

Cumprido, por fim, ressaltar que, segundo a Constituição do Estado do Paraná, artigo 58: Os deputados não poderão: ... II - desde a posse: c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";. E o inciso I, alínea "a" arrola dentre tais entidades, expressamente, empresa concessionária de serviço público. É causa inclusive de, na forma do artigo 59 da Constituição Estadual, perda de mandato.

No mesmo sentido o artigo 3º da Resolução nº 009/2000 desta Assembléia Legislativa.

Portanto, recomenda-se que os senhores parlamentares que eventualmente estejam atuando em defesa dos interesses das empresas concessionárias de serviço público repensem suas posições, redirecionando sua atenção para o interesse público.

Sendo assim, voto no sentido da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 341/2003, para que prossiga o processo legiferante e seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
COMISSÃO DE FINANÇAS
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 341/2003

Oriundo de Mensagem Governamental nº 019/2003, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Exe-

cutivo a promover a encampação da concessão objeto do Contrato nº 071/97 para exploração do Lote nº 01 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

A encampação do serviço público concedido está regulamentada expressamente nos artigos 35 e 37 das leis 8.897/95 (Federal) e 76/95 (Complementar Estadual), senão vejamos:

"Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - ...

II - encampação:

...

§ 4º - Nos casos previstos no inciso I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei."

"Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".

"Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior".

Urge ressaltar que a estipulação prévia de eventual indenização estabelecida na lei não é pressuposto para a aprovação do presente projeto de lei que é meramente autorizativo, mas é essencial e obrigatório para a retomada efetiva do serviço (objeto da concessão).

Desta forma, neste momento, analisa-se tão somente a AUTORIZAÇÃO para que o Poder Executivo possa proceder o desenvolvimento do processo (levantamentos e avaliações que se fizerem necessários) para a determinação dos montantes das indenizações que, porventura, forem devidas.

Considerando-se ainda que os recursos financeiros empregados para a exploração do serviço público de rodovias ainda não foram devidamente aferidos (os valores e bens eventualmente reversíveis sequer foram objeto de levantamento e avaliação), não há que se falar em qualquer violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo claro que a excepcionalidade da encampação, motivada pelo interesse público ora defendido, não havia sido sequer cogitada pela administração anterior, apesar do caos instalado.

Portanto, como está sendo executado um orçamento aprovado no governo anterior, após a decisão desta Casa de Leis, haverá tempo suficiente para adequação orçamentária, mediante autorização legislativa, no momento próprio e se necessário for.

No mérito, é sabido que uma série de conflitos iniciou-se com o início da cobrança do pedágio, devido à

estruturação do chamado Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná.

O Paraná ficou sem opção: o usuário ou paga tarifas abusivas (estipuladas sem anuência prévia pelo Poder concedente), ou não trafega, pois não há vias alternativas.

O dano causado ao povo paranaense de um modo geral, atinge tanto as atividades sócio-econômicas, como o bem-estar social - a tarifa tornou-se inviável. Seus elevados valores e aumentos exorbitantes, além das inúmeras demandas judiciais a respeito do pedágio, causaram uma situação de suma gravidade, pois está instalado um verdadeiro caos jurídico-social.

Chamada este Plenário a manifestar-se sobre o projeto de lei na forma de Comissão Geral, verificamos que nada obsta sua aprovação, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2003

(a) DELEGADO BRADOCK

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 03 (três), sendo: Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, de autoria de deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada; Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada; Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei 341/2003, tem por objetivo alterar sua redação original, ampliando-lhe os objetivos conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a rescindir a concessão objeto do contrato nº 076/97 e vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Todas as alterações orçamentárias decorrentes da implementação desta lei ficam autorizadas ao Poder Executivo, mediante a edição de decreto específico para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 341/2003 altera a redação do artigo 1º, conforme segue:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação da concessão objeto do contrato nº 076/97, para exploração do lote número 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, vedada a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Doutor Luciano, Ademar Traiano, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Artigo Único - Fica alterada a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 341/2003, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4º - Extinta a concessão, competirá ao Estado, diretamente ou através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exercer a prerrogativa estatuída no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, permanecendo o volume de investimentos previstos e contratados, bem como a prestação de serviços antes previstos do Contrato de Concessão nº 071/97”.

Sala das Comissões, em 25.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Doutor Luciano, Barbosa Neto e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda visa, após extinta a concessão, assegurar a obrigatoriedade do Governo do Estado de manter a integralidade dos investimentos bem como a prestação de serviços nas rodovias concessionadas, ora objeto de encampação, nos termos do Contrato de Concessão nº 071/97, face a razão adiante descrita.

Como o atual mandatário estadual apregoa que o sistema de concessão de rodovias em vigor no Estado é lesivo à poupança popular, cuja versão se estende a terceiros que afirmam que a cobrança do pedágio é um “roubo” em favor das concessionárias, então, uma vez extinta a concessão, o que, de via, cessa com o alegado “roubo”, o Governo do Estado, de posse da concessão, agora livre de um sistema que possibilitava o “roubo”, deve ter a obrigação de manter todos os investimentos e a prestação de serviços constantes e compromissados no Contrato de Concessão que ora se pretende rescindir através de encampação. Caso contrário, fica lesado o benefício social-comunitário.

Ainda sobre o referido projeto, parecer às emendas apresentadas, nos seguintes termos:

PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 341/2003

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei recebeu três emendas em Plenário.

Chamado a relatar as referidas emendas, desde logo deve ser esclarecido que não há como falar sobre a questão atinente à encampação das rodovias pedagiadas, sem que se fale na supremacia do interesse público.

Assim, num Estado democrático de direito que anuncia a semente popular de seu poder, só pode ser o povo o destinatário de toda a atividades pública. Só o povo pode. Os que titulam poder fazem-no em seu nome.

Waldo Fazzio Júnior, afirma que “o interesse público, é noção que condiz com benefício geral, proveito comum ou necessidade coletiva.”

Como observa-se no presente caso há o clamor popular pela encampação dos pedágios, sendo que as emendas substitutivas aos projetos de lei acabam por retardar a efetiva realização do interesse público. Vale ainda afirmar que interesses particulares não devem incidir sobre o interesse público, que é indisponível por não se achar entregue à livre disposição do Administrador.

Lucas Rocha Furtado, ensina que “verificando-se confronto entre o interesse público e o interesse privado, o primeiro deverá prevalecer. Como exemplos desta supremacia, podemos citar, no caso dos contratos administrativos, a possibilidade de a Administração, unilateralmente rescindir o contrato, alterar as cláusulas contratuais, fiscalizar e aplicar multas aos contratos.”

Não obstante a circunstância acima mencionada, observa-se que inúmeros obstáculos vêm se sobrepondo ao atendimento deste princípio. Tal afirmativa pode ser facilmente comprovada ao observar as emendas que serão votadas nesta tarde com intuito exclusivo de procrastinar a aprovação final do projeto de encampação.

A Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a rescindir a concessão, vedando a cobrança de tarifa correspondente aos serviços assumidos de recuperação, conservação e melhoria das rodovias públicas, ao mesmo tempo que autoriza o Poder Executivo a proceder alterações orçamentárias decorrentes da implementação da lei por meio de decreto.

Da mesma forma, a Emenda Modificativa apresentada pelo deputado Durval Amaral, aceita a possibilidade de ser promovido pelo Poder Executivo a encampação da concessão, vedando a eventual cobrança por parte do Estado de tarifa correspondente aos serviços que serão assumidos.

Com o devido respeito tal dispositivo está fadado ao fracasso, uma vez que a “Encampação no direito administrativo, é a desapropriação do controle acionário de determinada empresa, passando o seu controle para o poder público.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por

motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica (...)”

A cobrança a ser realizada é viável diante da possibilidade de conservação das rodovias pedagiadas, valendo dizer que será efetivada tendo em vista o custo real das obras e serviços a serem realizados. Ressalta-se que a administração não visará a obtenção de lucro, procurando apenas atender as necessidades fáticas da manutenção das rodovias.

A emenda do deputado Valdir Rossoni trata ainda de autorizar alteração orçamentária pelo Poder Executivo.

O dispositivo é equivocado, uma vez que caberá evidentemente ao Poder Executivo, gestor direto do Orçamento Público, administrar de conformidade com os princípios administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal os recursos orçamentários do Estado.

Evidencia-se, portanto, que devem ser rejeitadas em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, as emendas apresentadas pelos nobres deputados.

A Emenda Aditiva apresentada pelo deputado Elio Rusch, afirma que o Estado deve assumir o volume de investimento e a continuidade da prestação dos serviços previstos no contrato de concessão.

Data maxima venia, a emenda aditiva ao projeto de lei não pode prosperar.

Observa-se que com a retomada do controle da administração das rodovias, o Estado deverá realizar estudo sobre as condições atuais das estradas, débitos fiscais, trabalhistas, etc., sendo que qualquer afirmativa do governo sobre a manutenção do volume de investimentos seria temerária, podendo levar uma expectativa à população que não poderia ser cumprida diante da real situação financeira do Estado.

Evidencia-se, portanto, que deve ser rejeitada em sua íntegra, por esta augusta Casa Legislativa, a emenda substitutiva apresentada pelo nobre deputado.

Aliado a isto a Administração deve atender em sua íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando um endividamento desproporcional à arrecadação das receitas que advirão com a encampação dos pedágios.

Por fim, deve-se lembrar que a atenção do atual administração em relação à concessão corresponde com o determinado no artigo 42 da Lei Complementar nº 46.

“Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, à avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.”

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK - Relator

As emendas são idênticas, e não procederemos à leitura. Peço ao senhor relator, que relate-as.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Da mesma forma, senhor presidente, o nosso parecer é pela rejeição das emendas e peço também a dispensa da leitura do meu parecer, por ser igual aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação apenas o parecer. **Aprovado o parecer.**

Votação do projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo**, com duas abstenções: deputados Elio Rusch e Plauto Miró, porque entendem que as emendas são melhores.

Votação das Emendas nºs 01, 02 e 03.

Os deputados que são favoráveis permaneçam como estão. **Rejeitadas.** Oito votos a favor das emendas.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, gostaria que ficasse consignado nos Anais da Casa, que os deputados Rossoni, Plauto Miró, Luciano Ducci, Barbosa Neto, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch e Fernando Ribas Carli votaram favoravelmente às emendas, porque dessa forma nós vamos exterminar com o pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2003, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade "alterar os dispostos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996. (ICMS)"

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2003, que revoga a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002. (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2003, de 21/05/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 283/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, que visa revogar a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002. (*sic*)

A Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002, diferia o pagamento do ICMS nas operações internas, com equipamentos, aço, cimento, explosivos, óleo diesel e cinzas volantes (resíduos de cartão mineral) a serem utilizados em construções, no Estado do Paraná, de usinas Hidrelétricas, pequenas usinas hidrelétricas, usinas termelétricas, usina elétrica a gás, central térmica e, também, ampliação de minas de carvão.

A mensagem ora analisada vem subsidiada por parecer técnico da Secretaria de Estado da Fazenda justificando a impossibilidade de aplicação do benefício (diferimento nas operações com produtos sujeitos à substituição tributária, como é o caso do cimento e do óleo diesel, já que nessa sistemática o imposto é retido de uma só vez no início da cadeia de circulação, não havendo imposto a definir nessas fases.

Ademais, na realidade, o benefício embute uma desoneração do imposto, o que necessitaria ser submetido à apreciação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz (Constituição Federal, art. 150, § 6º, combinado com o art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", bem como a Lei Complementar nº 24/75).

A competência para legislar a matéria aventada neste projeto está inserida nos artigos 150, parágrafo 6º, art. 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea "g", ambos da Constituição Federal de 1988.

Senão vejamos.

"Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito e aos Municípios:

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas, ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g".

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:

XII - cabe à Lei Complementar

g - regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Assim, parece-nos claro a competência do Poder Executivo em legislar sobre a matéria explicitada neste projeto de lei, sendo pois, nosso parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 283/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 283/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/2003, tem por objetivo revogar a Lei nº 13.728 de 15 de julho de 2002.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

O presente projeto, justifica-se principalmente, na impossibilidade de aplicação do benefício nas operações com produtos sujeitos à substituição tributária, já que nessa sistemática o imposto é retido de uma só vez no início da cadeia de circulação, não havendo imposto a diferir nessas fases.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 33, do Regimento Interno, não há nada que venha obstar o presente objeto em análise.

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2003, que altera a redação do inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05/07/2002. (Lei do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 289/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade "alterar a redação ao inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, (Lei do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná)".

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 289/2003

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 10/2003, que objetiva alterar a redação do inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, (Lei do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná).

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do duto Plenário desta Assembléia.

Em sendo assim manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2003, de autoria do deputado André Vargas e outros, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 296/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado André Vargas e outros senhores deputados, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 296/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.06.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Em votação.

Em se tratando de título, a votação é secreta.

Peço ao senhor 1º secretário, deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal dos deputados para a votação.

Lembrando que os deputados que são favoráveis ao título que procedam com a indicação SIM.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, qual o projeto que está em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Projeto de autoria do deputado André Vargas e outros, que concede o título de Cidadão Honorário a Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRA LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Era para esclarecer justamente isso, e pedir o voto a todos os senhores deputados e senhoras deputadas que votassem pelo sim, para que possamos conceder o título.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal dos deputados**)

Quarenta e oito deputados compareceram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta e oito deputados votaram. Solicito para o escrutínio dos votos os senhores deputados Alexandre Curi, Carlos Simões e Geraldo Cartário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Tivemos quarenta e nove votantes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Retificando, então, quarenta e nove senhores deputados fizeram uso do voto.

Quarenta e nove votos, sim. **Aprovado por unanimidade.**

Agradecemos.

(**Aplausos**)

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 49, de 21 de dezembro de 1965, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2003, de 28.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 310/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 310/2003 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, que tem por desígnio alterar a redação da Lei nº 49 de 21 de dezembro de 1965, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Através de deliberação da Assembléia Geral, o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná considerado como de Utilidade Pública no ano de 1965, passou a se denominar “Fundo de Pensão Multipatrocinado”, tendo como foro a cidade de Curitiba, Estado do Paraná, necessitando assim de retificação da Lei nº 49/65.

Diante da situação gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2003, que objetiva dispensar os débitos fiscais, inscritos ou não em dívida ativa, parcelado ou não, referente ao ICMS. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02/06/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispensar os débitos fiscais, inscritos ou não em dívida ativa, parcelado ou não, referente ao ICMS.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 311/2003

P A R E C E R :

O plano de lei em exame, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2003, objetiva dispensar os débitos fiscais, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não, referentes ao ICMS.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do douto Plenário desta Assembléia.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 342/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2003, que objetiva acrescentar parágrafos aos artigos 31 e 33 da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76 (Estatuto do Magistério Público de Ensino de 1º e 2º graus). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16/06/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 342/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade “acrescentar parágrafos aos artigos 31 e 33, da Lei Complementar nº 07, de 22/12/76 (Estatuto do Magistério Público de Ensino de 1º e 2º Graus)”.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, peço preferência de votação para o item 21 - a outra votação será por voto secreto, depois -, para que antecipemos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Vou colocar em votação o Requerimento nº 1402, que está chegando à Mesa, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei Complementar nº 359/2003, Mensagem nº 021/2003, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Ainda sobre o referido projeto, Requerimento nº 1336, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Tadeu Veneri, Ademir Bier, André Vargas e demais deputados, constante do expe-

diente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 359/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2003, dispondo que a carreira do magistério estadual, estruturada pelos cargos de professor e de especialista de educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas-aula semanais, conforme especifica. SEM PARECER. **(Publ. no DA nº 050/2003, de 23/06/2003 - Mens.)**

Designo o deputado Augustinho Zucchi, para relatar o parecer do Projeto de Lei nº 359/2003.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados.

A respeito do Projeto de Lei nº 359/2003.

(Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 359/2003

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental nº 021/2003, o presente projeto de lei dispõe que a carreira do Magistério Estadual, estruturada pelos cargos de professor e especialista em Educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas-aula semanais conforme especifica.

Chamado este Plenário a se manifestar na forma de Comissão Geral, verificamos que a ampliação da carga de 20 para 40 horas encontra amparo na Lei Complementar nº 37/87 que regulamentou o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, estruturando a carreira em cargos de 20, 30 e 40 horas.

A constitucionalidade do projeto de lei é evidenciada através do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, assim como observa-se no artigo 66, inciso I da Constituição Estadual a competência privativa do governador do Estado para a iniciativa de leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos.

Art. 37, X - “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”. (grifos nossos)

Art. 66 - “Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

A possibilidade legal existente encontra consonância com a antiga reivindicação dos integrantes do corpo docente estadual, que postulam pela jornada de 40 horas semanais, alegando o maior comprometimento da classe com a carreira.

A vantagem econômica mostra-se evidente, uma vez que haverá a diminuição de contratação de pessoal temporário com a conseqüente redução de gastos previdenciários.

O texto legal a ser aprovado expõe com clareza as diferentes situações que os integrantes do quadro funcional estarão expostos, apontando também as correspondentes soluções.

Diante do exposto, resta claro a viabilidade legal e a correspondente constitucionalidade do presente Projeto de Lei Complementar nº 359/2003, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma das emendas modificativas em anexo.

Sala das Sessões, em 25.06.2003.

(a) AUGUTINHO ZUCCHI - Relator"

Senhor presidente, diante do exposto, está claro a viabilidade legal e a correspondente constitucionalidade do presente Projeto de Lei Complementar nº 359, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma das emendas modificativas em anexo, que pediria a V. Exa. que considerasse lida, desde que, obviamente, pudessem ser colocadas duas emendas, em apreciação a este Plenário.

Este é o parecer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

As emendas entrarão em segunda discussão.

Em discussão o parecer lido, do deputado Augustinho Zucchi. Em votação. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Assis Gurgacz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA. nº 048/2003, de 16/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 346/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Reni Pereira, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado ao Sr. Assis Gurgacz.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O

Partido do autor também já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 346/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Gostaria de pedir o voto, é um título que foi proposto pela Bancada do PSB para esse cidadão que gerou muito pelo seu empreendedorismo, pelas suas atitudes pessoais e profissionais, trouxe muito desenvolvimento para o Oeste do Paraná, para o Paraná como um todo, e até mesmo para outras regiões do país que foram colonizadas pelos paranaenses.

Então, é um nome que levou o desenvolvimento para o Oeste do Paraná e eu gostaria de pedir pelo SIM.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Peço ao senhor 1º secretário que proceda à chamada dos senhores deputados para a votação secreta, atendendo o apelo do deputado Reni, que votem SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do nosso ilustre amigo e um dos maiores juristas do Paraná e do Brasil, que nos dá a honra da sua visita, professor René Dotti.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrado e agradecemos a presença do Dr. René Dotti. Seja bem-vindo a esta Casa.

Quarenta e cinco (45) deputados votaram.

Deputados Carlos Simões, Anibelli e Miltinho Pupio, convido-os para proceder o escrutínio dos votos.

Quero, por uma questão de justiça, dizer que o projeto do título de Cidadão Honorário do Luiz Inácio Lula da Silva, além da Bancada do PT, quem praticamente iniciou a coleta de assinaturas foi o senhor deputado Jocelito Canto.

43 votos, sim; 2 votos, não. **Está aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH

Quero lamentar esses dois votos contrários ao Acir. Não sou autor do projeto: é o deputado Reni Pereira, mas é um empresário de Cascavel. Acho que todos os deputados votaram a do Lula, por unanimidade. Por questões ideológicas, nós, da Bancada do PFL, nós jamais poderíamos ter votado a favor, mas respeitamos a figura que representa o Luiz Inácio Lula da Silva, embora que ele

não seja merecedor do título de cidadão honorário do Paraná.

Nós votamos a favor até pela coerência, porque ele é o presidente do Brasil. Como nós vamos votar contra o presidente do Brasil? Votamos a favor, mas lamento profundamente esses dois votos não dados ao Acir, de Cascavel. Não se respeitou aquilo que a Casa tem feito.

Sinto-me também descompromissado nos próximos títulos de cidadão honorário aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1302, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Nereu Moura, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, André Vargas e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1344 e 1361, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346, 1351 e 1352, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1347, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1349, 1350, 1362 e 1363 de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1354, 1404 e 1405, de autoria do deputado Natalio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1355 a 1359, de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1365, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1366, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **A Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1369, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1382, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1370, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1371, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1381, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 1372 e 1373, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1396, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1383, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimentos nºs 1374 e 1375, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1376, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1377, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1378, 1397 e 1398, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1379, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Ademar Traiano, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e demais deputados, membros da CPI-Copel, constante do expediente, solicitando prazo suplementar de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1384, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1393, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1394, de autoria do deputado Delegado Bradock, presidente da Comissão de Segurança Pública, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1400, de autoria dos deputados Elio Rusch, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1401, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1403, de autoria da Bancada do PT, deputados Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiy, Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 282, 283, 289, 296, 310, 311/2003, e dos Projetos de Lei Complementar nº 342 e 359/2003.

Levanta-se a Sessão